

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE TRÊS GERAÇÕES DO MST
ASSENTAMENTO RANCHO GRANDE-GOIÁS

JOANA DOS SANTOS ROSA

Goiânia
2009

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE TRÊS GERAÇÕES DO MST
ASSENTAMENTO RANCHO GRANDE-GOIÁS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Serviço Social pela Universidade Católica de Goiás-Departamento de Serviço Social.

Área de Concentração: Serviço Social, Política Social e Cidadania.

Linha de Pesquisa: Política Social, Movimentos Sociais e Cidadania.

Mestranda: Joana dos Santos Rosa, sob a Orientação da Profa. Dra. Regina Sueli de Sousa.

Goiânia

2009

R788c

Rosa, Joana dos Santos

A construção da identidade de três gerações do
MST assentamento Rancho Grande – Goiás / Joana dos
Santos Rosa. – Goiânia, 2009.

116 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica
de Goiás, Departamento de Serviço Social.

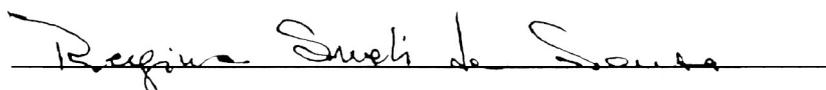
Orientador: Profa. Dra. Regina Sueli de Sousa.

1. Movimentos sociais. 2. Assentamento rural –
movimento Sem-terra. 3. Identidade. 4. Política Social –
Goiás. I. Título

CDU: 365.264:316.48 (817.3) (043)

Dissertação de Mestrado em Serviço Social,
Defendida em 17 de abril de 2009
Aprovada com conceito (A)

BANCA EXAMINADORA



Dra. Regina Sueli de Sousa (orientadora)



Dr. José Adelson da Cruz (UFG)



Dra. Sandra de Faria (UCG)



Dr. Ricardo Barbosa Lima (UFG)

A meu pai, Antônio dos Santos Rosa e minha mãe, Clara José dos Anjos, pessoas fundamentais em minha existência; a eles, o meu orgulho, carinho, respeito e toda admiração, por também serem personagens da luta e conquista do Assentamento São Sebastião do Mosquito.

Ao saudoso Jorivam dos Santos Rosa, meu querido irmão que enfrentou com muita coragem e determinação o Estado e os latifúndios de Goiás. Com sua morte, fomos contemplados com o direito a terra e à vida, pois ele nos mostrou com sua coragem a nunca desistir de lutar por um mundo melhor.

Aos sem-terra que lutam por dias melhores.

Aos assentados e seus descendentes, personagens desse processo, a esses cidadãos de direitos, o meu respeito.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Jesus Cristo, às energias do universo, que me permitiram a vida nesse mundo, aprendendo a questionar as expressões das questões sociais, além de possibilitar que me tornasse uma estudiosa das questões agrárias.

Aos autores que refletiram e escreveram sobre o tema e que me forneceram subsídios para construir este trabalho.

Às pessoas que são personagens centrais em minha vida, e que são citadas por diferentes motivos.

Meu pai, Antônio dos Santos Rosa e minha mãe, Clara José dos Anjos, ensinaram-me que as conquistas e as mudanças podem acontecer se formos sujeitos cidadãos. Foram protagonistas da conquista do Assentamento São Sebastião do Mosquito, situado no município de Goiás, região onde iniciei o aprendizado sobre a dura realidade da questão social e onde passei a infância e a adolescência.

Sérgio Serria, cônjuge, companheiro que enfrentou comigo muitos desafios nessa caminhada, apoiando-me desde 1994, período em que cheguei a Goiânia. Nossa amada filha Nicole Rosa, linda, sempre com um sorriso no rosto, passa conosco todos os desafios, seja pela busca do conhecimento, seja pelas dificuldades do cotidiano, sempre pronta para acariciar-me nas horas vagas.

Meus irmãos Joel, Joziel, Gilvaneide, Gilma, Gilmair, Gerulina, Jorivê, Balduina e Gercina, e, em especial o saudoso Jorivam dos Santos Rosa, nosso querido irmão.

Meus cunhados, Brechó, Joel, Allan e Calébio, em especial, ao Renato com quem sempre dividi cada etapa vencida.

Meus sobrinhos, Carlos, Tâmara, Pâmela, Wilian, Gilson, Luiz, Breno, Lucas, Jades Gabriel, Mateus, Maria Clara, Gabriel, Lorena Vitória, Marcos Eduardo e Geovana.

Minhas primas, Vilma e Genise, que por vezes me apoiaram nesse processo.

Todos os sem-terra, assentados rurais e trabalhadores, em especial os dos assentamentos Rancho Grande e São Sebastião do Mosquito.

Dom Tomás Balduino, que denunciou as injustiças que os sem-terra sofreram.

Frei Marcos Camargo, por seu apoio incondicional aos sem-terra.

Frei Domingos, por ser companheiro e por encaminhar as pessoas na vida religiosa, sobretudo no Assentamento Rancho Grande.

Frei Marcos Sassattelli, que, com coragem e determinação apoia o processo da luta e conquista dos assentados, se fazendo também presente nos dias atuais apoiando e estendendo a sua mão amiga.

Pastoral da Terra (CPT), em especial ao Galego, que acompanha e orienta os sem-terra.

Padre Fellipe Ledet (*in memoriam*) que, com sua paciência, generosidade e integridade, apoiou não só a luta pela reforma agrária, mas também ensinou a necessidade de convivência sem divergências, pois todos somos filhos de Deus.

Amigos que estiveram ao meu lado nos momentos difíceis e felizes dessa história, em especial, Luzeni Alves, Camila Rosa, Kátia Cilene, Wesley Faria, Alexandre Cheren, Alessandra Castro, Cintia Barzotto, Zeilma Aparecida, George Ceolin, Maria Ciurinha, Maricélia, Elizabete Fernandes, Jacír Pontes, Jadir Pontes, Júnior Tobias, Lucimar Santana e Tânia Soares.

Colegas da primeira turma do Mestrado em Serviço Social da Universidade Católica de Goiás: Alaílde Passos, Aparecida Telles, Ana Maria Trindade, Flávia Oliveira, Ilza Carvalho, Josiane Silva, Maria José Silva, Maricélia Farias, Neusa Mendonça, Lúcia Carvalho, Regina Mascarenhas, Sueli Sousa e Teresa Fávaro.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que por meio do Programa de Suporte a Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior (Prosup) oportunizou a minha trilha no caminho do conhecimento.

À Universidade Católica de Goiás, em seus cinquenta anos de história e que, com compromisso social oportunizou a viabilização deste estudo.

Aos bolsistas da Capes/Prosup da Universidade Católica de Goiás, que lutaram pela minha permanência nessa instituição, em especial, à Thaisa Rocha, mulher guerreira sempre presente nesta caminhada, à Maria do Socorro, contributiva nas várias reivindicações encaminhadas à reitoria.

À professora Regina Sueli de Sousa, pela confiança, orientações, reuniões, na condução desse estudo e, sobretudo, por demonstrar desejo de conhecimento da sociedade, e em particular, pelo interesse aos assentamentos goianos, pela literatura, obras indicadas, por sua doação ao Programa de Mestrado em Serviço Social e, por fim, por ter me aceitado na condição de sua orientanda.

À Sônia Maria Rodrigues, da Universidade Federal de Goiás (UFG), que, por muitas vezes contribuiu para realização desse estudo, seja pelas correções, seja pelo companheirismo, pelas horas de conversas, pelo redirecionamento de minha condição de pesquisadora e estudiosa das questões agrárias.

Ao Sérgio Sauer, da Universidade de Brasília (UnB), pelas indicações de leituras, pela doação de vários livros, pelos diálogos que, por vezes, abriu minha percepção acerca das discussões no âmbito nacional e internacional.

À Carmen Paro, pela condução administrativa do Departamento de Serviço Social, por saber ouvir, partilhar, cobrar providências, e pelas orientações na condução deste estudo.

À Sandra de Faria, pelas construções teóricas em sala de aula e por instigar em mim o interesse pelo método, possibilitando assim a construção do conhecimento.

À Walderez Loureiro, pelo carisma, pelo conhecimento de autores como Gramsci, por tantos anos de dedicação à UCG, na busca incansável pelo conhecimento, por meio da teoria e pesquisa.

À Maria José Viana, por seu profundo conhecimento sobre a política social pública, pelo respeito e rigor teórico no trato com os escritos dos alunos, por ter apresentado tantas obras de renome nacional e internacional.

À Maria José Rocha, pelas contribuições no trato com a condução dos trabalhos acadêmicos, por seu conhecimento a respeito de gênero.

À Lúcia Moraes, por instigar o debate sobre os movimentos sociais trazendo para a sala de aula representantes e militantes desses segmentos.

Ao Germano Silva, pelo conhecimento sobre a previdência social e suas contribuições no entendimento dessa questão para os assentados.

Ao Núcleo de Estudo Pesquisa Sociedade e Cidadania (Nupesc) que me acolheu e onde iniciei os meus primeiros passos como pesquisadora.

Aos conselheiros do Conselho Regional de Serviço Social 19ª Região Goiás, especialmente a gestão 2008-2011: *CRESS em movimento: ética, trabalho e organização*. Aos profissionais Assistentes Sociais dessa jurisdição, e seus funcionários, por seu carinho e respeito.

Aos funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), pela permissão e apoio durante a realização da pesquisa.

Aos entrevistados do Assentamento Rancho Grande, em especial a Simone Ferreira, por sua companhia durante as idas para a realização das entrevistas.

À Aparecida Ramos, pelas caronas na motocicleta para os locais mais distantes no Rancho Grande.

LISTA DE SIGLAS

Assogram - Associação de Pequenos Produtores do Rancho Grande
BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
Ceasa - Central de Abastecimento de Goiás
Cedac - Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado
Cepsi - Centro de Estudos Pesquisa e Práticas Psicológicas
Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CUT - Central Única dos Trabalhadores
Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Fetaeg - Federação dos Trabalhadores Rurais de Goiás
Ibrace - Instituto Brasil Central
Incrá - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MTL - Movimento Terra Trabalho e Liberdade
MLTS - Movimento de Libertação dos Sem-Terra
MST - Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
Nupesc - Núcleo de Estudo e Pesquisa em Estados, Sociedade e Cidadania
ONG - Organizações não-governamentais
PIS - Contribuição para o Programa de Integração Social
Procera - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UCG - Universidade Católica de Goiás
UEG - Universidade Estadual de Goiás
UFG - Universidade Federal de Goiás
UnB - Universidade de Brasília
UDR - União Democrática Ruralista

RESUMO

Esse estudo analisa a Identidade de três gerações de assentados do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (*MST*), no Assentamento Rancho Grande, Goiás. Procurou-se também entender o grau de constituição, interdependência e de convergência das identidades dos assentados. Em outras palavras, procurou-se compreender se existe uma consciência social construída coletivamente, ou se a individualização do sujeito se apresenta cada vez mais frequente no mundo contemporâneo. Privilegiou-se neste trabalho uma abordagem qualitativa, com enfoque em história oral, nas memórias e nas recordações dos sujeitos para apreensão de suas identidades. Dessa forma, para resguardar os entrevistados os mesmos foram denominados por sobrenomes fictícios, tais como: Santos, Moreira, Silva, Rocha, Sousa, Costa, Nunes, Araújo, Brandão, Ferreira, dentre outros. Foram realizadas dezessete entrevistas semiestruturadas com sujeitos em idade entre dezoito e setenta anos, que representam as três gerações de assentados que lutaram e/ou participaram da conquista da Fazenda Rio Vermelho, projeto Rancho Grande, instituído em 1989. A análise do material empírico foi realizado após transcrição, realizada pela pesquisadora, relacionando-as com o quadro teórico de referência. Tomando como referência esse princípio, o assentado pode negar reivindicar, aceitar ou não, os programas e projetos que os fortaleçam, melhorando a qualidade de vida local e da sociedade em geral. O exame da identidade sociocultural e coletiva dos assentados e de suas ações nas relações sociais, remete à luta dos movimentos sociais por uma sociedade transformadora que os comporte como protagonistas de sua história. Nesse sentido, os assentamentos podem ser entendidos como uma forma encontrada pelos trabalhadores para assegurar o direito a uma vida digna. Este estudo está organizado em três capítulos. No primeiro, abordam-se as categorias teóricas que subsidiaram a compreensão das identidades. No segundo, discorre-se sobre as lutas e os desafios de um assentamento rural na região de Goiás, na perspectiva da cidadania, e partir da compreensão da política agrária no Brasil e em Goiás. E das identidades das três gerações de assentados. No terceiro, com base nas entrevistas realizadas no assentamento, procura-se compreender o grau de percepção, interdependência e de convergência identitária entre os representantes das três gerações.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Movimento Sem-terra; Assentamentos Rurais; Identidade; Cultura; Política Social, Cidadania.

ABSTRACT

This study analyzes the Identity of three generations of seated of the National Movement of the Agricultural Workers Without-land (MST), in the Nesting Great Farm, Goiás (Assentamento Rancho Grande – Goiás). It was also looked to understand the degree of constitution, interdependence and of convergence of the identities of the seated ones. In other words, it was looked to understand if it exists a social conscience constructed collectively, or if the individualization of the citizen if presents each more frequent time in the world contemporary. A qualitative boarding was privileged in this work, with approach in verbal history, the memories and the memories of the citizens for apprehension of its identities. Of this form, to protect interviewed the same ones they had been called by fictitious last names, such as: Saints, Moreira, Hiss, Rock, Sousa, Coast, Nunes, Araújo, Brandão, Blacksmith, amongst others. Interviews semistructuralized with citizens in age between eighteen and seventy years, that represent the three seated generations of that they had fought and/or they participated of the conquest of the Farm Red River, project Great Farm, instituted in 1989. The analysis of the empirical material was carried through after transcription, carried through for the researcher, having related them with the theoretical picture of reference. Taking as reference this principle, the seated one can deny to demand , to accept or not, the programs and projects fortify that them, improving the local quality of life and the society in general. The examination of the sociocultural and collective identity of the seated ones and its action in the social relations, sends to the fight of the social movements for a transforming society holds that them as protagonists of its history. In this direction, the nestings can be understood as a form found for the workers to assure the right to a worthy life. This study it is organized in three chapters. In the first one, the categories are approached theoretical that had subsidized the understanding of the identities. In as, to leave of the understanding of the agrarian politics in Brazil and Goiás is discoursed on the fights and the challenges of an agricultural nesting in the region of Goiás, the perspective of the citizenship, and. E of the identities of the three seated generations of. In third, on the basis of the interviews carried through in the nesting, are looked to understand the degree of perception, interdependence and of identitária convergence it enters the representatives of the three generations.

Key-Word: Social movements; Movement Without-land; Agricultural Nestings; Identity; Culture; Social politics, Citizenship.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	10
RESUMO.....	11
ABSTRACT.....	12
INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – ARTICULANDO OS CONCEITOS	24
1.1 MOVIMENTOS SOCIAIS	24
1.2 MOVIMENTOS SEM-TERRA	27
1.3 ASSENTAMENTOS RURAIS.....	35
1.4 A POLÍTICA SOCIAL / CIDADANIA	43
1.5 IDENTIDADE.....	46
1.6 CULTURA.....	52
CAPÍTULO II – LUTAS E DESAFIOS DE UM ASSENTAMENTO RURAL NA REGIÃO DE GOIÁS NA PERSPECTIVA DA CIDADANIA	56
CAPÍTULO III – AS EXPRESSÕES DE IDENTIDADES DE TRÊS GERAÇÕES DO MST.....	71
CONSIDERAÇÕES.....	92
REFERÊNCIAS.....	97
ANEXOS.....	103

INTRODUÇÃO

O tema a ser discutido nesta dissertação tem como recorte a identidade sociocultural de três gerações do Assentamento Rancho Grande. Identidade é tomada por este estudo como a questão principal, representada em seu caráter social e em sua dimensão transformadora no campo da cultura e das relações sociais.

As relações sociais que ocorrem na sociedade capitalista baseiam-se em duas classes sociais. Para Ammann (1977), de um lado, há a classe dirigente dominante, que se identifica no processo histórico, e, de outro, a classe dos trabalhadores dominados fazendo-se presente nos campos culturais, políticos, econômicos e ideológicos. Nesse contexto, estudar a identidade de três gerações de assentados significa compreender como a dimensão social aparece refletida no discurso e no cotidiano dessas pessoas. Em outras palavras, se existe, de fato, uma consciência social construída coletivamente, ou se a individualização do sujeito se apresenta cada vez mais frequente no mundo contemporâneo.

Assim, as identidades são formas simbólicas de representações que foram criadas pelos pesquisadores para entender as relações sociais nos assentamentos rurais. Em outras palavras, as representações sociais existem e são construídas nas relações estabelecidas entre as pessoas, e se constituíram em importante recurso metodológico na análise do percurso organizativo desses grupos.

Nesse sentido, para Bourdieu (2000, p.113), a identidade também pode ser “étnica ou regional”, e esta última pode estar ligada à origem. Assim, a conquista e o reconhecimento da identidade pelo dominado começa pela reivindicação pública, porque para o autor (2000, p.124) o “estigma produz a revolta contra o estigma”. Os assentados, mediante as lutas por reconhecimentos pelas políticas públicas e dos direitos tende a efetivá-los nos assentamentos.

Apreender as identidades construídas nos assentamentos auxilia o entendimento desse espaço enquanto ambiente de novas unidades de produção agrícola que “representam uma importante iniciativa no sentido de gerar empregos diretos e indiretos a baixo custo e para estabelecer um modelo de desenvolvimento agrícola em bases sociais, mas eqüitativas” (BERGAMASCO; NORBER, 1996, p. 9).

No desenrolar do cotidiano, apreende-se a realidade presente no assentamento, que está situado em um contexto globalizado, ligado a organizações sociais em combinações de espaço-tempo. Na perspectiva virtual, também é possível estar perto, quando ao mesmo tempo se está distante. Dito de outra forma, estudar a identidade de três gerações no Assentamento Rancho Grande significa conhecer a problemática social que se apresenta. Para Sauer (2002), a identidade dos acampados não é um processo imutável, mas mutável, ou seja, as várias ocupações de um grupo possibilitam a agregação de outras identidades.

Coloca-se em pauta, a análise da *identidade sociocultural e coletiva dos assentados e de suas ações nas relações sociais*, os sujeitos sociais que, segundo Melucci (1989, p. 54), lutam pelo “ideal de uma sociedade transformada que também os comporte como protagonistas de sua história”. Partimos, neste estudo, da relação dialética entre assentado e seu cotidiano, concebendo a construção da *identidade social* como processo importante a serviço da transformação da sociedade. Ao adotar essa posição investigativa, a identidade social não pode ser solucionada pela negação. Dessa forma, essa posição poderá contribuir para a manutenção da situação de dominação e de invisibilidade desse expressivo segmento da classe trabalhadora.

A identidade social vem preocupando estudiosos de diferentes temáticas na sociedade, sobretudo em países em desenvolvimento, como o Brasil, em razão das lutas sociais como resposta à organização do sistema capitalista, pois existe a tendência ao não-reconhecimento da presença dos assentamentos como espaços conquistados e, portanto, constitutivos de direitos na sociedade brasileira.

No entendimento de Ammann (1977, p. 12), pode-se perceber que “a persistência de um setor não participante, ou participante de maneira parcial na sociedade industrial em contraste com o outro setor plenamente integrado [...], pode ser considerada como uma limitação e uma ameaça para a sociedade”. Assim, a presença dos assentamentos na sociedade brasileira é considerada pela classe hegemônica uma ameaça e, por isso, a contínua investida do capital com objetivos de fragmentar e desmontar os ideais e organizações desses assentamentos no país, e em Goiás.

A literatura especializada utilizada como referência para esta dissertação aponta a necessidade de uma maior problematização referentes aos desafios e as

distorções presentes na concepção e nas análises sobre o protagonismo dos sujeitos históricos que compõem os movimentos e as organizações sociais brasileiras, especialmente o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Segundo Viana (2007), em um contexto mundial de afirmação de princípios neoliberais que preconizam os processos de mundialização das economias, de modernização e desenvolvimento econômico, em detrimento de investimentos na área social, essas distorções interferem diretamente no processo de desvelamento da identidade coletiva construída pelos sujeitos que se encontram na condição de assentados.

Com base no exposto, ao serem considerados *uma ameaça à sociedade ou um setor não-participante* desta economia globalizada e da sociedade industrializada, os assentamentos rurais continuam sendo objeto de polêmicas e de medidas governamentais, orientadas pelos organismos multilaterais, como Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), Banco Mundial e outros, que difundem os princípios norteadores da lógica que deve regulamentar as ações voltadas aos interesses do grande capital internacional. Nesse processo de desmonte e de fragmentação da força política da classe trabalhadora, o que se vê é sua gradativa despolitização e a desmobilização de sua capacidade organizativa como classe social, contextualizada no campo da produção e da reprodução das relações sociais e econômicas.

No cenário mundial, as aspirações e as demandas por atenção às necessidades sociais básicas, que, em tese, constituem o conteúdo e o fundamento do projeto político-social dos assentados, encontram resistências no acolhimento de suas reivindicações, gerando crises e tensões nos processos de construção de identidade e da legitimidade política e social das referidas demandas.

A combinação de todos esses fatores, além de tornar ainda mais preocupante o processo de construção de identidades coletivas, obscurece seu avanço. Portanto, pretende-se, ao se tomar o conceito de identidade em seu caráter social e em sua dimensão transformadora das condições de vida dos assentados, uma vez que essa categoria possibilita o resgate de valores socioculturais primários e essenciais ao homem do campo, tais como a relação homem-natureza, o cultivo da terra, a leitura e o conhecimento acumulado sobre o valor medicinal das plantas e outros.

Todas essas considerações remetem à problemática central investigada por esta dissertação, qual seja: análise das tendências em curso e dos efeitos produzidos pelos fatores estruturais e conjunturais em seu caráter limitador em relação ao processo dos significados e das representações sociais presentes na construção (e reconstrução) das identidades locais e regionais, em particular, da identidade coletiva (como expressão do universo identitário) dos assentados do Assentamento Rancho Grande (primeira, segunda e terceira geração), após a conquista da terra. Neste trabalho, esses sujeitos são percebidos como cidadãos portadores de direitos.

Ao analisar os principais aspectos relacionados à construção da identidade da primeira, da segunda e da terceira geração dos assentados do Rancho Grande procura-se apreender o grau de constituição, interdependência e de convergência interna entre eles, compreendendo, ainda, as principais mediações e representações sociais presentes no universo identitário desses sujeitos. Dessa forma, pretende-se ampliar o universo da pesquisa tendo no horizonte a construção de significados das três gerações sobre a experiência cotidiana vivenciada no assentamento, além de contribuir para a produção de conhecimento científico nessa área, dando-lhe maior visibilidade no espaço acadêmico, bem como oferecer subsídios para outros estudos.

Supõe-se que a ausência de uma identidade construída coletivamente após a conquista da terra contribuiu para que os assentados moradores do Rancho Grande retornassem a um modelo de produção familiar baseado nos moldes tradicionais e conservadores.

Se essa hipótese for real, o potencial organizativo desses assentados torna-se fragilizado assim como a dimensão transformadora de sua luta social. Dessa forma estariam eles reproduzindo os moldes sociais do camponês ou seria a criação do trabalho moderno?

Outro aspecto que constitui uma questão de partida para esta investigação são as resistências, distorções e tensões presentes nas lutas fundiárias do país, bem como a própria desmobilização dos assentados após a conquista da terra que os levou a velhas e conservadoras práticas familiares tradicionais. Trata-se de dimensões reveladoras do conceito de identidade, associadas ao descaso e à

indiferença de setores da moderna sociedade capitalista urbanizada e industrializada como agravamento das expressões da questão social?

As identidades que estão sendo construídas nos assentamentos seriam ainda reveladoras da ausência de uma política agrária que assegure a distribuição das terras, com o estabelecimento de uma política agrícola (no país e em Goiás), de natureza efetivamente pública e universalizadora que, além de criar mecanismos de estímulo e de reinserção desses segmentos às suas raízes rurais, podem garantir direitos de cidadania social aos assentados e aos que trabalham na terra?

Por fim, há que se indagar: as construções da categoria *identidade* são capazes de promover a força e o estatuto socioculturais e políticos para promover uma ruptura com o conservadorismo presente nas relações sociais, econômicas, e nos antagonismos que caracterizam o espaço rural e o urbano, a ponto de limitar as arbitrariedades dos atos praticados pelo poder autoritário, que se situam na contramão da cidadania e da dignidade humana dos assentados?

Ademais, a categoria da *identidade* dispõe de força política necessária para reduzir os índices de violação dos direitos sociais dos assentados, dando maior visibilidade política às suas reais lutas e demandas voltadas para o atendimento de suas necessidades humanas básicas, vistas como conteúdo e fundamento dos direitos sociais?

Para Sauer (2002), as várias ocupações sociais de um grupo possibilitam a agregação de outras identidades, contudo os espaços dos acampamentos são também espaços de construção de relações históricas que possibilitam a criação de laços de intimidade com os lugares nos quais acampam.

Medeiros (1994, p. 21) analisa que os assentamentos aparecem no cenário brasileiro como “diferenciação, tensão e disputas”, portanto, com a possibilidade do desenvolvimento de “novas identidades, quer no resgate das antigas, com efeitos tanto sobre a organização econômica quanto sobre a social e política”.

Conforme Fagnani (1998), o Brasil tem raízes de acumulação, enormes desigualdades e heterogeneidades sociais e não oferece bens e serviços à população, de forma a possibilitar a articulação entre desenvolvimento econômico e social com uma maior aplicabilidade social de cunho social.

De acordo com Carneiro (1997, p. 4), a pesquisa com seres humanos pauta-se pelo consentimento livre e esclarecido do sujeito. Isto é, a anuência do sujeito

que será pesquisado, ou de seu representante legal, livre de qualquer dependência, pressão e intimidação, após a explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios, potenciais riscos, bem como o que essa pessoa possa realizar.

De acordo com as orientações de pesquisas com seres humanos, ou seja, a Resolução nº 196/96 do Ministério da Saúde (BRASIL, 1966), assegura-se que nenhum procedimento usado na pesquisa pode oferecer riscos à dignidade humana, com o envolvimento do sujeito social. Para garantir, durante a realização dos estudos, os direitos civis, políticos e sociais, e resguardar as identidades pessoais, utilizam-se de codinomes. Dessa forma, os entrevistados serão denominados por sobrenomes fictícios como: Santos, Moreira, Silva, Rocha, Sousa, Costa, Nunes, Araújo, Brandão, Ferreira, dentre outros.

Para alcançar o objetivo de investigar a identidade de três gerações, o procedimento metodológico utilizado na pesquisa empírica privilegia uma abordagem qualitativa, com enfoque em história oral, nas memórias e nas recordações dos sujeitos para apreensão de suas identidades.

No Assentamento Rancho Grande, município da cidade de Goiás, estado de Goiás, Brasil, as entrevistas foram realizadas na casa/varanda, residência de representantes das três, com exceção de uma pessoa que estava na casa de uma vizinha que também fora entrevistada, objetivando ouvir as suas histórias e percepções do processo constitutivo e organizativo, para não incorrer no que Martinelli (1999, p. 24) analisa, ou seja, “as majorias não falam, ou se falam, os acadêmicos, não as entendem, somos surdos à palavra da maioria”.

Assim para entender os principais aspectos identitários dessas gerações recorre-se aos estudos de Debert (1994, p. 24) para compreender que “a categoria geração não se refere às pessoas que compartilham a mesma idade, mas vivenciam eventos que definem trajetórias passadas e futuras”. Nesse sentido, foram entrevistados dezessete sujeitos, quatro da primeira, nove da segunda e quatro da terceira geração. Essas foram selecionadas por faixa etária, com idade entre dezoito e setenta anos. A primeira geração está na faixa de cinquenta a setenta anos, a segunda geração de trinta a cinquenta anos e a terceira, de dezoito a trinta anos.

Foram elaborados dois roteiros de entrevistas no formato semiestruturados, como forma de apreensão de valores, história, memória e representações

simbólicas. Segundo Minayo (1996), essa modalidade constitui-se de vários objetivos que englobam a descrição do caso individual e também a compreensão das distintas culturas de grupo e da comparação de casos diversos. Todas as entrevistas foram agendadas previamente, conforme a disponibilidade dos colaboradores da pesquisa. As perguntas pré-elaboradas foram feitas aos representantes da primeira e da segunda geração (anexo 3). Para a terceira geração foi elaborado outro roteiro (anexo 4).

Como uma geração não está desprendida da outra, é importante pesquisar as três. Quanto aos procedimentos metodológicos, trabalhou-se com a análise de conteúdo dos discursos, captado nas entrevistas realizadas com sujeitos, por meio de gravadores com fita cassete e/ou *pen drive*. O uso desses dois mecanismos de gravação visa assegurar os conteúdos, assim como facilitar a transcrição das narrativas.

Vale ressaltar que, no período de análise, também foi utilizado o material de outra pesquisa que subsidiou a monografia de conclusão de curso em Serviço Social, em 2006, intitulada *As mudanças e ressignificações ocorridas na vida das mulheres da terceira geração do MST pós-conquista da terra*, realizada nesse assentamento.

Dessa forma, já àquela época, a pesquisadora teve oportunidade de obter um conhecimento maior sobre a realidade social das gerações constantes no Assentamento Rancho Grande. Atualmente ali vivem 21 famílias assentadas, totalizando cinquenta pessoas. Desse total de sujeitos moradores no Assentamento Rancho Grande, quatro pessoas pertencem à primeira geração, quarenta e duas à segunda, e quatro, à terceira geração, em relação aos critérios de seleção dos assentados que foram entrevistados três condições foram obedecidas; a) serem moradores no referido assentamento; b) serem representantes de ambos os sexos, com idade entre dezoito e setenta anos. c) serem pessoas que participam ou participaram de alguma forma do processo de luta e ocupação da terra na formação do referido assentamento.

Com base nos critérios revistos e adotados no cálculo amostral dos sujeitos pertencentes a cada uma das três gerações, em relação aos quarenta e dois sujeitos pertencentes à segunda geração que constitui o universo maior de moradores no assentamento, o critério de seleção adotado foi a exclusão: somente nove pessoas

dessa geração atendem a todos os critérios, mostrando-se, assim, aptas para serem entrevistadas. Em outras palavras, é importante ressaltar que não constituiu objeto de estudo e pesquisa desta dissertação investigar as razões que motivaram o abandono ou a migração dos assentados, em particular da segunda geração do Rancho Grande, para as cidades ou para outros assentamentos.

O critério de exclusão foi adotado após a constatação de que dos quarenta e dois sujeitos representantes dessa geração, 33 não atenderam aos critérios estabelecidos pela pesquisa, pelas seguintes razões: a maioria não mais reside no assentamento, seja porque se mudaram, seja porque venderam suas parcelas, seja porque casaram e foram para outros assentamentos, seja porque estão morando na cidade para estudarem, ou pelo fato de que, ainda que continuem naquele local, ali permanecem apenas porque compraram suas parcelas, não tendo maior vínculo com o assentamento.

A escolha dos nove sujeitos da segunda geração deu por entender que se trata da geração que apresenta uma representatividade numérica mais significativa de moradores no assentamento e também ser representada também na pesquisa por um número maior de entrevistados, e, especialmente porque somente esses sujeitos atendem a todos os critérios adotados.

Dessa forma, com representatividade dos sujeitos da pesquisa (cálculo baseado no universo amostral), foram entrevistados dezessete sujeitos.

Anteriormente à realização da pesquisa, esta pesquisadora entrou em contato com Centro de Estudos, Pesquisa e Práticas Psicológicas (Cepsi/UCG) para saber se em caso de algum risco emocional (mal-estar físico, psíquico, moral, emocional, e outros), os sujeitos da pesquisa se poderia contar com o apoio desse centro. Assim, caso fosse necessário, o Cepsi se comprometeu a realizar esses atendimentos, conforme anexo 5.

Se isso fosse necessário, essa pesquisadora também se comprometeu com o traslado dos sujeitos, assegurando ainda a hospedagem na Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Goiânia, durante o possível tratamento no Cepsi/UCG em Goiânia, de acordo com anexo 6.

Esses cuidados foram considerados relevantes neste estudo, uma vez que a pesquisa contempla relações pessoais, que “propiciam condições privilegiadas à

captação dos dados. Contudo, podem se não houver o devido estranhamento do objeto de estudo, prejudicar a análise” (SOUSA, 1997, p. 25).

A análise do material empírico foi realizado após transcrição, realizada pela pesquisadora, relacionando-as com o quadro teórico de referência, sobretudo as de Bourdieu (2000, p.125), que entende que a revolução simbólica é uma forma contra a dominação, ou seja, “a reapropriação colectiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se”. Tomando como referência esse princípio, o assentado pode negar, reivindicar, aceitar ou não, os programas e projetos que os fortaleçam, melhorando a qualidade de vida local e da sociedade em geral.

Bourdieu (2000) considera ainda que a apropriação coletiva e/ou social do poder oferece aos sujeitos possibilidades de construir suas próprias identidades, com o poder de negar ou apropriar-se conscientemente do que provém de fora.

Este estudo utilizou também estudo realizado por Martinelli (1999, p.14), relacionando sua abordagem teórica aos dados obtidos na pesquisa, visando identificar a “identidade das práticas não como abstração, mas como forma concreta de aparecer das práticas sociais”. Em outras palavras, no decorrer da análise dos dados, objetivou-se apreender a construção e o aparecimento das identidades de três gerações, ou seja, aprofundar além do que os dados aparentam ser, quando ocultados ou não revelados de forma explícita.

Nesse sentido, para efeito dessa reflexão, este trabalho apresenta-se em três capítulos. No primeiro, são apresentados os conceitos teóricos que subsidiam as ponderações sobre a realidade dos assentados e, assim, a compreensão de suas identidades. São eles: Movimentos Sociais, Movimento Sem-terra, Assentamentos Rurais, Política Social/Cidadania, Identidade e Cultura.

No capítulo II, discorre-se sobre as lutas e desafios de assentamento rural na região de Goiás, na perspectiva da cidadania e da compreensão da política agrária no Brasil e em Goiás. Esse processo permitiu situar como os assentados encaminham suas lutas, seus desafios, e como as asseguram do ponto de vista histórico, teórico-analítico ético-técnico operativo.

Nesse contexto, observa-se ausência de uma política agrária eficaz para o setor rural no Brasil, em um contexto de alta concentração de terras e enfoque nos

programas de crédito. A problematização de uma política social brasileira para o setor agrário permite afirmar que os programas existentes atendem mais aos interesses dos grandes proprietários de terra. Desse modo, a análise da política agrária está focada no campo contraditório da política agrária, desenvolvida no estado de Goiás, reafirmada pela existência de programas residuais para acesso à terra ou para sua sobrevivência nela.

Com intenção de reflexão sobre as identidades das três gerações de assentados, o capítulo III, com base nas entrevistas norteadas por um roteiro semiestruturado (anexo) procurou analisar a identidade social dos assentados do Rancho Grande, objetivando apreender o grau de percepção, interdependência e de convergência identitária entre os representantes das três gerações que configuram a organização do MST.

CAPÍTULO I

ARTICULANDO OS CONCEITOS

1.1 MOVIMENTOS SOCIAIS

Trata-se da distribuição equitativa dos benefícios sociais, culturais e políticos que a sociedade contemporânea tem sido capaz de produzir, mas não tem sido capaz de repartir.

José de Sousa Martins

Os movimentos sociais são retratados por Melucci (1989) como uma categoria difícil de ser apreendida conceitualmente, porque abarca várias abordagens complexas. Esse autor ressalta que os movimentos sociais não lutam só por bens materiais, mas também luta por projetos simbólicos e culturais, acreditando que podem mudar suas vidas. No entanto, “esses movimentos desenvolvem uma ação coletiva baseando-se na solidariedade, rompendo com os limites do sistema onde ocorrem as ações” (MELUCCI, 1989, p. 54).

Conforme Rocha e Sousa (2003, p. 5), os movimentos sociais na atualidade expressam “o desenvolvimento para uma subjetividade cidadã, ou seja, uma cidadania social, que requer participação, solidariedade, para uma nova concepção de cultura política que seja capaz de lidar com as transformações sociais”.

Scherer-Warren (1989) concebe o movimento social como um espaço em que estão presentes as relações de *opressão e de libertação*, pois em uma sociedade, tanto no plano individual, quanto no grupal, essas relações são mediadas de poder. Neste sentido, reagir às opressões é constante no ser humano, e elas se manifestam de várias formas: econômicas, políticas, culturais, ideológicas ou psicológicas. Portanto, nenhum grupo é plenamente oprimido ou liberto, pois na perspectiva dialética todos vivem em um espaço que é contraditório, isto é,

a dialética de opressão do poder nas relações sociais [...] faz com que os indivíduos ou grupos em suas inter-relações vivam contraditoriamente os dois aspectos opostos deste fenômeno. O dominante em sua relação de opressão vive a contra-opressão do dominado como uma forma de opressão. A libertação é uma busca. Uma utopia que dá sentido ao viver, mas que de forma absoluta é sociologicamente, um absurdo.

(SCHERER-WARREN, 1989, p. 8)

Dessa forma, os movimentos sociais para Scherer-Warren (1989), representam comportamentos coletivos importantes na vida social, pois neles estão presentes as correlações de forças que atuam contra o que está estabelecido, podendo conquistar e direcionar a história.

Para essa autora, os movimentos estão “na luta de classe pelo controle social da historicidade, pelo controle dos mecanismos de autoprodução do social” (SCHERER-WARREN, 1989, p. 90). Neste contexto, fica clara a relação que ocorre na sociedade, no processo histórico, a presença dos conflitos realizados nos campos culturais, políticos, econômicos e sociais.

Para Touraine (1989, p. 94), os trabalhadores organizam-se em forma de movimentos sociais para expressarem as diversas formas de opressão que os empurra à miséria, isto é,

Os movimentos sociais são agentes históricos que expressam, a cada momento as formas históricas de opressão, de miséria, de injustiça, de desigualdade. E muito mais do que isto expressa o dividir, através de sua crítica, de suas formas de contestação, de suas lutas na busca de novas alternativas, para o comando de uma nova historicidade.

Gohn (1994) assinala que, no Brasil durante as últimas décadas, houve o acirramento das demandas populares suscitadas pelo urbano e rural, por intermédio de pessoas com interesses comuns, como a busca pelo direito à moradia, dentre outros. Conforme essa pesquisadora, essas pessoas apresentam especificidades, distintas diferem-se no tocante às suas origens, e suas necessidades sociais são articuladas no contexto dos movimentos sociais por pessoas que apoiam a luta em defesa do direito à justiça e à igualdade. Prosseguindo sua análise, a autora considera ainda que os sujeitos sociais se constituem em grupos no momento em que se caracteriza o processo de exclusão na reivindicação de suas necessidades. Dessa forma, eles se fazem protagonistas de suas histórias, transformando-as em busca de utopias.

Para Senna (1994), as pessoas vivem um ideal de sociedade quando se articulam em grupos,

os grupos sociais – qualquer que seja a identidade a lhes dar unidade, e, mormente quando historicamente excluídos e secundarizados nos processos sociais que lhes são pertinentes – vivem o ideal de uma sociedade transformada que também os

comporte como protagonistas de sua história, restando-lhes movimentar-se, para a realização de sua utopia de liberdade. (SENNÁ, 1994, p. 44)

Esse autor salienta que os movimentos sociais defendem a possibilidade de as pessoas tornarem-se sujeitos da sua própria história. Explica que, no Brasil, isso ocorreu desde a implementação da industrialização, que provocou a desarticulação do capitalismo agrário tradicional, causando o declínio das oligarquias rurais e a concentração de pessoas nas cidades. Para ele, é nesse espaço contraditório que emergem os movimentos sociais, visando assegurar condições melhores de vida à classe trabalhadora tanto rural quanto urbana.

Nessa ótica, Oliveira (2006, p. 33) declara que “a cidade e o campo vão-se unindo dialeticamente, quer no processo produtivo, quer no processo de luta por melhores condições de salários [...], particularmente, na luta pela reforma agrária”.

Para esse autor, na cidade revelam-se as contradições, nela estão presentes às lutas rurais e urbanas, assim, pelo crescimento das cidades compreendem-se os processos que ali e no campo estão presentes.

Cruz (2007), contrariando a tese de que os movimentos sociais perderam sua importância e relevância no compasso do destroçamento da classe operária na sociedade pós-industrial, afirma que, no caso brasileiro, os movimentos sociais continuam a desempenhar papel importante na cena política, e nada indica que deixarão de fazê-lo no futuro próximo, a exemplo dos sem-terra, sem-teto, desempregados e estudantes. Para o autor, houve um desdobramento e articulação de movimentos em novas demandas, e a fronteira entre novos e tradicionais é difícil de delimitar.

De acordo com Scherer-Warren (2005, p.117), há necessidade de proceder a uma análise dos movimentos sociais como fragmentados, visando uma compreensão do movimento real. Para a autora, eles se articulam também em redes de movimentos e exemplifica:

O Fórum Social Mundial (FSM) bem como outros fóruns e redes transnacionais de organizações tem sido espaço privilegiados para a articulação das lutas por direitos humanos em suas várias dimensões sociais. Assim, através dessas articulações em rede de movimento observa-se o debate de temas transversais, relacionados a várias faces da exclusão social, e a demanda de novos direitos.

Ao observar o cenário das organizações sociais no campo, depara-se com a organização e luta dos trabalhadores em busca de terra. Dessa forma, ao comporem as frentes do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) esses trabalhadores constituem articulações com outros sujeitos sociais, sobretudo, tecidas em diferentes setores, tais como o campo partidário, o religioso, o político, e o das Organizações não-governamentais (ONGs) e suas expressões nas cidades. Nesse contexto, o MST é exemplo de um movimento social rural que tem nas cidades suas bases de apoio e mobilização.

1.2 MOVIMENTO SEM-TERRA

Os trabalhadores rurais não lutam apenas por terra para si mesmos, mas cada combate faz parte da luta por terra para todos os Sem-Terra. Os Sem-Terra querem uma ampla reforma agrária.

Isaac Akcelrud

Conforme Velho (1986), o movimento social rural trata amplamente das relações sociais que ocorrem no campo, como o movimento social camponês, que tende a lutar por mudanças sociais. Esses movimentos, para o autor, têm ideologias, meios e métodos para formar alianças e graus de consciência baseados nas questões socioeconômicas, que aparecem na natureza do campesinato e na realidade agrária, fatos que o desenvolvimento capitalista provoca.

Segundo Akcelrud (1987), os trabalhadores rurais lutam por terra no Brasil, desde a colonização do país, quando os portugueses deram início ao plano empresarial, “o primeiro passo nesse negócio era apossar-se da terra, vencendo a legítima oposição e tenaz resistência dos índios” (p.13). O resultado dessa ocupação no território brasileiro deu-se com a grilagem das terras, o despejo e/ou a morte de várias nações indígenas.

Os produtores rurais foram para a agricultura de exportação, com a exploração do trabalho escravo, a exportação de açúcar. Assim, a “expansão da fronteira agrícola, a introdução de novos cultivos, a substituição da agricultura por pecuária eram algumas das razões que promoviam essa expulsão” (MEDEIROS, 2003 p.15).

Gohn (2003), em consonância com essa idéia, analisa que a luta por terra no Brasil é secular, porque decorre da colonização portuguesa. O autor exemplifica que, na década de 1950, os trabalhadores do campo, por meio das Ligas Camponesas, realizaram lutas para assegurar direitos adquiridos no meio urbano, isto é, estabelecimento de jornada de trabalho, férias, carteira assinada, piso salarial e também a reivindicação ao Estado de terras para poderem trabalhar e viverem com suas famílias no campo. Contudo, após o Ato Institucional nº 5, da ditadura militar, segundo o autor, os cidadãos brasileiros foram impedidos de continuar manifestando suas reivindicações, e só reapareceram no cenário nacional com as lutas deflagradas no país a partir de 1978.

Na mesma linha de raciocínio, Navarro (1999) assinala que os movimentos sociais rurais ressurgiram no Brasil a partir do início dos anos de 1980, em decorrência da transição democrática e da concretização do sistema capitalista e seus impactos nas áreas rurais.

Para o autor, a ação de setores ligados as Igrejas Católica e Luterana contribuiu para a expansão dos movimentos rurais. Assim, a organização dos trabalhadores, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), passaram a empunhar a bandeira por *reforma agrária no Brasil*. Esse movimento não só luta para assegurar terras aos trabalhadores, mas contra as consequências advindas de projetos governamentais que causaram vários conflitos no campo, tais como a construção de ferrovias, usinas hidrelétricas, barragens, desmatamentos para plantio de *pinus*, de eucalipto, ou até mesmo a política de incentivo a plantação de cana-de-açúcar.

Conforme Sousa (1997), a reorganização dos trabalhadores rurais teve sua grande contribuição com decisões tomadas no interior da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em 1975, a Igreja Católica, por intermédio da (CNBB), criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com base em suas linhas pastorais, definidas, desde 1968, no Concílio de Medellín na Colômbia, objetivando desenvolver nas áreas rurais dimensões simbólicas com as várias comunidades moradoras no rural.

Para Sousa (1997, p. 50), os trabalhos realizados pela CPT oportunizaram a criação, em 1984, do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), com o objetivo de:

1. Que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha;
2. Ser um movimento de massa, autônomo dentro da organização sindical, para conquistar a reforma agrária;
3. Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;
4. Organizar os trabalhadores rurais na base;
5. Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político;
6. Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;
7. Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina.

De acordo com Lefebvre (1991, p. 67), o campo é um lugar de produções de obras, espaço em que “a produção agrícola faz nascer os produtos e a paisagem é a própria obra”. De acordo com o autor, a vida no campo não pode ser compreendida sem os símbolos e representações. Dessa forma, mesmo que a relação do homem no urbano tenha mudado com o passar dos anos,

a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. Não sem os efeitos paradoxais anteriormente observados, a vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequeno centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão, etc.). As aldeias se ruralizam perdendo a especificidade camponesa. Alinham-se com a cidade, porém resistindo às vezes dobrando-se ferozmente sobre si mesmas. (LEFEBVRE, 1991, p. 69)

A relação campo e cidade transforma-se em uma mutação. Conforme Lefebvre (1991, p. 68), a cidade torna-se o lugar da exploração do campo, ou seja, um espaço entendido como “centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando um centro de decisão e aparentemente de associação.” As questões do campo, nessa perspectiva, resolvem-se na cidade, e assim, percebe-se que as cidades policêntricas, centralizadas e segregadas se renovam, invadindo o espaço do campo, e o tratam como desqualificado e mero fornecedor da cidade.

Nas palavras de Naxara (1992), essa identificação

levou a uma leitura que realçou o atraso do homem rural brasileiro, identificando o campo ao atraso, em contraposição ao urbano que é o civilizado. Oposição que, transposta para um outro nível, diferenciava as elites brasileiras de seu povo,

estando a elite identificada ao progresso e à civilização e o povo identificando ao atraso e à barbárie [...]. [No entanto] a desqualificação da população livre e pobre no Brasil remonta às [suas] origens. (NAXARA, 1992, p.185)

A situação dos trabalhadores rurais na cidade reivindicando terra e melhores condições de vida, como afirmam Melucci (1989), Silva (1996), Sousa (1997), Navarro (1999) e Medeiros (2003) revela a dura realidade enfrentada por essas pessoas na luta pela sobrevivência. Esses sujeitos sociais realizam passeatas, ocupam espaços, acampam nas cidades às margens de estradas e/ou rodovias, articulando-se em busca de uma vida melhor.

No entanto, a expressão desses trabalhadores nas cidades é permeada de valores rurais e urbanos e, para atender às necessidades sociais, se articulam reivindicando terra para plantarem e viverem. Para Lefebvre (1991), a crise nas cidades é mundial, ela explode envolvendo as sociedades agrárias, em uma cultura que se dissolve em um conjunto de situações. Segundo Kowarick (2000, p. 22),

é a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou o que pior da falta desta.

De acordo com Kowarick (2000), a somatória de extorsões faz-se presente, pela falta do atendimento coletivo, ausência de moradia e conseqüentemente, o acesso a habitação nas cidades. Provoca o que Moraes (2003, p. 15), denomina segregação planejada, ou seja, “o Estado constrói para as pessoas de baixa renda casas nas periferias da cidade”, no qual, o “domínio do Estado e do poder político está presente também nas definições das construções das novas cidades-capitais”. Em outras palavras, as pessoas são empurradas para viverem em espaços segregados excluídos dos acessos sociais, e para saírem dessa situação, se organizam em movimentos sociais, seja para moradia no espaço urbano, seja para acesso à terra.

Para Moraes (2003), no Brasil desde os tempos coloniais, a moradia e o acesso à terra para a classe trabalhadora são precárias. Com o desenvolvimento do capitalismo, a partir dos anos 1970, essa situação tornou-se mais visível com o inchaço das periferias urbanas. Para essa pesquisadora, esse processo é similar ao

início das primeiras décadas do século XX, para as populações que habitavam em cortiços, e/ou bairros populares, próximos a córregos e outros lugares afastados da cidade, ocorrendo, assim, a segregação social.

Para Gohn (2003), após a Segunda Guerra Mundial, surgiram novas demandas sociais no cenário nacional, e as pessoas sem condições dignas de habitação e de sobrevivência nas cidades se mobilizaram-se para lutar e assegurar moradia. No campo, os trabalhadores organizavam as ligas camponesas lutando para obterem terra para nela viverem e trabalharem.

O cenário urbano brasileiro, de acordo com Akcelrud (1987), refletido no rural tem consequências políticas que podem ser revistas ao longo da história social brasileira, a exemplo da renúncia de Jânio Quadros e a sucessão de João Goulart. Com a ditadura militar, constituiu-se um forte teor conservador e autoritário. Para o autor, essa situação é constatada com a aprovação do Estatuto da Terra, Lei nº4.504 de 1964, que apresentava as finalidades para o uso da propriedade da terra. Conforme Veiga (1981, p. 23), o Estatuto da Terra estabelece normas para a desapropriação, ou seja, “Sistema de cadastramento dos imóveis ali rurais e sua classificação com base na definição de um Módulo de propriedade”.

O módulo corresponde à área que, em determinada posição geográfica, absorva toda a força do trabalho de um conjunto familiar de quatro pessoas adultas proporcionando-lhe um rendimento capaz de lhe assegurar a subsistência e o progresso social e econômico. Uma vez estabelecido o módulo de cada micro-região homogênea, torna-se possível classificar todos os imóveis aí situados em quatro grandes categorias:

Minifúndio, Empresa Rural, Latifúndio por Exploração e Latifúndio por Dimensão. *MINIFÚNDIO* é o imóvel rural com área agricultável inferior ao Módulo. *EMPRESA RURAL* é o imóvel explorado racionalmente, com um mínimo de 50% de sua área agricultável utilizada e que não exceda a 600 vezes o Módulo, ou a 600 vezes a área média dos imóveis da respectiva micro-região. *LATIFÚNDIO POR EXPLORAÇÃO* é o imóvel que, não excedendo os mesmos limites da Empresa Rural, seja Mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio. *LATIFÚNDIO POR DIMENSÃO* é o imóvel rural que ultrapassa os limites definidos para a Empresa Rural, seja qual for o seu grau de aproveitamento (VEIGA, 1981, p.24).

Em outras palavras, o Estatuto da Terra, no âmbito geral da legislação, abriu possibilidades da desapropriação da terra por interesse social, permitindo que a

União desapropriar terras que não cumprem sua função social, isto é, produzem e gerem riquezas.

Navarro (1999) expõe que o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nasceu em Cascavel, Paraná, e de fato, foi constituído em 1984, apoiado por uma associação com sede em São Paulo. Inicialmente, teve a participação de religiosos e atuou com ações pacíficas, insistindo nos mecanismos de negociações com o Estado, visando a desapropriação de latifúndios para assentamento de trabalhadores rurais.

O MST como movimento social, de acordo com o autor, apareceu como força opositora à União Democrática Ruralista (UDR), que se fazia presente na mídia defendendo os donos do agronegócio, detentores de espaços na terra e dela fazem uma grande arena de negócios. Em outras palavras, “a propriedade da terra no Brasil, desde sua colonização pelos portugueses, constitui-se em mercadoria isto é, elemento da apropriação de um grupo com objetivo de obter lucro” (SOUSA, 1999, p. 591).

Para Oliveira (2006, p. 64), é na luta que existe a possibilidade de garantir um futuro melhor, tanto na cidade quanto no campo, às pessoas que buscam uma utopia. Nas palavras do autor, elas

apreenderam que só na luta garantirá, no futuro, a utopia [...]. Por isso, avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez, se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por direitos. Tem a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra sustenta nesses direitos a possibilidade da realização de suas utopias. Para Morissawa (2001), essa utopia tem como princípios ideológicos a sustentação de:

1. Amar e preservar a terra e os seres da natureza.
2. Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a natureza e a agricultura.
3. Produzir alimentos para eliminar a fome da humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos.
4. Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas.
5. Cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água.
6. Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças e árvores.
7. Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente.
8. Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão

exploração praticada contra a pessoa, a comunidade e a natureza. 9. Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão estudo e liberdade. 10. Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras. (MORISSAWA, 2001, p. 238)

As décadas de 1980 e 1990 foram de intensas lutas sociais, e em decorrência delas, a aprovação da Constituição Federal em 1988 apresenta novos instrumentos na reafirmação da função social da terra. Contudo, a Carta Magna de 1988 ainda é conservadora em relação à propriedade, pois “nota-se uma nítida propensão de impor limitações ao caráter absolutista, individualista e concentrador do direito de propriedade tradicional” (SILVA, 1996, p. 76). Além disso, esse caráter individualista reafirmou a modernização predatória no campo, provocando, ainda mais, o êxodo rural, aumentando o inchaço das cidades.

Segundo Navarro (1999, p. 32), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, pela fermentação social, consolidou um conjunto de articulações para garantir o cumprimento dos artigos 184, 185, da Constituição Federal do Brasil de 1988, que concede o direito ao acesso à terra aos camponeses sem-terra que lutam também nas cidades para conquistarem melhores condições de vida. Nos termos legais,

compete à união desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis em até vinte anos, [...]. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: I-a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra; II-a propriedade produtiva (BRASIL, 2001, p. 109).

Conforme Prudente (2004), a desapropriação por interesse social encontra respaldo nos artigos 184 e 185 da Constituição Federal de 1988, assegurando ao governo o poder da desapropriação. Para Veiga (1981, p. 25) isso significa “a) quaisquer áreas beneficiadas por obras públicas de vulto; b) áreas cujos proprietários não conservem os recursos naturais; c) áreas destinadas à arrendatários, parceiros e posseiros; e) áreas cujo uso atual não seja adequado à sua vocação”.

Gohn (2003), considera que, apesar da luta por terra no Brasil ocorrer há séculos, os assentamentos no Brasil são contemporâneos, surgindo como resposta do Estado às reivindicações dos trabalhadores que ocupam terras em situação de especulação fundiária, e/ou sem cumprir sua função social.

Assim, os assentamentos são constituídos por famílias, com idades variadas. No que tange ao processo de acampamento, eles são planejados por intermédio de comissões, assessorias e pelos próprios ocupantes antes da ocupação das terras a serem solicitadas para desapropriação.

De acordo com o MST (2006), esse movimento está organizado em 23 estados da federação brasileira, atuando nas temáticas de gênero, direitos humanos, educação, cultura, comunicação, formação, projetos de capacitação, administração de finanças, cooperação e ambiente. Sua estrutura organizacional é composta por cinquenta famílias em núcleos estaduais localizados nas capitais do Brasil. Além dessa estrutura, existem os setores coletivos que lutam pela concretização da reforma agrária.

Em Goiás, há cinco mil famílias organizadas em busca da terra. Essas famílias articulam-se tanto com o MST, quanto com a Federação dos Trabalhadores Rurais de Goiás (Fetaeg), o Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL) e o Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLTS), a Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e Via Campesina. A maioria de seus integrantes advém do êxodo rural e ou do processo migratório. Por isso, o MST organiza-os no urbano, buscando apoio à luta por reforma agrária e políticas públicas para os assentamentos brasileiros.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese; 2007) aponta que há, no Brasil, 44.364 mil famílias envolvidas em ocupações, reivindicando a posse da terra. Em todo território nacional, segundo a (Unesp; 2008), há 900 mil famílias assentadas. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra; 2007), existem em Goiás 264 projetos de assentamento, o que perfaz uma área de 587.842,2774 ha com 11.853 famílias assentadas.

No município da cidade de Goiás, conforme o Incra (2007), são desenvolvidos 18 projetos de assentamentos 472 famílias assentadas. Conforme o MST (2007), cinco mil famílias estão esperando para serem assentadas, acampadas em cidades e/ou as margens de estradas e rodovias, lutando pela efetivação do direito de morar, trabalhar, de seus filhos estudarem, de usufruírem de políticas públicas.

O MST (2007) ainda se depara com alguns desafios, dentre eles, a criminalização do movimento por parte dos estados, os assassinatos no campo e a venda das parcelas em assentamentos. No Brasil, em 2006, de acordo com Dieese,

(2007), aconteceram 39 assassinatos de sem-terra, presidentes de sindicatos rurais, sindicalistas, assentados e lideranças religiosas. Dessa forma, para Leher (2005) é importante compreender que a situação decorrente da luta por terra é consequência da constituição do sistema capitalista com a faceta de criminalizar e coagir os povos da América Latina. Segundo o autor,

os povos Latino-americanos estão submetidos, também, ao neoliberalismo de guerra. O cerco das bases militares estadunidenses em todas as regiões geopolíticas relevantes, a intervenção aberta no Plano Colômbia, a crescente criminalização das lutas sociais e a sistemática violência física e simbólica imposta contra os protagonistas das lutas sociais são fatos que comprovam isso. Entretanto, é plausível propugnar, com *Wood*, que, primeiramente, o imperialismo não objetiva ocupar colônias para serem anexadas aos seus territórios, mas, antes, promover tal domínio econômico e político que, na prática, a anexação é desnecessária. As experiências do Vietnã e do Iraque atestam que uma ocupação pode se converter, antes, em um pesado fardo para os “senhores do mundo” (LEHER, 2005, p. 11-12).

Com base na reflexão de Leher (2005), é possível perceber como essa realidade apresenta no Brasil a criminalização dos movimentos sociais e o domínio econômico e político dos assentamentos no Brasil e em Goiás.

1.3 ASSENTAMENTOS RURAIS

Esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem.

Pierre Bourdieu

O termo assentamento, segundo Bergamasco e Norber (1996, p. 7), surgiu pela primeira vez no “vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países”. Tanto no Brasil, quanto em Goiás, assentamento também é sinônimo da luta de trabalhadores rurais sem-terra.

Os assentamentos, para Bergamasco e Norber (1996), significam espaço de novas unidades de produção agrícola, “representam uma importante iniciativa no sentido de gerar empregos diretos e indiretos a baixo custo e para estabelecer um modelo de desenvolvimento agrícola em bases sociais, mas eqüitativas” (p. 8). Nesse sentido, os assentamentos podem ser entendidos como uma forma

encontrada pelos trabalhadores para assegurar o direito a uma vida digna, apesar das suas múltiplas origens:

a) projetos de colonização, formulados durante o regime militar, a partir dos anos 70, visando a ocupação de áreas devolutas e a expansão da fronteira agrícola; b) reassentamento de população atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; c) planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória; d) programas de reforma agrária, via desapropriação por interesse social, com base no Estatuto da Terra (1964), parcialmente implementado a partir de 1986 sob a égide do Plano Nacional de Reforma Agrária, iniciado no governo Sarney; e) a criação de reservas extrativistas para seringueiros da região amazônica e outras atividades relacionadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis (BERGAMASCO; NORBER 1996, p. 9).

Para Bergamasco e Norber (1996, p.10), os assentamentos não têm suas origens em “uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo, principalmente a partir da primeira metade dos anos 80”.

Conforme os autores (1996), o Estado não propôs os assentamentos com base em uma política pública e agrária. Contudo, Medeiros (1994, p. 19) afirma que os assentamentos têm, de um lado as suas origens “em políticas do Estado e, por outro, em pressões dos trabalhadores e seus aliados”. Assim, para essa autora, os assentamentos são resultados da implementação de políticas públicas para a sociedade, uma vez que são resultados da pressão dos trabalhadores, da sociedade e do reconhecimento do próprio Estado, ao efetivar políticas públicas que legitimam essas demandas em forma de lei.

Segundo Akcelrud (1987), os primeiros assentamentos foram criados no final da década de 1950, início dos anos 1960, quando, sob rígidos critérios do progresso, o Estado desabrigou trabalhadores rurais, para construção de barragens de usinas hidrelétricas, para subsidiar o crescimento do país. De acordo com o autor, nesse contexto de desenvolvimento estavam subtendidas as idéias de modernização, que fizeram ressurgir a luta de trabalhadores rurais sob a denominação de Ligas Camponesas, trabalhadores arrendatários, foreiros que lutavam contra as taxas de arrendamentos das terras, por melhores salários e direitos trabalhistas.

Para Bergamasco e Norber (1996, p.13) esse movimento apareceu em 1950, primeiramente em “Pernambuco, tornando-se expresso na Paraíba, Rio de Janeiro,

em Goiás e, em seguida, no Ceará e em Alagoas”, com a consolidação do assentamento de 140 famílias em áreas compradas pelo Estado.

Para Bergamasco e Norber (1996), os partidos políticos da época ao perceberem a dimensão da luta social dos camponeses, acirram uma disputa política, já que um dos advogados da Liga era o então recém-eleito deputado do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Francisco Julião. Para esses autores os assentamentos nasceram da luta dos trabalhadores, e se difundiram pelos estados, com a criação de associações civis. Na década de 1980, o termo assentamento começou a ser utilizado no Brasil para designar as lutas de parcela da população camponesa, que fora sendo empurrada para as cidades, em busca de melhores condições de vida, porém a tentativa foi frustrada e retomaram a luta pela terra.

Conforme Martins (2002), os movimentos sociais foram duramente reprimidos em 1964 com o golpe militar, como tentativa de impedir a reforma agrária no Brasil. Para o autor, medidas impeditivas contra a efetivação da reforma agrária foram tomadas pelos militares, resultando em muitas mortes. Por outro lado com a criação do Estatuto da Terra – medida para subsidiar o modelo de agricultura para o Brasil, isto é, grandes propriedades com o modelo de empresas rurais e pequenas propriedades com sistema de agricultura familiar contribuiu para aparecer no campo uma nova modalidade de produção capitalista com intensa acumulação do capital. Segundo o autor,

as relações sociais e políticas foram completamente submetidas à mediação do mercado e ao seu poder regulador. Em pouco tempo, para sustentar uma família foi preciso transformar mais um de seus membros em trabalhador. Antes do golpe, um trabalhador sustentava uma família. Poucos anos depois do golpe, eram necessárias duas pessoas para sustentar a mesma família (MARTINS, 2002, p. 33).

Para Martins (2002), resultantes do processo de modernização do campo são a desmobilização e a diluição da identidade dos trabalhadores rurais que se configuraram na imagem do trabalhador familiar excluído. De acordo com o autor, eles foram para as cidades fazendo aumentar os cortiços e as ocupações do solo de maneira irregular, como resultado do processo de desenvolvimento do regime militar. Assim, o trabalhador rural viu-se na condição de expulso da terra e recusado pela

cidade, como exemplificado na fala de Araújo¹ (22 nov. 2008), um dos entrevistados do Assentamento Rancho Grande. Ao ser perguntado sobre o processo de organização das pessoas para conquista do assentamento, descreve:

O meu pai era filho de pessoas que tinha propriedade. Ele foi herdeiro, tinha uma pequena propriedade. Perdeu a terra com financiamento de empréstimo de banco, porque veio a questão da modernidade, usar insumo e aí teve algumas crises e eu me tornei uma pessoa filho de pequeno produtor, mas me tornei uma pessoa [...] sem-terra, porque meu pai não tinha mais terra o banco tomou a terra dele, e aí eu [...] fui tocar roça na terra de parente, né? E eu fiquei morando numa cidadezinha pequena, próximo onde a gente morava. Então isso foi o início onde a gente virou sem-terra. Mais como a gente tinha aproximação da terra com esse convite pra ir para o acampamento na BR153 eu me reencontrei. Falei: “Acho que ali é o espaço o momento da gente voltar e ter uma terra aquilo que o meu pai perdeu a gente vai resgatar voltar e ter uma terra”.

A fala de Araújo demonstra não só sua origem camponesa mas também o processo da expulsão dos trabalhadores rurais da terra, em virtude de “uma política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas dos grandes produtores rurais” (BERGAMASCO; NORBER, 1996, p.10). Esse processo foi denominado por Martins (2002) de expulsão do trabalhador do campo para as cidades, onde também conseguem se articular e são denominados de *sem-terra*, que configuram não só como um espaço de moradia, mas também de trabalho. Para Oliveira (2006, p. 64), os sem-terra

avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez, se necessário for, não param, estão em movimento [...]. Têm a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado.

Conforme Oliveira (2006), as conquistas dos assentamentos tornaram-se realidade no país pela luta desses trabalhadores por terra, que, em um primeiro momento, se articulam aos movimentos sociais, acampam e reivindicam a terra, processo definido como acampamento.

¹ Araújo têm 47 anos. Nasceu em Uruana-GO. É católico casado, tem três filhos, mora no Assentamento Rancho Grande, estudou até o ensino médio (Entrevista realizada pela pesquisadora, em 22 de novembro de 2008, às 14h, na sala da casa do entrevistado, no assentamento).

Sousa (1997, p. 88), esclarece que o processo constitutivo de um assentamento se inicia primeiro com os acampamentos e, “no processo organizativo de um grupo” ocorre à participação de “militantes de sindicatos de trabalhadores rurais [...] integrantes das comunidades eclesiais de base e de evangélicos”. Em outras palavras, ou seja, pessoas de diferentes segmentos juntam-se para conseguir um único objetivo, a conquista da terra, momento em que as reuniões para discussão e encaminhamento de questões de interesse do coletivo são sistemáticas.

Para Sousa (1997), no período dos acampamentos, são constituídas comissões e/ou equipes que são designadas para o reconhecimento da área a ser ocupada (a área pode ser a terra desejada ou outra, nas proximidades de locais nos quais os acampados podem ser vistos pela sociedade). Quando ocupam esses espaços, veiculam notícias nos meios de comunicação, tais como, rádio, TV, jornais, e/ou passeatas em via pública, procurando chamar a atenção da sociedade para o problema social das famílias e a reivindicação da posse da terra.

A fase de acampamento, para a autora, é um processo de intenso aprendizado para as pessoas, que têm a possibilidade de conviver com o diferente, relacionar-se com outras pessoas, que vivenciam as mesmas lutas sociais, o formato das solicitações e pressões do Estado, as reflexões de temáticas sociais, a superarem os desafios de convivência com pessoas alheias ao núcleo familiar, dentre outros. Contudo, esse período é considerado como sendo muito difícil por eles, tal como relata Machado² (16 nov. 2008), ao ser perguntada sobre o acampamento:

Era sofrimento demais era sol quente, outra hora chuva, lama demais e a lama que ia quase ao joelho. O povo sofrendo, aqueles caminhões passava a noite inteira balançava até os barracos todinho, e acidente. Até o pessoal que tava acampado eu assim quase não conhecia eles, ele foi acidentado bem assim na frente, passava caminhões demais [na BR 153, em Goiânia], uns quebrou a perna outro morreu a mulher até ficou viúva [referindo-se ao acidente na BR153 que resultou na morte de um acampado].

Para Sousa (1997), esse período de *acampamento* é constituído por muitos desafios, desde a manutenção do grupo com a realização de trabalhos próximos ao

² Machado tem 35 anos. Nasceu em Goiânia, é casada, tem dois filhos, moradora no Assentamento Rancho Grande. Evangélica, estudou até terceira série do ensino fundamental. (Entrevista realizada pela pesquisadora, em 16 de novembro de 2008, às 10h, na sala da casa da entrevistada no assentamento).

acampamento, relações de negociação com órgãos governamentais, participações em reuniões e assembleias, nos quais as decisões são tomadas coletivamente; até quando deixam de serem denominados *sem-terra* e passam a serem assentados e/ou pequenos agricultores familiares.

Contudo, a conquista da terra não significa que a luta acabou. Novas conquistas ainda estão por vir, “uma vez obtido o acesso a terra e colocadas questões em termos da produção, de decisão sobre formas de organização, e até mesmo de localização das famílias” (MEDEIROS, 1994, p. 21). Todos esses aspectos definem o cotidiano dos assentados. Contudo, há outros desafios: quando são assentados deparam com a necessidade de estradas, de escolas, de postos de saúde, de hospitais, enfim a necessidade de políticas públicas. Para Bergamasco e Norder (1996, p. 10), a constituição de,

Infra-estrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio creditício e comercial) que leva ao sucesso dos assentamentos, bem como de qualquer outro produtor rural.

Segundo Medeiros (1994), o processo de construção e consolidação da posse da terra, seja por condições econômicas e sociais, seja pela produção agrícola, desde a produção familiar individualizada ou por sistemas coletivizados, são aspectos que dependem do grau de organização e de participação dos assentados diante do Estado.

Considerando todos esses desafios, os assentados, ainda precisam lidar com a questão da propriedade da parcela. Conforme Bergamasco e Norber (1996, p. 69-70), as modalidades mais comuns de propriedades no Brasil são:

1) a *Propriedade Privada* e definitiva de um lote familiar, onde cada família o utiliza conforme suas condições e decisões, ficando aos assentados o direito de vendê-lo a quem quiser, quando quiser, como quiser; 2) o *Comodato* o Estado concede a uma família ou a um grupo de famílias o direito de utilizar o solo por um período longo, geralmente indeterminado; 3) a *Propriedade Condominial*, que é concedida a um grupo de famílias que, numa Assembléia Geral, pode decidir pela renda da terra ou parte dela; 4) a *Concessão de uso Coletivo*, onde cada família é incorporada a um projeto social em que a utilização da terra pode ser coletiva ou familiar reconhecida pelas instituições bancárias, mas que não pode ser comercializada. Em caso de desistência, outra família será selecionada para ocupar a área.

De acordo com esses autores (1996), o MST, avaliou os aspectos jurídicos em relação a essas modalidades de propriedades, e por considerarem as dificuldades do acesso à terra, em virtude das “indisposições do Estado para implementar novos assentamentos” (p.70), cientes de que a propriedade individual definitiva permite a reconcentração de terra por meio de sua comercialização, ou grilagem. Consideraram então “a *Concessão de Uso Coletivo*, como a forma de propriedade mais adequada aos assentamentos” (BERGAMASCO ; NORBER 1996, p. 70). Contudo essa decisão do MST não é bem assimilada pelo conjunto dos assentamentos do país. A prática usual é que os assentados recebem as parcelas e dispõem de dezessete a vinte anos para quitar os títulos da terra no Incra. Araújo (22, nov. 2008), quando perguntado sobre a questão da propriedade no assentamento esclarece:

Tem todo um programa pra quem pega título: Você tem três anos de carência, dezessete anos pagando. Depois que você pagou você tem direito de registrar esse título pra se tornar escritura pública [...], então a reforma agrária tem é que dar o título porque se você pagou um real, o Incra não ta dando a terra, você lutou conquistou e você ainda ta pagando a terra. Então se você luta e conquista a terra o Incra teria que dar um título Concessão Real de Uso, o direito dele de passar de geração pra geração, mas que você não vai pagar nada e que continua sendo beneficiário, só que muitos funcionários do Incra acha que concluiu o assentamento ali. Hoje tem um assentamento, assentou as famílias ali, e nem se pensa em fazer estrada e ponte e o Incra já quer emancipar, porque muitos funcionários do Incra não são todos, mas eles falam que você não pode ficar sendo dependente do Incra.

A fala de Araújo evidencia que o Estado deve garantir as políticas públicas para os assentamentos. Os títulos de concessão dessas terras devem ser entregues aos sujeitos detentores de direitos sem maiores custos, e os órgãos governamentais devem executar as políticas públicas, de forma a viabilizar o cotidiano dos assentados. Dessa forma, “o objetivo primordial desta política, de satisfazer necessidades humanas, pode também servir ao objetivo da rentabilidade econômica privada de tornar-se mais lucrativa” (PEREIRA, 2008, p.28).

Segundo Bergamasco e Norber (1996), os assentados apresentam reivindicações históricas dos trabalhadores rurais sem-terra, e a organização “individual-familiar” nos assentamentos, mas “não estaria representando a verdadeira conquista dos trabalhadores rurais” (p. 71-72), uma vez que elas estão

contaminadas pelos padrões sociais dos setores capitalistas, e podem querer dispor de suas parcelas, com a conivência dos órgãos públicos, que os representam. Contudo, Pessoa (1999, p. 155), considera que a venda ou a troca de lote implica uma forma de capitalização, ou seja,

não constitui necessariamente um abandono da identidade camponesa, e sim uma busca de formas de capitalização para que possa vir a produzir e a se reproduzir. É que, sem os recursos necessários para tornar a terra produtiva, uma, estratégia para continuar produzindo acaba sendo a venda do lote.

Para Martins (2002), mesmo que o camponês não disponha de instrumentos de produção, ele decide o que fazer com a terra, podendo ser chamado de meeiro, parceiro, arrendatário ou camponês. A venda do produto excedente da sua produção decresce com a diminuição de mão-de-obra, a saída dos filhos da casa dos pais, dentre outras eventualidades que possam ocorrer e interferir nesse fluxo.

Esse autor considera que a relação familiar do camponês é nuclear, construída por gerações. Essas famílias vivem próximas, às vezes no mesmo espaço. As relações constituem-se no cotidiano ocorrem relações de vizinhança, nas comunidades no bairro rural, no povoado, no patrimônio, na currutela, na rua. Para o autor, no cotidiano tece-se uma teia de relações parentais, em que

a consciência do camponês expressa a consciência da pessoa, que é extensão da família e da comunidade e dos laços comunitários. É mais uma consciência afetiva de pertencimento a um sujeito coletivo real, um corpo natural de que se faz parte desde sempre, desde o nascimento (p.75).

Martins (2002, p. 89), assinala que nos assentamentos está em jogo “a luta pelo não-desaparecimento”, e o instrumento de produção é a terra, mas ela não é produto do capital, embora o capital a queira, tenta separar o camponês dos meios de produção e convertê-lo em sua força de trabalho na condição de operário do trabalho rural. Conforme esse autor, os assentados são obrigados a modernizarem-se, em virtude dos contornos do capital, tornando-se assim pequenos capitalistas, que ocorre quando lutam pela elevação ou pela redução dos juros. Porém Martins (2002, p.89) analisa que a luta pela terra não é a luta pela superação do capitalismo, mas a maneira de torná-lo mais humano, mais justo, isto é,

o estabelecimento de freios ao concentracionismo na propriedade privada da riqueza social e a sua privatização sem limites. Ela propõe o confronto entre a propriedade privada e a propriedade capitalista. E proclama a superioridade moral da agricultura familiar, que na propriedade privada se apóia.

Para o autor, os assentamentos rurais não são indicações de superação das contradições do capitalismo, mas eles são resultados da conquista da agricultura familiar. Eles acompanham os moldes capitalistas, e mesmo que existam formas coletivas nos assentamentos, elas estão inseridas no capital como produto.

Contudo, Martins (2002) observa que luta pela terra põe em questão o direito de propriedade e o regime em que ela se funda. Dessa forma, os assentamentos colocam em pauta o regime de propriedade privada no qual a sociedade capitalista está fundada. Para o autor, o “agricultor familiar, mesmo que modernizado, ainda é o característico camponês, é dono dos meios de produção, é um produtor autônomo” (p.91). Todavia, não significa que no campo não haja o operário agrícola, assalariado, que tem o seu trabalho explorado, e isso também ocorre nos assentamentos.

Medeiros (1994, p.17) aponta o populismo do Estado que tende a tratar os assentamentos e os assentados como beneficiários e objetos e não como sujeitos sociais. Age assim para atender aos grupos hegemônicos que se encontram nos ministérios, no legislativo, por isso impõe padrões de organização da produção – distintos da experiência da produção familiar. Estabelecem-se, ainda relações clientelistas em vez implementação de políticas públicas para esses trabalhadores.

1.4 A POLÍTICA SOCIAL / CIDADANIA

Todas as políticas de desenvolvimento direcionadas às áreas rurais do Brasil, bem como todo o ambiente macroeconômico estabelecidas nas últimas décadas, tiveram como resultado de longo prazo um privilégio patronal.

Daniel Rech

A política social, segundo Viana (2007), situa-se no campo interdisciplinar do conhecimento, seja no viés da ciência política ou da sociologia, mas, sobretudo, na profunda relação de poder político em uma arena atravessada por interesses

divergentes. Há que se perceber o caráter político das ações sociais expressos nos históricos processos da política social referentes ao interesse público ao bem-estar da população.

Para a autora, o conceito de política social permite compor o complexo objeto de ação que deriva de mecanismos de enfrentamento das expressões da questão social ao apresentar demandas por políticas públicas eficientes.

As políticas sociais, de acordo com Viana (2007), exprimem um caráter contraditório, ora servem aos interesses do capital, ora concretizam ações guiadas pelo princípio da universalização de direitos.

Para Pereira (2008, p. 86), somente com a institucionalização do *Welfare State* após a *Segunda Guerra Mundial*, a “política social se tornou um meio possível e legitimado de concretização de direitos sociais de cidadania”, acompanhada de regras morais e ideológicas, nem sempre a favor dos trabalhadores. Contudo, para a autora, “a política social pode representar ganhos para os dominados e, ao mesmo tempo, constituir para estes um meio de fortalecimento de poder político” (p. 86).

Neste sentido, os assentados podem ser beneficiários da política social. Conforme Viana (2007)³, as ações sociais, quando concretizadas na perspectiva da redistribuição de renda, e quando relativo à política de desenvolvimento social, têm que ser reconhecidas e financiadas pelo Estado, que deve regulamentá-la de modo a tornar-la disponível na forma da lei. O Estado para essa autora, também tem prerrogativas para exigir a implementação de políticas por meio de ações de caráter imperativo, coercitivo e aplicável a todos os segmentos sociais.

Esses direitos remetem ao conceito ampliado de cidadania civil, política e social, descrita por Marshall (1967), que trata da realidade da Inglaterra. Para esse autor, a cidadania baseia-se em três concepções de direitos, quais sejam: os civis reconhecidos no século XVIII, os políticos reconhecidos no século XIX, e os direitos sociais, implementados no século XX. Para atendimento dos direitos políticos, os ingleses reivindicaram o direito ao voto, de modo a participarem na gestão do governo. Essa participação permitiu-lhes criar um partido político, bem como eleger operários como seus representantes no governo.

³ VIANA, Maria José de Faria. Política social, aulas do mestrado em Serviço Social. Anotações da mestranda, durante o semestre letivo (SER/UCG) em 2007.

Para Carvalho (2001), essa representação confirma a tese de que o aperfeiçoamento da democracia ocorre quando há participação ativa e direta dos cidadãos, o que extrapola a mera democracia representativa.

Esse autor, ao analisar a cidadania no Brasil, recupera os períodos que antecederam a Independência, passando pelo Império e a Primeira República, para afirmar que um único progresso da cidadania que o país viveu passou pela abolição da escravatura, ainda que de forma polêmica, superficial e formal. Em outras palavras, o contexto brasileiro era o de um país colonizado, com economia de monocultura, grandes latifúndios com a maioria da população analfabeta e escrava. Portanto, segundo a tese de Carvalho (2001, p.14), a “construção da identidade nacional sofre influências e interferência do sistema capitalista ao longo dos anos”. Por isso, o autor reafirma a necessidade do desenvolvimento da cidadania no Brasil.

Para tanto, esse autor considera que a educação popular desenvolve um importante papel, na construção da cidadania, fazendo que as pessoas tomem consciência e se organizem para lutar por seus direitos. Contudo, a ausência de uma população esclarecida e reivindicadora de seus direitos contribui para que ocorra a ausência de construção da cidadania civil, de política social, bem como de democracia.

Segundo Carvalho (2001), o conceito de cidadania desenvolveu-se com o fenômeno do *Estado Nação*, uma vez que a cidadania expressa o compromisso político que as pessoas desenvolvem com o Estado e desse, com elas. Para o autor, “a lealdade ao Estado depende do grau de participação na vida política” (p. 10). Em suas palavras,

a internacionalização do sistema capitalista indicada há séculos mas muito acelerada pelos avanços tecnológicos recentes e a criação de blocos econômicos e políticos, têm causado uma redução do poder dos Estados e uma mudança das identidades nacionais existentes (CARVALHO, 2001, p. 13).

Esse autor reflete ainda que no contexto de desmonte do Estado, o poder é diluído, afetando a natureza dos direitos políticos e sociais. Desse modo, essa concepção de cidadania implica a construção da identidade nacional.

Para Viana, (2007), o conceito de cidadania ampliada surgiu em um cenário de duas grandes guerras mundiais, ou seja, o Estado propunha concretizar bens e serviços para a sociedade, já que não há cidadania em sociedades desiguais.

No Brasil, de acordo com a autora, essa situação ocorre quando se convive com situações desumanizadoras e com sucessivas perdas de direitos conquistados e com uma alta concentração de renda na qual poucos têm acesso aos referidos bens e serviços na forma de direitos.

1.5 IDENTIDADE

Só pode desejar o impossível aquele para quem a vida cotidiana se tornou insuportável, justamente porque essa vida já não pode ser manipulada.

José de Sousa Martins

A discussão acerca da identidade instiga a falar sobre a realidade social, remetendo-se a Heráclito – filósofo pré-socrático que vivera entre 535-475 a.C. – que via o mundo como um fluxo. Para esse filósofo (2005, p. 85), a realidade poderia ser vista como uma “harmonia dos contrários” composta por sujeitos que não poderia “banhar duas vezes no mesmo rio”. Falar de identidade, para Blackburn (1997), é dizer do processo pelo qual o sujeito passa ao longo do tempo, pois a identidade permite a própria sobrevivência. Mesmo que ocorram mudanças, a pessoa continua sendo ela mesma. Conforme Silva (1945, p. 820), a identidade é caráter, ou seja,

qualidade do que é idêntico, igualdade [...]. A consciência que uma pessoa tem de si própria. O facto de uma coisa ser ela mesma e não outra, de ser autêntica, de não haver substituição [...] conjunto de elementos que permite saber quem uma pessoa é.

Para Blackburn (1997), a identidade advém do indivíduo, adquirida em um tempo ou ao longo do tempo, permitindo a sobrevivência de si mesmo. Nesse sentido, para o autor, a identidade das pessoas consiste na identidade social.

As discussões acerca da formação dos Estados nacionais, em termos de identidade, de acordo com Hobsbawm (1990), tiveram trânsito livre no século XIX. Para esse autor, o debate acerca de nacionalismo e identidade é antigo, à medida

que foram sendo criadas demandas identitárias com o processo de independência e autonomia de um país e de seu povo.

Para Diehl (2002, p.112), a memória e a identidade reassumem posições estruturais no debate, pois compõem a “re-simbolização e funções culturais”. Conforme o autor, memória e identidade são elementos negociados, mas não idênticas, pois a memória é involuntária (para lembrar-se de algo, deve-se estimular) ao passo que a identidade é construída socialmente, e também é a ligação do espaço da experiência produzida na ação do tempo.

Dessa forma, considera-se que a categoria identidade, relativa aos componentes dos assentamentos, é constituída de gênero, de classes sociais, de grupos e de organizações sociais.

Segundo Doll (1999, p.112), “os homens possuem um núcleo universal que recebe uma cobertura cultural”. Para tanto, não é possível concebê-los fora de sua cultura. Mello (1987, p. 37) concebe que a cultura é “um conjunto complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, lei, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade”. Considerando essa assertiva, nela estão presentes as relações simbólicas, com as quais se podem entender o comportamento do ser humano. Assim, conhecer a identidade dos assentados significa entender o que está presente na trama das relações sociais dessas pessoas e o papel desses sujeitos na transformação social.

O termo identidade vem sendo discutido na teoria social, e, conforme Hall (2001), implica o conhecimento de que as velhas identidades estão em declínio, ocorrendo o surgimento de novas identidades. Dessa forma, a identidade, para esse autor, é sinalizada como *processo de mudança*, pois ocorrem mudanças nos conceitos de identidade dos sujeitos do ponto de vista cultural, étnico, racial, lingüístico, religiosas e nacional. Percebe-se que a apropriação desse conceito auxilia o entendimento das identidades nos assentamentos rurais, porque o perfil de trabalhador rural, na organização da estrutura familiar social camponesa tradicional, já não é mais a mesma.

De acordo com Hall (2001), há três concepções de identidade, o sujeito iluminista, o sujeito sociológico, o sujeito pós-moderno.

Para o autor (2001), a primeira concepção de identidade do sujeito iluminista é que a pessoa humana está totalmente voltada para si mesma, ou seja, o sujeito

centra-se totalmente na razão com consciência e afirmação, ficando no centro de si mesmo, ou de sua identidade individual, tornando-se individualista, e sua visão de mundo é estática, projetando em si próprio a identidade cultural.

A segunda denominação de identidade descrita por Hall (2001, p. 10-12), a de sujeito sociológico, demonstra que, nessa perspectiva, “o sujeito interage com a sociedade (o mundo pessoal e o público) através de um movimento que se completa, assim o sujeito se identifica sociologicamente e consegue estabilizar-se no mundo”.

Hall (2001, p. 12) considera que a identidade sociológica é analisada como fragmentada para alguns autores, pois assegura a “conformidade subjetiva com as necessidades objetivas da cultura”. Todavia, desde o momento em que o sujeito entra em colapso em virtude das mudanças estruturais e institucionais, ocorridas no mundo capitalista, o processo de identificação, pelo qual se projeta o sujeito sociológico em suas identidades culturais, torna-se mais “provisório, variável e problemático”.

A terceira denominação de identidade apontada por Hall (2001), a de sujeito pós-moderno, indica que não há uma identidade imutável, essencialmente permanente. A identidade, nessa perspectiva, torna-se uma “celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (p.13).

Segundo Hall (2001, p.13), em razão das mudanças estruturais ocorridas na sociedade, as necessidades objetivas entram em colapso, e a identidade é transformada, ou seja,

o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora narrativa do eu.

Prosseguindo sua análise, o autor considera que existem diferentes identidades no interior de cada indivíduo, obrigando-o continuamente a voltar ao seu eu, e/ou optar por estático, pois à medida que as representações se espalham, ele é levado a agregar outras identidades, ser reflexivo quando há troca de diálogos

segundo uma dimensão transformadora da humanidade. Nesse contexto, o assentamento rural é lugar no qual se reúnem diferentes tipos de sujeitos.

Bourdieu (2000, p. 117), ao refletir sobre a disputa que existe pelo monopólio das ciências sociais, permite entender melhor a questão da identidade. Para o autor, existe uma disputa pela reafirmação do sujeito, e a estrutura dominante cumpre sua legitimação por meio do

poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade.

Segundo o autor, os grupos podem fazer-se detentores do seu poder, com uma visão única de suas identidades, e as palavras serão uma forma de objetivar a realização desse poder, não se deixando fragmentar ou se individualizar pela concorrência, tomando as decisões em público, às claras. Essa maneira pública de decidir as questões, segundo o autor, acaba com o impensado ou até mesmo com o impensável e pode romper com as particularidades e vencer a violência a que as pessoas são submetidas pela estrutura dominante. Essa reflexão faz-se útil para o estudo dos assentados, uma vez que as lutas, para Bourdieu (2002), impõem e definem o mundo social.

Nesse sentido, para compreender a identidade social dos assentados, recorre-se à reflexão de Bourdieu (2000, p.113) a respeito das lutas sociais, “as lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades [...]. ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos”, que permitem perceber que as pessoas vivem em um espaço repleto de representações simbólicas. Conforme Bourdieu (2000, p. 9), existe um poder simbólico que permeia a realidade mantendo-a, ou seja,

o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências” (grifos do autor).

De acordo com Sauer (2002, p. 221), a identidade constrói-se no convívio e na interação de diferentes que “compõem os acampamentos e assentamentos”, trata-se de espaços nos quais nascem as representações sociais, identidades, e delas fazem parte os sonhos, os desejos que estão voltados para uma melhor condição de vida.

Assim, as identidades são formas simbólicas de representações que foram criadas para os assentamentos. Em outras palavras, as representações sociais existem e são construídas nas relações sociais estabelecidas entre as pessoas, e se constituem em importante recurso metodológico na análise do percurso organizativo desses grupos.

Cruz (2008), em consonância com Bourdieu (2000), descreve que a identidade social só pode ser reconhecida na luta perante a sociedade civil e política, “a identidade é um campo de disputas, tensões, um processo de reconhecimento e institucionalização da ação dos indivíduos” (p. 5). Nesse contexto não há que se esperar o reconhecimento da identidade social dos assentados mediante decisões provenientes do alto, ela se fará na luta dos assentados contra os dominantes.

Para Bourdieu (2000), quando uma região é criada estigmatizada economicamente e socialmente tem a possibilidade de existirem em seu meio sujeitos prontos para lutar com a possibilidade de vencer, “a revolta a dominação em todos os seus aspectos – até mesmo econômicos – assume a forma da reivindicação regionalista” (p.125). Nesse sentido, os assentados podem vencer a dominação econômica social e identitária que os cercam, pelo reconhecimento do poder de que eles dispõem pela independência econômica, pois, conforme o autor, os poderes locais podem encontrar ganhos evidentes com essa tomada de decisão.

Bourdieu (2000) considera que o poder simbólico é quase mágico, pois permite obter o equivalente daquilo que é o obtido pela força física ou econômica, e graças ao efeito da mobilização, só se exerce se for reconhecido. Assim, os assentados ao reconhecerem o poder simbólico que permeia suas relações cotidianas, poderão romper com a relação determinada pelos que exercem o poder em sua região e serem reconhecidos no processo como não-dominados.

Melucci (1989, p. 54) assimila que os sujeitos sociais lutam pelo “ideal de uma sociedade transformada que também os comporte como protagonistas de sua

história”. Neste estudo, busca-se compreender a relação dialética do assentado e sua identidade social a serviço da transformação da sociedade. O problema da identidade social não pode ser solucionada pela negação, pois ela pode manter a situação inalterada.

O problema da identidade social vem preocupando os cientistas sociais e os organismos responsáveis por responder às demandas do social, sobretudo em países em desenvolvimento como o Brasil, nos quais há reconhecimento do outro. Em outras palavras,

a persistência de um setor não participante, ou participante de maneira parcial na sociedade industrial em contraste com o outro setor plenamente integrado na mesma [...] pode ser considerada como uma limitação e uma ameaça para a sociedade (AMMANN, 1977, p. 12).

Desse modo, as pesquisas referentes à questão da identidade (Sauer, 2002; Silva, 2003) mobilizam os pesquisadores com um mesmo objetivo, e alguns programas e projetos vêm sendo desenvolvidos nos assentamentos, e, em grande parte deles, com a idéia de inclusão social nos moldes da lógica estrutural.

Para Martins (2002), o vínculo do camponês com a sociedade é um vínculo pessoal, e a pessoa coloca-se no processo e não apenas aquilo que diz respeito ao trabalho. Conforme o autor, os antagonismos na identidade do camponês “quase sempre é postiga a sua consciência é introduzida por agentes de fora da sua realidade camponesa, trazem muitas vezes baseadas nos trabalhadores assalariados operários” (p. 81). Contudo, para o autor (2002), o camponês pode evidenciar alguns aspectos que os operários não conseguem ver, como algumas atrocidades cometidas pelo sistema, mas está “condenado ao desaparecimento, à proletarização, e à transformação em operários”, em razão das rupturas provocadas no dia-a-dia dos assentamentos rurais do Brasil e em Goiás.

1.6 CULTURA

Uma cultura dominada não é necessariamente uma cultura, alienada, totalmente dependente. É uma cultura que, em sua evolução, não pode desconsiderar a cultura dominante (a recíproca também é verdadeira, ainda que em um grau menor), mas que pode resistir em maior ou menor escala à imposição cultural dominante.

Denys Cuche

Para Hoebel e Frost (1976) e Cuche (1999), é importante conhecer a gênese social da palavra cultura. De acordo com Cuche (1999, p.19), a cultura advém do *latim* e “significa o cuidado dispensado ao campo ou ao gado, [e] ela aparece nos fins do século XIII para designar uma parcela de terra cultivada”.

Os pensadores iluministas definem a cultura como a junção dos saberes “acumulados e transmitidos pela humanidade”, e é associada à idéia de progresso, evolução e educação. No século XVIII, os filósofos reformistas associaram-na aos costumes, no período considerado por eles como desvelamento da humanidade, da ignorância e da irracionalidade. No século XIX e início do século XX, sob influência do nacionalismo, seu conceito aparecia ligado ao de Nação. Dessa forma, a cultura provém das pessoas, como um conjunto de obras artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação (CUCHE, 1999).

Cuche (1999) considera ainda que, no século XXI, há duas concepções de cultura, uma particularista, advinda dos alemães e uma universalista, proveniente da França. Para esse autor, as duas concepções coexistem nas ciências sociais contemporâneas. Porém, alega que, para definir o conceito de cultura, o melhor caminho é seguir uma concepção universalista, denominada pelo autor de coletiva. Em seus termos, a cultura é como a vida, começou de maneira, simples e cresceu gradualmente, assumindo formas numa continuidade ininterrupta, ao longo da existência humana.

Hoebel e Frost (1976, p.16) definem a cultura “como um sistema de comportamentos apreendidos, características dos membros de uma sociedade e não como resultados de uma herança biológica”. São comportamentos adquiridos, e no qual cada um representa uma seleção limitada de padrões de atitudes das potencialidades humanas, individuais e coletivas, ou seja, “um sistema integrado de

comportamento aprendido”, ao longo dos tempos. Diferem-se de suas bases e se relacionam com o todo, constituindo um conjunto complexo de conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e outros hábitos adquiridos, como assuntos relacionados. Os autores referem-se à política, religião, arte, artesanato, economia, linguagem, práticas e teorias, crenças e razão, um mundo realmente de aspectos complexos. Assim, a cultura é um conjunto complexo que inclui conhecimentos aptidões e hábitos adquiridos pelo homem em uma sociedade.

Todavia, a cultura também pode ser vista como algo exótico, como algo socialmente significativo. A esse respeito, Geertz (1989) menciona que “não apenas as idéias, mas as próprias emoções são, no homem, artefatos culturais” (p. 95).

O comportamento cultural é organizado e padronizado, casualmente repetitivo e bastante consistente. A cultura entrelaça-se com outras, não se pode percebê-la separada de outras culturas que estão constantemente em movimento, se modificando, se agregando, sendo definida como cultura particularista e universalista.

A cultura em sua totalidade é considerada por Lévi-Strauss (1950, p.19), como um

conjunto de sistemas simbólicos. No primeiro plano destes sistemas colocam-se a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião. Todos estes sistemas buscam exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social, e mais ainda, as relações que estes dois tipos de realidade estabelecem entre si e que os próprios sistemas simbólicos estabelecem uns com os outros.

Contudo, para Cuhe (1999), a cultura não é uma herança, tampouco é imutável, mas sim sociohistórica, advinda de relações sociais desiguais, e só é real quando produzida por grupos que ocupam posições desiguais no campo social.

Para Blackburn (1997, p. 85), a cultura é um conjunto de manifestações humanas que contrastam com a natureza e o comportamento natural, ou seja,

o modo de vida de um povo, em que se incluem suas atitudes, valores, crenças, artes, ciências, modos de percepção e hábitos de pensamento e de ação. As características culturais das formas de vida são aprendidas, porém, muitas vezes são demasiado abrangentes para serem facilmente detectáveis a partir de seu interior.

Como o entendimento de que a cultura expressa modos de vida de um povo, não se pode discernir nenhuma qualidade que indique distinção ou superioridade entre os humanos, pois a capacidade de *aperfeiçoamento* pode ser a mesma, o que muda são os talentos que se podem adquirir ao longo da existência. Para Hoebel e Frost (1976, p. 32), “a cultura sofre mudanças, modifica-se através do individual para o coletivo, fazendo emergir novas aceitações de novos métodos que os envolvem mais uma vez em conjunto”.

Dessa forma, a cultura é entendida como totalidade de padrões aprendidos e desenvolvidos pelo ser humano, como formas de organização de um povo, seus costumes e tradições transmitidos de geração para geração, com base na vivência e tradição comuns. Em outros termos, apresenta-se como a identidade de um povo. Para Geertz (1989, p. 49-103), o conceito de cultura deve expressar

um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida [...]. O conceito de significado, em todas as suas variedades, e o conceito filosófico dominante da nossa época, que os animais, os símbolos, as denotações, as significações, as comunicações.

Para o autor (1989, p. 321), a cultura de um povo é apreendida como os símbolos, ou seja, as sociedades, como as vidas, contém suas próprias interpretações. Assim,

é preciso apenas descobrir o acesso a elas pois os elementos culturais só existem na mente das pessoas, em seus símbolos tais como padrões artísticos e mitos. Entretanto, fala-se também, em cultura material (por analogia a cultura simbólica) quando do estudo de produtos culturais concretos (obras de arte, escritos, ferramentas, etc.).

A cultura exerce um proeminente papel, o de delimitar as diversas personalidades, os padrões de conduta e ainda as características próprias de cada grupo humano. Para Santos (1994), o conhecimento e o saber renovam-se nas diferenças de culturas e na produção de novos conhecimentos e técnicas. É produto direto da interposição de culturas diferenciadas, com a ressignificação que anteriormente existia.

Para autor, a partir do século XX, houve uma tendência de uniformizar os grupos culturais, com consequências na produção cultural e no desenvolvimento das novas gerações. Refletindo-se ainda, na perda de identidade, primeiro das coletividades, pode-se chegar até o plano individual. Dessa forma, Cuche (1999) exemplifica que até mesmo as funções fisiológicas são informados pela cultura. Assim, o “o uso da noção de cultura leva diretamente à ordem simbólica, o que se refere ao sentido, isto é, ao ponto sobre o qual é a mais difícil de entrar em acordo”(p. 176).

Conforme Cuche (1999), é necessário estabelecer uma distinção entre cultura e identidade cultural, ainda que as duas tenham ligação, porém deve-se distinguir uma da outra. O indivíduo pode não saber, mas faz, ao passo que a identidade remete “necessariamente a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em posições simbólicas”. Para ele, a identidade social de um indivíduo é caracterizada pelo

conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação de a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente. Mas a identidade social não diz respeito unicamente aos indivíduos. Todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social. A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob um certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista) (p. 176).

Marx (2002) considera que a força relativa de diferentes culturas em competição depende diretamente da força social relativa dos que as sustentam, assinalando que o pensamento dominante é sempre o pensamento homogêneo. No entanto, a cultura da classe trabalhadora pode resistir à imposição da cultura dominante. Em outras palavras, os assentados podem vencer a dominação mediante uma identidade socialmente constituída, e dessa forma, os assentamentos rurais podem exercer um papel importante na sociedade.

CAPÍTULO II

LUTAS E DESAFIOS DE UM ASSENTAMENTO RURAL NA REGIÃO DE GOIÁS NA PERSPECTIVA DA CIDADANIA

Quando as lutas camponesas se tornam mais abrangentes e radicais tendem, por outro lado, a se manifestar não como classe para si e sim como humanidade em face de uma crise final e não em face de um momento de transformação.

José de Sousa Martins

O Assentamento Rancho Grande está localizado no município da cidade de Goiás, a 37 km da cidade de Goiás, e 162 km da cidade de Goiânia, capital do estado. Para compreender os significados desse assentamento nesse município, aborda-se, brevemente, o histórico da cidade de Goiás, e como ela se constituiu.

De acordo com Palacín (1994), a cidade de Goiás, nasceu da exploração de minas de ouro, inicialmente como Arraial de Feira de Santana, mais tarde denominada de Vila Boa, e posteriormente, cidade de Goiás. Fundada pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, em 1737, a cidade foi a segunda produtora de ouro no Brasil, mas após cinquenta anos de exploração, os veios de ouro esgotaram-se. Durante o período colonial, teve como primeiro governador o capitão general Conde dos Arcos, em 1830.

O segundo governador, Miguel Lino de Moraes, chegou a propor a mudança da capital, alegando problemas de insalubridade, escassez populacional e fraqueza do comércio.

Conforme Palacín (1994), o governador alegava que as estradas dificultavam o escoamento da produção, e as idéias de mudança ficaram mais fortes entre os legisladores goianos. O poder expressava-se na cidade de Goiás pela liderança estadual de José Leopoldo de Bulhões Jardim, e seu sucessor, Antônio Ramos Caiado. Dessa forma, para o autor, mesmo a cidade de Goiás sendo símbolo do atraso e da pobreza, os ditos coronéis não ficavam fora da sólida estrutura política, porque a estrutura de poder se fundava na relação entre fazendeiros e lavradores, arrendatários, meeiros e parceiros trabalhadores que se mantinham submissos em suas fazendas.

Chaul (1988), assinala que, em 18, de maio de 1933, o interventor Pedro Ludovico Teixeira, assinou o Decreto nº. 3.359, dispondo sobre a transferência da capital de Goiás para Goiânia, com a justificativa de ser uma região com maior possibilidade de progresso para a população.

Para Chaul (1988) a mudança da capital visava impulsionar uma frente pioneira, nos moldes capitalistas, mudar o centro do poder, afetar o centro da oligarquia dos Caiados – espaço do poder da Primeira República – unificar as oligarquias do Sul e do Sudeste do Estado. Ludovico também desejava dinamizar a economia goiana, incorporando-a à economia nacional.

Conforme Pessoa (1999, p. 36), pode-se entender a organização política social de Goiás por três fases:

A primeira o “tempo antigo” era o “tempo da fartura”, com uma economia de subsistência. Na segunda, chegou a economia de mercado, com as caravanas de mineiros. E a terceira fase, o momento atual, da continuidade à economia de mercado, com a agricultura mais racional e mecanizada.

De acordo com o autor, na passagem da primeira fase para a segunda aconteceu intensa concentração de terras na região. A substituição da economia mineradora pela agropastoril não significou a melhora da população residente, pois a política que permeava as relações era coronelista, e o proprietário das terras era o coronel, centralizando e privatizando todos os poderes locais. O coronel mediava os diversos níveis do poder, federal, estadual ou municipal, em todas as esferas da vida cotidiana o seu poder simbólico era presente, pois “o atraso era a melhor forma de manter o controle” da situação política social da região (PESSOA, 1999, p. 36).

Contudo, o poder de mando dos coronéis nessa região perdurou ao longo dos anos. As ocupações de terras realizadas pelos trabalhadores rurais sem-terra, a partir de 1980, para Sousa (1997) aconteceram também como forma de quebrar as oligarquias que permeava as relações sociais daquela região. Conforme a autora, as ocupações de terra na região “dão passos na direção de mudanças, em níveis econômico, social, cultural e político” (p. 81). Assim, a escolha pelos assentamentos nessa região visava ainda a efetivação dos direitos civis, políticos e sociais dos trabalhadores rurais sem-terra.

Os movimentos sociais “através de sua crítica, de suas formas de contestação, de suas lutas na busca de novas alternativas” (TOURAINE, 1989, p.94) organizam-se em forma de movimentos sociais para reivindicar melhores condições de vida.

De acordo com Sousa (1997), a Igreja Católica, por intermédio da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB) criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, com o objetivo de estabelecer articulação dos trabalhadores rurais sem-terra, contribuindo com sua organização, seja com a criação de sindicatos, seja por meio das associações de bairros. Com auxílio de instituições que procuraram oportunizar, posteriormente, a articulação de trabalhadores para lutar por reforma agrária, os assentamentos são frutos desses trabalhos, e, portanto, presume-se que em razão de todo esse processo aprenderam que só a luta pode garantir que o Estado resolva os problemas existentes. Eles passaram por esse processo, identificável na fala de Ramos⁴ (15 nov. 2008), quando perguntada sobre como se organizaram para chegar até o Assentamento Racho Grande:

Primeiramente [a vinda para o Rancho Grande] foi [através] dos sindicatos e da Igreja Católica que nos [organizou e] reunia, fazia, as reuniões nos sindicatos com a católica assim que nois começou e foi pro acampamento. Aí do acampamento na BR [153 em Goiânia] o Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] tava empurrando nois com a barriga e não resolvia nosso problema aí nois resolveu a vir pra riba da terra, lá nois tinha a comissão da negociação, das crianças, da recepção, e tinha os representante, eu cuidava era coordenadora da cozinha e das crianças, e da cantina, também cozinhou no panelão, aí através do pessoal da Universidade Católica igual a [professora] igual o Ibrace [Instituto Brasil Central] a CUT [Central Única dos Trabalhadores] a CPT [Comissão Pastoral da Terra] e da Igreja Católica [nos] que acompanhou nós até aqui no assentamento.

Na fala de Ramos (15 nov.2008), é possível identificar o processo organizativo interno de um acampamento, que, de forma coletiva, luta pela conquista da terra. Ela também expressa a participação social das instituições.

Entre 12 de novembro de 1986 e 12 de agosto de 1987, conforme Pessoa (1999), 64 famílias ficaram acampadas à beira da BR-153, saída de Goiânia para

⁴ Ramos tem 72 anos. Nasceu em Abadia dos Dourados, Minas Gerais. É viúva teve dez filhos cinco vivos e cinco mortos, nove netos, moradora no Assentamento Rancho Grande, é católica. Estudou até a terceira série do ensino fundamental (Entrevista realizada pela pesquisadora, em 15 de novembro de 2008, às 10h da manhã, na sala da casa da entrevistada no assentamento).

Anápolis. O grupo, formado por lavradores provenientes de Goiânia, Itapuranga, Uruana, Itaberaí, Itauçú, Anicuns, Mossâmedes, e Goiás, ocupou a Fazenda Rio Vermelho⁵, localizada no município da cidade de Goiás.

A constituição desse grupo, de acordo com Sousa (1997), deu-se em busca de direitos, democracia e cidadania. O grupo montou acampamento às margens da BR-153, próximo ao Central de Abastecimento de Goiás (Ceasa), pleiteando do Estado a desapropriação das fazendas Rio Vermelho, São Felipe II, Acaba Vida e Vereda Bonita, em busca de cidadania, democracia, direitos e reforma agrária. Essas famílias ficaram acampadas na BR 153, durante nove meses e dez dias esperando que o governador estadual Henrique Santillo, assinasse a desapropriação da terra.

O processo reivindicatório deu-se mediante lutas, em virtude de sem-terra que trabalhavam como lavradores agregados, cortadores de cana, dentre outros, reivindicarem o direito a uma vida com dignidade. Mas antes disso, tiveram que se submeter a condições difíceis, chegando a morar embaixo de barraca de plástico preto. O grupo ocupou a Fazenda Rio Vermelho em agosto de 1986, no município da cidade de Goiás e, em 1989 conseguiram a posse da terra.

Segundo o Incra (2007), em 23 de junho de 1989, o presidente da República José Sarney sancionou o Decreto-Lei nº. 97.867, que desapropriou as fazendas São Felipe, Salvador Bueno e Acaba Vida, e Racho Grande, totalizando 1.600 ha de terras para 21 famílias.

De acordo com Sousa (2002), nesse espaço, a primeira, segunda e a terceira geração de homens e mulheres batalharam por melhores condições de vida. Um espaço, conforme Hall (2001) como lugar no qual são desenvolvidas identidades.

A área destinada ao assentamento era insuficiente para todo o grupo. Segundo Pessoa (1999), um pequeno grupo ainda na fase do acampamento resolveu ocupar a Fazenda Vereda Bonita⁶, também no município, mas, em agosto

⁵ Denomina-se Rio Vermelho em razão do rio com o mesmo nome naquela região onde segundo Sousa (1997), até a constituição do assentamento, o garimpo era constante no rio. Os garimpeiros realizavam a extração do ouro com máquinas, utilizando mercúrio, depredando a natureza, causando erosão, deixando a água do rio vermelha em razão da lama. Durante o processo de constituição do assentamento, o Incra denominou-o Rancho Grande.

⁶ Conforme entrevista realizada por Sousa (2002), os documentos que solicitavam a desapropriação dessa fazenda desapareceram no interior do Incra. Assim quando os sem-terra ocuparam-na foram informados pelo juiz que expedira o mandato de despejo que a Vereda Bonita não poderia ser desapropriada, porque era uma empresa rural e não se desapropriava terras de uma empresa rural.

de 1989, tiveram que retornar ao Rancho Grande. Esse processo, para o autor, provocou alguns conflitos no interior do grupo. Ramos (15 nov. 2008) relata:

muita dificuldade, é problema em cima de pressão [...] olha a desapropriação [aqui] foi assim [...] a terra não dava pra colocar todo mundo, veio pra cá sessenta famílias [...] um pouco [foi] pra Vereda Bonita. E se a Vereda Bonita não saísse, era pra voltar pra terra aí os outros espertinho pegou já fez as barracas deles a casinha deles na terra melhor e tinha aí [as barracas]. Nos fomos despejados da Vereda Bonita e eles não queria aceitar nois aqui na terra [de volta] aí nois ficamo aí, muitos aqui já tinha feito as barracas deles era pra ser no sorteio e eles não quiseram ir no sorteio não os que tirou na terra de cultura aí.

De acordo com Sousa (1997), no processo constitutivo do assentamento, circularam falsas informações⁷ de que a desapropriação da fazenda Vereda Bonita havia ocorrido, e essa atitude provocou a saída de um grupo para as terras ditas como melhores, Ramos (15 nov. 2008) fazia parte do grupo que foi ocupar a Vereda Bonita. Pode-se observar que o exercício do poder simbólico em proveito próprio provoca uma série de consequências, contudo, há uma tendência em exercê-lo.

Para Sousa (1997), após o despejo, o grupo retornou ao Rancho Grande reiniciando um processo de negociações com o Incra, em busca de terras para assentar todas as famílias. Assim, o instituto dividiu o grupo em quatro. O primeiro deles era composto por 21 famílias que foram assentadas no Rancho Grande, cada um na sua parcela. De acordo com Santos⁸ (16 nov. 2008),

o Incra que veio e dividiu [os lotes] mais foi nois que [decidiu, porque] nois criou mesmo no individual né? E a ideia infelizmente é de dividir, infelizmente é de cercar o lote. E aí cada um tirou a sua madeira, aí partiu , cada um fez a metade da cerca e ficou cada um com o seu lote. Por um lado é ruim, né? A gente fica muito sem contato com o pessoal, parece que naquele tempo tinha mais contato com o pessoal, parece que era melhor. Hoje parece que a gente sente muito sozinho dentro lote, mais fazer o que? A gente quis dividir a gente foi criado no individual parece que não consegue o coletivo, é brabo, né?

A fala de Santos (16 nov. 2008) aponta a cultura na qual ele está inserido, ou seja, a propriedade privada, em outras palavras o significado simbólico de possuir

⁷ Há suspeitas de que funcionários do Incra fizeram circular essas informações visando beneficiar um outro fazendeiro, próximo ao acampamento.

⁸ Santos tem 65 anos. Casado, nasceu em São Gotardo, Minas Gerais. Morador no Assentamento Rancho Grande. Tem cinco filhos, onze netos, é evangélico, estudou até o ensino fundamental. (Entrevista realizada pela pesquisadora em 16 de novembro de 2008, às 16h da tarde, na varanda da casa do entrevistado no assentamento).

um pedaço de terra no próprio nome. Contudo, a realidade demonstra que a escolha do lote individual os leva a ficarem, cansados pela sobrecarga do trabalho e isolados em suas parcelas. Assim, com o passar dos anos e o envelhecimento, essa situação só tende a complicar com o aparecimento dos problemas de saúde, solidão – os filhos se casaram e/ou foram trabalhar e/ou morar fora.

Segundo Sousa (1997, p.126), quando foi legalizada a desapropriação, os assentados tiveram a oportunidade de decidir sobre a propriedade da terra: “Olímpio membro da nacional do MST discutiu com o grupo as formas de titulação que existiam e quais eram elas”. Assim, os assentados tornaram-se conhecedores de como seria uma propriedade coletiva e suas vantagens. Poderia haver um único documento de propriedade em nome de todos o que evitaria a venda das parcelas no futuro e asseguraria a agilidade de todos, equipamentos sociais para os assentados, pois eles estariam morando em uma *agrovila* podendo trabalhar toda a terra de forma planejada, em conjunto. Contudo, como já foi dito, os assentados optaram pelos títulos individuais.

O grupo, ao escolher a modalidade individual de parcelas, optou pela cultura da propriedade privada individual, resultado de “um sistema de comportamentos apreendidos” ao longo dos tempos (HOEBEL ; FROST 1976, p. 16).

Conforme Sousa (1997), os assentados optaram por ficar cada um no seu lote, decidindo por si mesmos a melhor forma de produzir. Contudo, os assentados teriam que pagar as parcelas negociáveis em até vinte anos, ou seja, cada assentado paga pelo título da terra conquistada.

Ainda, é necessário explicar que, conforme Sousa (1997), no grupo do Rio Vermelho há três grupos, ou seja, um composto por quatro famílias que foram destinadas ao Assentamento Acaba Vida, um com treze famílias que foram encaminhadas a São Felipe II. E parte do grupo que acampou às margens da BR-153 foi assentado no Rancho Grande, sendo essa que integra o presente trabalho.

Esses assentados também viveram um período, denominado por Sousa (1997, p.112) de pré-assentamento, durante os cinco primeiros anos que estiveram na terra aguardando o processo de desapropriação. Para a autora, parte dessa demora deve-se a existência de

herdeiros menores de idade, uma filha do velho Camargo não quis abrir mão de sua parte, chegando a mudar-se para este local [...] mesmo depois da desapropriação do assentamento, causou uma série de problemas para o grupo entre os quais ameaças constantes de seus jagunços e o fato de soltar seu gado para comer as roças dos assentados.

Assim, na década de 1990, a primeira década do Assentamento Rancho Grande, os assentados vivenciaram os primeiros desafios de manter uma estrutura de organização de vida e da produção. Araújo⁹ (22 nov. 2008), quando perguntado sobre desafios, respondeu:

Os primeiros momentos, [a luta para assegurar a] a própria alimentação saúde, moradia e depois veio a questão da educação. Tanto é que tem herança desses filhos nossos aqui no assentamento que tem aí vinte anos, ainda não terminou o ensino médio isso são consequências. Porque é um direito estatutário que a gente tem então se o pai não leva o filho pra estudar ele é penalizado. Mas a gente não conseguiu fazer com que o governo seja penalizado por não dar os instrumentos e meios para os filhos principalmente dos acampados ou assentados estudarem, né?

A fala de Araújo também indica que essa primeira década foi marcada por uma “somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo” (KOWARICK 2000, p. 22). Os problemas enfrentados na aquisição da alimentação, saúde, habitação e educação, como se perceber na fala do entrevistado, são consequências da ausência de uma política pública.

Segundo Sousa (1997), nos primeiros anos do acampamento, o grupo da Rio Vermelho conseguiu construir uma escola de ensino fundamental, por meio da Associação 25 de Julho. Conforme a autora, essa associação contemplava alguns projetos coletivos que seus associados tinham em mente [...] articulavam a escola, como processo inicial de formação” (SOUSA, 1997, p.123). No entanto, ao prevalecer o modelo individual de propriedade, a representação desse grupo passou a ser a Associação dos Moradores da Rancho Grande (Assogram), criada pelo grupo que defendia a organização individual e do chefe de família do assentamento.

Conforme dados obtidos nesta pesquisa, a Assogram encontra-se com a diretoria desativada desde 2007. Cinco chefes de famílias ainda consideram que essa associação os representa. Todavia, outro grupo composto por cinco famílias

⁹ Araújo tem 47 anos. Nasceu em Uruana-GO, é casado tem três filhos. Morador do Assentamento Rancho Grande, católico, estudou até ensino médio (Entrevista realizada pela pesquisadora em 22 de novembro de 2008 às 14h, na sala da casa do entrevistado no assentamento).

que compõe o Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (Cedac) entende que a Assogram deve ser desativada. A esse respeito, Araújo (22 nov. 2008) fala:

Uai tá se pensando em dar baixa na Assogram porque hoje não tem aquele estímulo pra questão da associação, tendo em vista que a associação hoje não pode comercializar, né? Tá mais no sentido de reivindicar, né? Por causa da legislação que tem agora partir de 2006, o governo tá colocando como se fosse o [Instituto Nacional do Seguro Social] INSS e a Receita Federal junta aqui então é comparar essa pessoa vendeu isso aqui e não recolheu isso aqui porque então a associação ce pode até comercializar pode! Mas cê vai pagar [Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social] Cofins, aí vai aumentar mas dois tributos além do que a cooperativa tem então não compensa comercializar pela associação. Antigamente ela tinha pauta, né? Hoje não, a pessoa vem e fala: “Eu tô com esse problema aqui querendo discutir. Nós vamo discutir”. E aí é assim que o pessoal sempre quando tem problema vai discutir faz.

Segundo Sousa (1997), a Assogram conseguiu com recursos provenientes do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera), dos próprios assentados e de contribuições internacionais, a aquisição de um trator, a viabilização de projetos para o financiamento de lavouras e de gado. Além disso, de acordo com esta pesquisa, os associados conseguiram, na segunda década do assentamento, a aquisição de três tanques de inox para resfriar o leite, distribuídos em pontos estratégicos no decorrer da estrada que atravessa o assentamento. O retirado das parcelas, é resfriado e levado nos tanques para a empresa. Um caminhão-tanque passa todas as manhãs recolhendo o leite, considerado a principal fonte de renda dos assentados. Conforme o entrevistado, são esses bens que ainda mantêm a associação.

Ainda sobre a educação no assentamento, Sousa (1997) analisa que ela se iniciou no período denominado de *acampamento*, localizando-se primeiramente na região central do assentamento, em um rancho grande, de pau-a-pique, coberto com folhas de coqueiro. Esse espaço foi construído para realizar o processo do ensino básico dos acampados, e nele também se realizavam as reuniões do grupo. Contudo, a conquista de ensino fundamental só foi assegurada, segundo a autora, quando os assentados construíram uma escola de alvenaria, no centro do assentamento, coberta de telha, o que constituiu a segunda conquista escolar dos acampados.

Posteriormente, nos primeiros anos da década de 1990, ocorreu um concurso público para professores no município da cidade de Goiás. Duas companheiras que passaram no concurso foram para ministrar aulas na escola do assentamento. Contudo, após a legalização do assentamento, a primeira providência do Incra foi construir outro prédio, diante da escola construída pelo grupo. No final da década de 1990, o prefeito do município de Goiás desativou todas as escolas rurais, mandando buscar os alunos da zona rural para estudarem nas escolas municipais. Foi ampliada uma escola de nível fundamental em Buenolândia e/ou Barra (povoado distante cinco km desse assentamento) desativadas as escolas dos assentamentos, e as crianças e adolescentes tiveram que deslocarem-se para o povoado. Paiva¹⁰ (15 nov. 2008), quando perguntada sobre os desafios com que a terceira geração se depara para adquirir conhecimento, diz:

A gente era pequeno e ficava doido pra estudar na escola logo. Eu lembro até o dia em que a gente tava estudando na escolinha velha e passou pra outra nova porque tava chovendo e gotejava muito. Aí a professora decidiu que era esse o dia que a gente ia mudar pro novo grupo [...] era as professoras Tereza e Marli eu estudei até a quarta série do ensino fundamental aqui. Aí depois eu fui estudar na Barra que é a Buenolândia, lá eu estudei até a oitava, série e depois fui estudar em Goiás. Nessa época, que eu fui fazer de quinta a oitava a gente ia de caminhonete pra Barra aí depois pra Goiás a gente de ônibus era muito dificultoso. Quando a gente estudava na Barra, as vezes [...] a caminhonete quebrava a gente tinha que ir a pé, a gente ia até uma parte, aí tinha uma passarela que é uma pontinha em cima do rio aí a gente acabava de chegar de a pé depois dessa pontinha em cima do rio era mais 2km pra chegar de pé depois que a gente [...] pra chegar na escola. Às vezes chovia muito, acontecia muita coisa a gente tinha que ficar carregando os meninos mais pequeno quando a gente começou a estudar em Goiás melhorou mais porque já era ônibus tinha mais proteção não molhava mais mesmo assim quando o ônibus quebrava a gente tinha que voltar andando chegava em casa 10h da noite em casa e muitas vezes a gente tinha que ajudar as crianças mais pequenas carregar mochilas pedir carona. Quando eu estudava na Barra eu tinha oito anos e estudei lá até quatorze anos. Nois era tudo criança de cinco a seis anos de idade a gente tinha que ajudar eles porque às vezes eles cansavam e a gente tinha que ajudar eles. Parar, descansar. Quando chovia, continuava andando teve uma vez que a chuva foi muito forte e começou a chover granizo igual eu de doze anos os meninos pequenos agachou e nos os meninos grandes, ficamos por cima deles pra não machucar eles e com as mochilas na costas. [Paiva chora e emociona todos os presentes], muita história pra contar desse tempo. A gente, às vezes, ficava com fome chegava em casa de noite a energia acabava e era difícil.

¹⁰ Paiva tem 18 anos. É solteira. Nasceu em Goiânia-GO. Moradora no Assentamento Rancho Grande, é evangélica, estuda Pedagogia na Universidade Estadual de Goiás- (UEG), *Campus* de Itaberaí. (Entrevista realizada pela pesquisadora em 15 de novembro de 2008, às 16h, na cozinha da casa dos pais da entrevistada, no Assentamento).

Paiva (15 nov. 2008) evidencia que o assentamento, atualmente com vinte anos de existência, ainda permanece com o problema da garantia de uma política educacional de qualidade para os assentados, prejudicando a formação da terceira geração.

É possível identificar, na fala de Paiva (15 nov.2008), que o traslado da terceira geração do campo para a cidade durante o ano letivo, mostra a realidade que os filhos ou netos de assentados enfrentam ao saírem de madrugada de suas casas, retornando somente à noite. Como consequência, perdem o contato com a lida agrária, passando a sofrer influências de valores urbanos, além de não aprenderem o processo do trabalho camponês.

Pessoa (2007, p. 15) analisa que é necessário tratar de questões importantes para o rural, como “a qualificação da mão-de-obra, o desenvolvimento educacional, crescimento dos padrões de consumo, reprodução sustentável dessa população”. Para o autor, uma modernização *conservadora*, reafirma os estereótipos do rural. Dessa forma, as relações ficam cristalizadas, fragmentadas, mascaradas ou superficializadas diante da uma situação de inexistência de outros mecanismos de distribuição da renda para esses assentados. Bourdieu (2000) aponta a reapropriação do poder que foi construído, por alguém. Nesse sentido, os assentados podem contribuir para efetivação de uma política educacional de qualidade para todos os assentados, evitando que seus filhos cheguem à idade adulta com deficiência em seus aprendizados.

Visando contribuir para o processo de escolarização dos assentados, a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG) está desenvolvendo um curso de formação de professores para os sem-terra, denominado *Pedagogia da Terra*. Contudo, caso não se altere a sistemática de ensino oferecido à zona rural, a educação dos assentados ficará comprometida.

Para Sousa (1997), a moradia dos assentados, na década de 1990, eram ranchos cobertos com *lona preta* (período de ocupação), depois em ranchos de pau-a-pique. O desenvolvimento de todas as atividades domésticas, como lavagem de roupas, vasilhas, banho, eram realizadas no Riacho Resende - que passa pelo assentamento. Ferreira¹¹ (18 nov. 2008), quando perguntada sobre a habitação no assentamento, respondeu;

¹¹ Ferreira tem 39 anos. Nasceu em Uruana-GO, é casada tem três filhos, uma neta. Moradora no Assentamento Rancho Grande, é católica, estudou até a sexta série do ensino fundamental (Entrevista realizada pela pesquisadora em 18 de novembro de 2008 às 15h, na sala da casa da entrevistada no assentamento).

Em 92 [1992] saiu esses créditos que é o [Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária] Procera na época o crédito de habitação moradia, né? A gente falava habitação, e esse crédito de habitação não foi passado todo dinheiro, Ele foi passado só seiscentos quarenta e quatro reais, então não dava pro cê construir uma casa, por isso nós ficamos até 93 [1993] morando no rancho, entendeu? Porque nois queria fazer uma casa maior, e aí como tinha muita lenha na terra ao invés da gente vender as lenhas igual muita fez [...] nós trocava em tijolos, trocamos em telha, foi assim que deu pra levantar uma casa melhor. A madeira era daqui também invés de vender a madeira nois dava na meia pra pessoa cerrar pra fazer as vigotas e os caibo [caibro].

Para Kowarick (2000, p. 22), as extorsões dão-se pela ineficácia da implementação de políticas públicas provocando a ausência de política pública de habitação, como se pode reconhecer na fala de Ferreira (18 nov. 2008). Ao mesmo tempo, demonstra que, para resolver o problema de moradia, os assentados também se submeteram a venda de madeiras proveniente da mata de reserva local. Em outras palavras, as famílias, para poderem ter acesso à moradia que contemple as necessidades básicas das famílias tiveram que encontrar alternativas que a própria sociedade condena.

A maioria dos assentados só nos meados dos anos 2000 conseguiu terminar suas moradias. Grande quantidade das casas, atualmente, tem área livre em volta da habitação. As residências são coloridas, com tons fortes e todas dispõem de energia elétrica, água encanada, banheiros amplos, áreas de serviço e dispensa. No interior da casa, há aparelho de televisão, geladeira, armários, equipamentos eletrônicos, fogão a gás, e na parte externa da casa, o fogão a lenha. Em poucas casas ele é utilizado no decorrer da semana, pois a comida só é preparada no fogão a lenha nos finais de semana. Na maioria das casas, há carro ou moto, ou ambos, utilizados para locomoção. Contudo, ainda existem famílias em moradias inacabadas e inadequadas para o convívio social nesse assentamento. Nesse sentido, há que se perguntar: seriam as famílias provenientes do grupo de pobreza absoluta as que ainda não conseguiram concluir suas moradias nesses vinte anos?

A qualidade de vida desses assentados pode ser identificada pelas conquistas e desafios enfrentados por eles na efetivação dos direitos, civis, políticos, econômicos e sociais. Ramos (15, nov. 2008), quando perguntada sobre os desafios enfrentados em relação à saúde no Assentamento Rancho Grande, em Goiás, diz:

O problema de saúde tá a coisa mais difícil de resolver. O doutor marcou exame de vista e de mamografia e depois da política. Aí depois da política nois foi lá eles diz que não tem médico. Aí se pessoa adoecer aqui tem que ir pra Goiânia [a entrevistada chora] Outro problema é a associação aqui, é outro problema, [pois não encaminha as necessidades dos assentados]

Para Viana (2008), a gestão na esfera pública, está ligada, sobretudo, à garantia e à concretização dos direitos sociais no atendimento as necessidades básicas, articulada aos eixos analíticos controle democrático e financiamento. A gestão pública designa formas de gestão democrática, descentralizada e participativa dos sujeitos, nos diversos níveis e esferas de governo – União, estados, Distrito Federal e municípios. Significa gerir o que é público para todos, e, nesse sentido, em atenção ao que é de interesse geral/bem comum, com partilha de poder, exercício de controle democrático, de gestão pública compartilhada.

Com essa análise, percebe-se que os direitos do atendimento às necessidades básicas dos assentados requer tanto o atendimento primário (postos de saúde, por exemplo) secundários (centros de atendimento) e terciários (hospitais). Todavia, ainda são necessárias outras políticas públicas, como educação, seguro social, habitação, lazer, assistência técnica, dentre outros. Mas, para que tudo isso ocorra, é preciso a participação desses cidadãos em conselhos e órgãos fiscalizadores dos serviços prestados pela União, estados, Distrito Federal e municípios.

Para Yamamoto (2007, p. 106), essa situação remete ao entendimento das novas condições históricas, “metamorfoseiam a questão social inerente ao processo de acumulação capitalista, adensando-a de novas determinações e relações historicamente produzidas, e impõem o desafio de elucidar o seu significado social no presente”.

Segundo Viana (2008), a política de seguridade social tem um caráter contraditório. Ao mesmo tempo serve aos interesses do mercado, deve atender a população em suas demandas, geradas pelas expressões sociais que o próprio cenário capitalista cria na sociedade, com as políticas residuais que não contemplam a população rural. Contudo, a implementação das políticas sociais para os assentados irá depender do grau de participação de forma efetiva na condução da sociedade.

A implementação de políticas agrícolas nos assentamentos, de acordo com Rech (2003, p.109), faz-se necessárias pois o desenvolvimento das áreas rurais, nos últimos tempos, “tiveram como resultado de longo prazo um privilegiamento patronal”. Nesse sentido, as medidas que vêm sendo tomadas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) atendem de forma residual os assentados, em benefício dos grandes produtores que exportam. Conforme o autor, essa política “ocasionou uma redução na área cultivada de grãos” a exclusão social dos agricultores familiares e a perda da produção agrícola. Podem-se identificá-los na fala de Brandão¹² (18 nov. 2008):

já tenho dois anos que não planto arroz [já plantei até vendia]. Ai começou a dar prejuízo, fiz financiamento pra plantar lavoura. Eu gastava pra colher um saco de arroz até vinte e seis reais, [...] e vendia de dezoito reais. O adubo é noventa e seis reais, e sem adubo a terra não tá querendo produzir [...]. O crédito ta em torno de vinte mil reais. Mas eu num dô conta de pegar porque é muita coisa pra apresentar que a pessoa desiste de pegar [financiamento] tem um processo de avalista. Um é avalista do outro e quem não tem avalista não pega o crédito. Por exemplo, o leite vale menos que água. Como que nois consegue pagar um crédito com um litro de leite, nós tamo sem estrada, você passou na estrada você viu, né? E o que você viu aqui pronto, nois tirou do nosso bolso e pagou pra fazer inclusive nois fizemos esse ano pagamos a patrôla pra fazer alguns pedaços aí de estrada, mas já acabou.

A fala de Brandão (18 nov. de 2008) evidencia a carência de uma política agrícola para os assentados, pois a produção baseada em financiamentos há muito tempo provou que não dá certo. Assim, o entrevistado ressalta que a produção ocorre com o crédito obtido no Pronaf, é tributável, deve ser pago após a colheita. Outro aspecto apontado pelo assentado, é que, a partir do momento em que seus fiadores estão endividados, ele também não pode fazer outro financiamento, ou seja, ele denuncia o caráter de exclusão a que a política agrária os submete. Essa situação ressalta o caráter errôneo e seletivo de uma política baseada no crédito e voltada para o mercado.

É possível identificar na fala de Brandão (18 nov. 2008) a não-produção de grãos por falta de condições de usar os produtos químicos disponibilizados no

¹² Brandão 50 anos. Nasceu em Itapuranga-GO. É casado tem dois filhos. Morador no Assentamento Rancho Grande, evangélico, estudou até a sexta série do ensino fundamental (Entrevista realizada pela pesquisadora em 18 de novembro de 2008 às 10h, embaixo de uma árvore, diante da casa do entrevistado no assentamento).

mercado, o que remonta à “idéia de modernização agrícola iniciada na década de 60” (MARTINS, 2002, p.21). Segundo o autor, essa concepção não só trouxe a dependência econômica do produtor, mas também permitiu a exploração do camponês, por meio do “foro da parceria, da meação, do arrendamento, do colonato e do assalariamento”. É esse o modelo de desenvolvimento imposto nos assentamentos dessa região e no Brasil, ou seja, “através do uso intensivo de venenos agrícolas e fertilizantes químicos” (MACHADO; GOMES, 1997, p. 33).

Na fala de Brandão (18 nov. 2008) pode-se ainda identificar o resultado da política de crédito do governo. As demandas dos assentados são respondidas com uma política agrária baseada no modelo de mercado que, conforme Pereira e Sauer (2006), são implantados com o Pronaf.

O caráter *não-universalizador* do Pronaf fere, portanto, a autonomia do cidadão que constrói com seu trabalho o espaço rural. Uma construção que não deixa de sofrer os efeitos daquilo que Carvalho (2001) disse a respeito da construção da cidadania. Para esse autor, a construção da cidadania passa pela construção da identidade nacional e, portanto, sofre influências da interferência do sistema capitalista, pois a construção da autonomia do trabalhador rural e de seu trabalho não está imune a esses efeitos.

Para Martins (2002), o camponês sustenta-se e vende os excedentes de sua produção, estando inserido em uma categoria de produtores familiares, ou seja, seus produtos não são produzidos para a venda. Os assentados transformaram-se em operários, pois o camponês tradicional está fadado ao desaparecimento, à proletarianização, uma vez que a cidade é o seu polo, no qual busca tanto as necessidades básicas alimentares, como bens de consumo duráveis e não-duráveis. Portanto, para o autor, a terra está sendo dividida e vendida para o capital, e a categoria trabalho familiar cede espaço as empresas rurais ao trabalho moderno assalariado. O econômico conseguiu dominar o campo, como pode ser identificado na fala de Gomes ¹³ (17 nov. 2008):

¹³ Gomes tem 63 anos. Casado, nasceu no município de Mossâmedes-GO. Morador no Assentamento Rancho Grande, tem quatro filhos, é evangélico, estudou até o ensino fundamental. (Entrevista realizada pela pesquisadora em 17 de novembro de 2008 às 13h, na varanda de sua casa no assentamento)

Ultimamente eu não tô produzindo nada [...], eu não vou plantar porque [se] eu plantar arara come e tal. Aí a maioria [dos assentados] tá vivendo de leite e sobrevivendo do gadinho de leite [vende, para o laticínio], tá mais barato [comprar os alimentos na cidade], mas nois tamo no mercado, né? O ruim é que o mercado não é pra [nós] nada. Agora [...], com gado eu entrego o leite, mas não tô guentando trabaiaá memo, se eu tivesse bão pra trabaiaava [mas], eu num tô [nem], plantano [mas] se eu tivesse com a enxada na mão [plantando], é o sonho meu, [mas] se eu passar a mão na enxada pra limpar uma planta eu passo mal.

A fala de Gomes (17 nov. de 2008) evidencia que, em vez de ser agricultor o assentado em questão cria gado leiteiro. Com a renda do leite, que é de seiscentos reais mensais, compra alimentos. Justifica essa atitude dizendo que assim ganha mais, porque o preço dos alimentos é muito barato. Nesse sentido, essa assertiva também denuncia as condições de trabalho e os baixos preços dos produtos e a situação de saúde como política pública. Esse entrevistado diz estar com problemas na coluna, não tem acesso à assistência médica pública e nem dinheiro para pagar tratamento na rede privada, ou seja, a situação mencionada por ele indica desrespeito aos direitos de cidadania.

Martins (2002) assinala que as relações do cotidiano estão sendo estabelecidas de forma a tornar o camponês um operário do capital, e mesmo que a terra não seja produto do capital, este a quer. Existe dessa forma uma disputa, que não está sendo percebida e/ou reconhecida pelos assentados, e suas gerações. Pode-se afirmar que ao passo que a primeira geração está preocupada com a saúde, porque está envelhecida e adoecida, a segunda, tem como principal preocupação a produção e o lucro, mas endividada. A esse respeito Brandão (18 nov. de 2008) diz:

A situação não deixa, eu tô devendo muito no banco porque eu fiquei [devendo o banco] tive que uma fazer uma negociação no ano de 2000, 2002 uma situação de talvez ter que deixar a terra, cê entendeu? Aí eu vendi tudo o que eu tinha, fiz um, financiamento de umas vacas, né? [para pagar o banco]. Mas o banco não tá fácil de pagar não.

No relato de Brandão, é possível perceber que “as relações sociais e políticas foram completamente submetidas à mediação do mercado e ao poder do regulador” (MARTINS, 2002, p.33). Assim, quando o trabalhador rural escolhe criar gado, e com a venda do leite obter lucro, é possível então não plantar e comprar o alimento na cidade.

CAPÍTULO III

AS EXPRESSÕES DA IDENTIDADE DE TRÊS GERAÇÕES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST)

Acho que é nunca deixar de assumir essa identidade de assentado que a gente tem, porque, apesar de tudo às vezes até mesmo o povo fala: “Ah! Ladrão de terra”. Eu acho que isso é um orgulho porque a gente conseguiu!

Paiva (15 nov. 2008)

A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e nela se localize socialmente. Bourdieu (2000, p.117) afirma ser importante ter “uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade”. Assim, o reconhecimento da identidade social possibilita perceber o desenvolvimento de identidades no cotidiano da sociedade e, assim, dos assentados. Nesse sentido, falar de identidade dos assentados é dizer da origem e dos sinais que são duradouros e significativos para as diversas gerações.

A construção da identidade, para Bourdieu (2000), não pode ser mantida pela negação, essa atitude mantém a situação, ou seja, a mudança não acontece caso se permaneça na atitude de negar o poder simbólico presente na realidade dos sujeitos.

A apreensão da categoria identidade possibilita compreender as questões que estão nas relações do poder simbólico. Assim, o exercício do poder em proveito próprio provoca uma série de consequências de cima para baixo e, no entanto, alguns assentados tendem a exercê-lo.

Bourdieu (2000, p.117), ao refletir sobre o impensado e o impensável, remete às não-decisões, ou seja, decisões no grupo que não são tomadas às claras, e que, para o autor, ocorre por causa de não-entendimentos, gerando idéias de fragmentação do grupo, acirramento e disputas individualizadas. Essa questão reafirma os desejos próprios em detrimento do bem coletivo. Assim, o autor anuncia que as decisões tomadas às claras acabam com o impensado ou até mesmo com o impensável, rompendo com as particularidades. Dessa forma, a utilização do poder simbólico em proveito próprio tem consequências identitárias sociais graves, como a cisão do coletivo e a reafirmação do poder dominante.

A primeira, a segunda e a terceira geração aceitaram a fragmentação imposta, quando cada um reafirma o seu poder simbólico deixando-se fragmentar, individualizando-se, abrindo espaço para o acirramento da concorrência simbólica. Cada um toma sua decisão, isolando em seu lote, como pode-se perceber na fala de Oliveira¹⁴ (21 nov. 2008):

Aqui o pessoal tinha que cê mais unido fazer mais visitas, reuni às vezes pra conversar. Então o assentamento tinha que ser assim, é o que eu entendo num assentamento tem que ser isso. As pessoas têm que ser mais unida, falta união dos próprios companheiro, no início, às vezes, não faltava não, mais agora falta. É cada um pra si e Deus pra todos, eu fico aqui, faço minhas coisinhas e é cada um no seu canto, né ? Geralmente eu tô falando por mim, o pessoal daqui mudou muito, de religião católico mesmo ficou pouquinho. Então aí por causa da religião, mudou, dividiu mas o povo crente as vezes fica mas junto lá na igreja deles. Agora a gente fica afastado por causa de ter às vezes outra religião. Eis num fica tendo ligação com a gente, isso atrapalhou, um pouco, porque quando a gente era mais católico nois era mas unido ce entendeu? Porque aí só tinha uma minoria de crente e hoje a maioria é crente, a minoria passou a ser católica.

A fala do entrevistado remete a uma das identidades descrita por Hall (2001) como sendo uma identidade iluminista, a medida que o indivíduo se centra totalmente em si mesmo, ou seja, a sua identidade é individualista, sua visão de mundo é imóvel, fixa, pois somente ele é importante. Essa identidade iluminista é percebida em todas as gerações.

Ainda é possível identificar, na fala de Oliveira (21 nov. 2008), a existência da concorrência do poder simbólico religioso. Interferências advindas de fora para dentro atravessam o cotidiano desses assentados, separando-os por suas crenças religiosas em dois grupos que convivem em um mesmo espaço em decorrência das contingências da luta. Os evangélicos construíram uma igreja no espaço coletivo do assentamento no qual se reúnem para os momentos de adoração três vezes por semana, e os católicos, de quinze em quinze dias, nas residências. Porém, o entrevistado chama atenção para a separação que ocorreu no assentamento entre católicos e crentes.

Bourdieu (2000) assinala que o poder simbólico permeia os espaços como forma de os manterem ligados ao poder do dominante. Para o autor, há que haver

¹⁴ Oliveira tem 44 anos, nasceu em Brasília, é casado tem quatro filhos. Morador do Assentamento Rancho Grande, é católico, estudou até o ensino fundamental (Entrevista realizada pela pesquisadora em 21 de novembro de 2008, às 9h, na varanda da casa do entrevistado).

uma revolução simbólica para que ocorra mudança na sociedade. Nesse sentido, as interferências religiosas que chegaram aos assentamentos contribuem para que os moradores deixem de ser sujeitos detentores de suas identidades. Para reverter essa situação, eles devem romper com as amarras religiosas individualistas.

Martins (2002, p. 75-81) considera que a identidade do camponês é familiar, todavia, também é individualista e capitalista, ou seja, o capital “obriga-o a modernizar-se, isto é torna-se um pequeno [...] capitalista para o capital”. Observa-se que a primeira geração já não consegue mais produzir excedentes para a venda, está sozinha nas parcelas, pois os filhos foram embora para outros assentamentos. A esse respeito Santos (16 nov. 2008), diz:

Oh, hoje os meus filhos tá tudo casado, eu tenho onze netos, tenho dois filhos assentados no município de Araguapaz, uma filha assentada no município de Itaberaí-Santa Rosa, tenho um filho no município de Ipameri. Agora o mais novo trabalha na fazenda aqui pro lado de Mundo Novo, ele é gerente lá.

Na fala de Santos, é possível identificar que os filhos da primeira geração dos assentados não estão no local, ou seja, eles se casaram, foram participar de outros assentamentos na região, tais como o de Santa Rosa, próximo à Itaberaí, Mata do Baú, nas imediações do assentamento. Outros estão empregados em fazendas e/ou comércio nas cidades, como Goiás, Brasília, e Goiânia. Contudo, há outra situação constante no assentamento, isto é, compra de mantimentos, tais como, arroz, feijão, verduras, Além de óleo, água mineral, gás de cozinha.

Bourdieu (2000, p.125) chama a atenção para o poder exercido pelo dominador que chega até o dominado, ou seja, à medida que os assentados têm uma produção familiar individualista, eles não conseguem enxergar além e se revoltar contra a “a dominação em todos os seus aspectos – até mesmos econômicos”. Santos (17 nov. 2008) demonstra essa situação em sua fala:

Se eu não arrumar um jeito da minha família, dos meus filhos assumir a minha proposta: é de ir lá no Incra mandar eis vim cá. Avaliar o que eu tenho, eis me repassar o meu dinheiro, essa, é a minha proposta.

A fala de Santos (17 nov. 2008) é uma tentativa de justificar a venda da parcela. Em conversa posterior à entrevista, ele afirmou que havia negociado a

venda para o genro, mas teve que voltar atrás no negócio por não ter obtido permissão do Incra¹⁵, ou seja, ele não estava repassando a terra para o genro, a filha e os netos, havia entre eles um processo de venda e de compra.

Desfeito o negócio, o genro e a filha que já haviam se mudado para o assentamento tiveram que retornar à fazenda na qual trabalhavam como agregados. Para Martins (2002, p. 183), o Estado deve garantir um conjunto de providências para assegurar a “função de gestor da função social da terra”. Só assim as novas gerações poderão romper com o ciclo vicioso que as rodeiam em relação à aquisição da terra.

Constata-se, no assentamento, a ausência de políticas públicas, como foi dito anteriormente, sendo mais afetada a primeira geração que, idosa, apresenta problemas de saúde. Nesse sentido, a cidade é o local no qual se busca atendimento, o que se observa na fala de Brandão (18 nov. 2008):

Não! Não! Aqui não tem nada não! Não tem hospital, posto de saúde, não existe aqui no assentamento nada disso. A única coisa que tem são os ônibus [que buscam os alunos para estudarem na sede do município] que nem podia correr [pela má condição]. A Prefeitura de Goiás põe os ônibus velhos demais. O ônibus que têm aqui é só para o alunos. Os adultos, se quiser ir pra Goiás, tem que ir de carro próprio, carona não pode no ônibus. O transporte que tem é para os alunos, [os demais] não pode ir, é proibido.

A situação apresentada, por Brandão indica que não se trata apenas de uma questão econômica, é mais que isso: é uma questão social, o que leva a refletir o significado de público. Para Viana (2008), a gestão pública, na esfera pública, está ligada, sobretudo, à garantia e à concretização de direitos sociais e às necessidades sociais básicas. Essas também estão articuladas aos eixos analíticos do controle democrático e financeiro. Nessa perspectiva, esse tipo de gestão designa aspectos administrativos democráticas, descentralizada e participativa, dos sujeitos nos diversos níveis e esferas de governo, seja da União, estados, Distrito Federal e municípios. Em outros termos, para haver uma política pública de qualidade deve-se gerir o que é público para todos, e nesse sentido, em atenção ao que é de interesse

¹⁵ Os assentados, quando assinam o termo do parcelamento, no ato da emissão da parcela, comprometem-se com o Incra a não vender a parcela. Caso não queiram mais ficar na terra, devem devolvê-la para que o instituto possa repassá-la a outros trabalhadores que estão cadastrados à espera de terra.

geral do bem comum, com partilha de poder, exercício de controle democrático, de gestão pública compartilhada.

Percebe-se que os direitos do atendimento de saúde aos assentados requerem tanto o atendimento primário, com postos de saúde em local nas proximidades dos assentamentos, quanto secundários, com os centros de referência de atendimentos que atenderiam a toda a zona rural, e, ainda a construção do sistema terciário, os hospitais de atendimento de alta complexidade para atender a todos. Todavia, para isso, torna-se necessário a reestruturação da cultura de atendimento e de favorecimento de toda a população, mediante a implementação de políticas públicas. Para isso, é necessário que a população rural e do município se mobilizem e lutem para efetivação dos seus direitos.

Contudo, durante a realização deste trabalho, não se constatou a participação dos assentados nos conselhos do município e nem em outras esferas dos governos.

A identidade, para Bourdieu (2000, p. 113), está “ligada à origem, através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos”. Essa reflexão permite considerar que esses assentados vivem em um espaço repleto de representações simbólicas, pela forte presença do patriarcalismo, do vitimismo, da religiosidade, dos valores tradicionais e do conservadorismo, ou seja, “valores centrados na família, na terra, na religião, na comunidade e no trabalho”. Para Martins (2002, p. 108), esses sujeitos trabalhadores reconhecem suas origens, a identidade de sem-terra, de assentados, de trabalhadores, de cidadãos portadores de direitos. Suas identidades remetem “necessariamente a uma norma de vinculação” (CUCHE, 1999, p. 176). Assim, pode-se afirmar que as três gerações de assentados são sujeitos, trabalhadores, personagens da luta pela reforma agrária no Brasil.

Para Boudieu (2000), somente os que dispõem de autoridade legítima, pode impor suas próprias definições. Nesse sentido, os assentados têm uma autoridade legítima e devem ter clareza da necessidade de políticas públicas, e não se sucumbirem a situações desumanizadoras com sucessivas perdas de direitos conquistados. Tampouco deve haver a alta concentração de renda, pois poucos têm acesso aos referidos bens e serviços públicos. Dessa forma, as reivindicações sociais, fazem-se presentes em um cenário, para usar as palavras de Bourdieu (2000, p.111), “fracções de classes que estejam envolvidas numa luta propriamente

simbólica para imporem a definição do mundo social, mas conforme os seus interesses”. No entanto, a sociedade civil e o Estado impõem posições ideológicas que transfiguram o mundo social, fazendo prevalecer disputas pessoais em detrimento do coletivo. Como exemplifica Rocha¹⁶ (17 nov. 2008),

hoje vem um quite aí de horta, mas quem pode pegar é um grupinho, igual agora. Hoje tem um trabalho, se eu quiser trabalhar com ele, eu ainda tenho que andar nesse acampamento todinho pegar assinatura das pessoas, cê entende? Então não devia ser assim, se você num quer trabalhar, eu quero, mas não pode. Tem que ficar só naquele bolinho lá que reivindicou, só lá num grupinho! Então não tinha que ser assim, tinha que ser fulano: “cê quer? Eu num quero. Mas às vezes o fulano quer? Outro quer? cê pega e faz, né. Mais não pode ser assim”.

Na fala da entrevistada, é possível identificar uma “somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços coletivos” (KOWARICK 2000, p. 22). Segundo esse autor, a falta do entendimento coletivo perpassa o grupo, fazendo surgir divisões e, assim, a fragmentações nas relações sociais.

Para Bourdieu (2002, p.117), deve-se ter “uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade”. No caso, há necessidade do coletivo nesses assentamentos, porque o trabalho e a vida em conjunto podem favorecer o desenvolvimento desses assentamentos nos moldes sociais.

Para Martins (2002, p. 81), o camponês está fadado ao “desaparecimento, a proletarização” já que a cidade é o seu polo, seja para comprar os produtos que suprem suas necessidades básicas alimentares, seja para resolver diversos problemas, como anteriormente foi exemplificado. Segundo esse autor, a categoria trabalho familiar cede espaço às empresas rurais, ao trabalho moderno assalariado, o econômico, conseguindo dominar o trabalho familiar. Oliveira¹⁷ (21 nov. 2008), quando perguntado como realizava o trabalho na parcela, diz:

Nois fazia era troca dia, né? Fulano ia trabalhar pra outro fulano e era assim pra trabalha melhor, pra não ficar sozinho e pra trabalha em conjunto. Aí nois fazia era isso, trocava os dias pra facilitar mais. Às vezes eu tenho

¹⁶ Rocha tem 51 anos, é casada, nasceu na Fazenda Bugre, município de Goiás. Moradora do Assentamento Rancho Grande, tem quatro filhos, é evangélica, estudou até o ensino fundamental (Entrevista realizada pela pesquisadora em 17 de novembro de 2008, às 16h, na varanda da casa da entrevistada no assentamento).

¹⁷ Oliveira tem 44 anos. Nasceu em Brasília, é casado tem quatro filhos. Morador do Assentamento Rancho Grande, católico, estudou até ensino fundamental (Entrevista realizada pela pesquisadora no dia 21 de novembro de 2008, às 9h, na varanda da casa do entrevistado).

saudade daquele tempo, porque às vezes se nois conseguisse unir né? Hoje se precisa, tem que pagar o companheiro. Se voltasse aquele tempo de novo eu acharia melhor o coletivo né? Nois tinha uma turma aí de dez, doze que trabalhava junto aí todo sábado. Cada sábado era pra um, aí cê trabalhava no correr da semana pra quem a gente quisesse ou pra gente memo e depois no sábado tinha essa marca de sair ajudando os companheiros. Agora hoje não, nois paga em dinheiro memo, mas tá difícil até pra achar quem quer trabaia.

A fala de Oliveira evidencia o modelo tradicional de trabalho familiar que era baseado em relações de troca de trabalho entre as famílias. Essa situação foi vivenciada no início da organização do assentamento, de acordo com o entrevistado. Contudo, essas relações alteram-se com a introdução de pagamento dos serviços prestados, o que demonstra o modelo de assalariamento nesse assentamento.

Para Martins (2002), no mundo camponês, existe uma ambiguidade na relação tradicional, que, de um lado, o condena ao desaparecimento, e de outro, o de viver uma “transição histórica que não termina, mergulhado em uma agonia lenta” (p. 89). Em outras palavras, o retorno ao modelo tradicional não liberta os camponeses, pois, para o autor, quando os trabalhadores mencionam o processo antigo, sua fala está impregnada de consciência idealizadora e fantasiosa. Todavia, o modelo de assalariamento mostrado na fala do entrevistado leva a refletir sobre a modernização conservadora presente no campo o que Martins (2002), considera como relações estabelecidas de modo a tornar o camponês um operário do capital.

A primeira geração considera o assentamento, um espaço tranquilo. Essa situação é exemplificada por Rocha (17 nov. 2008), ao falar sobre o significado do assentamento:

Eu criei os meus filhos tudo aqui, né [...] largar aqui e ir para a cidade [...] eu num iria não. Eu acho que aqui é a raiz mesmo. Parece que eu plantei um pedaço do meu pé aqui mesmo, apesar que a gente ter que trabaia queira ou num queira, né? Mas tem a tranqüilidade, cê pode sair e contar com um vizinho, igual nois sai, chega tá tudo do mesmo jeito [...]. Aqui nois dorme com as janelas tudo aberta. Se ta fazendo calor, nois entra pra dentro, dorme tudo aberto. E na cidade não tem jeito, se algum dia eu mudar pra lá definitivo só se o marido morrer, e filho num querer ficar aqui.

A fala de Rocha remete a Diehl (2002, p. 112) que diz da “re-simbolização e funções culturais”. A entrevistada relata o que é a memorização familiar individual. Como a identidade é construída socialmente, pode-se perceber somente o processo

de confiança construído com os vizinhos do assentamento. A ligação do espaço da experiência produzido com o passar do tempo resume-se na confiança.

Contudo, as identidades dos assentados também foram construídas sob a forma das relações estabelecidas com os “organismos e funcionários do Estado, Entidades de apoio e de representação, elas estão presentes na conformação da luta pela terra” (MEDEIROS, 1994, p.19). Neste, sentido, o vínculo do camponês com a sociedade é pessoal, porém os antagonismos de sua identidade “vem de fora, a sua consciência é postiça” (MARTINS, 2002, p. 81). Assim, os assentados constituíram-se como produtores familiares individualizados, e, cada um faz o que quer em sua parcela, já que ela é considerada como propriedade privada, portanto, não se deve satisfação a ninguém.

Araújo (22 nov. 2008) relata que essa situação advém da cultura das famílias:

O meu pai era filho de pessoas que tinha propriedade. Meu pai foi herdeiro, tinha uma pequena propriedade e perdeu a terra com financiamento e empréstimo de banco. Veio a questão da modernidade, usar insumo e aí teve algumas crises [...] e aí eu me tornei uma pessoa filho de pequeno produtor, mas me tornei uma pessoa filho de pequeno produtor, sem-terra, porque meu pai não tinha mais terra, o banco tomou a terra dele.

Na fala de Araújo (22 nov. 2008), é possível identificar o problema da propriedade familiar no Brasil. Seu pai foi expulso do campo, com seus descendentes, em nome da modernização rural. O entrevistado evidencia a chamada crise cíclica da questão agrária vivenciada há séculos nesse país. Porém, os assentamentos, segundo Martins (2002), põem em cheque a questão da propriedade privada no país quando ocupam terras de outrem. Nesse contexto, também ocorre a conquista da identidade. Nos termos assinalados por Bourdieu (2000), depois de assentadas, as famílias trabalham e pensam como grupos individualizados, que contribui para a alienação, tornando-os fracos, fáceis de serem manipulados e comprados como mercadoria.

Contudo, os assentados, nas relações mediadas de poder, podem perceber que está em jogo não só a propriedade da terra, mas também a construção de uma identidade social, pois “todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social” (CUCHE, 1999, p.176). Nesse sentido, os assentados devem não só se identificar com o processo

da conquista do assentamento no qual reivindicaram melhores condições de vida, mas reafirmarem o reconhecimento do poder que essa luta lhes oportuniza para compreenderem as enganações e a permanência das velhas formas patriarcais de dominação do capital.

Há que se considerar, dessa forma, a identidade socialmente construída, em um país como o Brasil, que segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese (2006), tem 44.364 mil famílias envolvidas em ocupações de terra de outrem, reivindicando para serem assentadas. Conforme o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST, 2007), em Goiás há cinco mil famílias esperando para serem assentadas, essas estão acampadas em cidades e/ou às margens de estradas e rodovias.

Todavia, ressalta-se que essa luta não é só por terra, mas também por políticas públicas, ocasionando, ainda, nesse processo, a conquista de identidade. Nas palavras de Cruz (2008, p. 5), “a identidade é um campo de disputas, tensões, um processo de reconhecimento e institucionalização da ação dos indivíduos”. Para o autor, somente mediante a luta obtêm-se melhores condições de vida, e neste sentido, os assentados não devem aceitar a institucionalização de cima para baixo. Ferreira (18 nov. 2008) quando perguntada sobre a importância da conquista da terra, diz:

Eu acho que é muito importante as pessoas lutar pelo um pedaço de terra pra ter onde morar, pra ter onde plantar fazer igual nois fizemos porque se não tivesse [lutado] nem sei como nois estaríamos hoje, nem sei o que seria de nois. Então, a reforma agrária, pra mim, é muito importante.

Para Bergamasco e Norber (1996, p. 58), “no momento em que a luta pela terra cede espaço ao cotidiano da produção, surgem novas formas de mobilização social daqueles que de sem-terra se transformam em assentados”. Eles organizavam suas produções em forma de mutirões e troca de dia, como exemplifica Silva¹⁸ (21 nov. 2008), quando perguntado sobre o coletivo no assentamento:

¹⁸ Silva tem 45 anos, nasceu em Goiânia. É casado, tem três filhos, morador no Assentamento Rancho Grande, evangélico, estudou até o ensino fundamental (Entrevista realizada pela pesquisadora em 21 de novembro de 2008, às 7h, na varanda da casa do entrevistado no assentamento).

Plantamos, quando nois chegamos pra cá, trabalhamos dois anos juntos em forma de mutirão. Dividia mais por força de trabalho, trocava dia [...] eu era solteiro na época, quando eu vim pra cá e nois trabalhou muito assim.

Na fala de Silva (21 nov. 2008), é possível identificar dois aspectos apresentados por Bergamasco e Norber (1996, p. 57). O primeiro, os autores denominam modelo “semicoletivo”. Nesse sistema, são socializados as máquinas e os insumos, e o trabalho fica por conta de cada família, individualmente, em sua parcela. No segundo sistema, o “coletivo de produção comercial”, a gestão é coletiva todos administram a produção e trabalham no assentamento. Esse sistema equipara-se ao de uma “empresa agropecuária”, e até a cozinha pode ser coletivizada, além da instalação de creches que potencializam o trabalho das famílias em conjunto. Contudo, o trabalho coletivo não predomina nesse assentamento, pois a forma de trabalho é individualizada, como descreve o entrevistado:

Ah! agora tá difícil trabalhar, por quê? Cada um tá querendo trabalhar pra si só, não quer trabalhar em conjunto. Às vezes, a terra não ajuda trabalhar com uma plantação igual. Eu já conversei com o [vizinho], se eu tivesse um alqueire terra maciço, plano, pra mim mais eu e umas quatro pessoas, nois botar uma bomba no corgo pra plantar melancia ou milho. Mas as terras da gente não ajuda. Aqui a terra boa é a do [outro vizinho] ali, do comprador [que comprou a parcela] geralmente não dá pra fazer esse trabalho.

É possível identificar na fala de Silva (21 nov. 2008) os efeitos da construção da identidade entre os assentados, quando optam por trabalharem sozinhos, cada um na sua parcela, cuidando do que é seu. Essa passagem exemplifica o comentário de Bergamasco e Norber (1996, p. 58): quando os “sem-terra se transformam em assentados”, eles recuperam a cultura de proprietários, contudo, são trabalhadores familiares que se integram no sistema de mercado. Sozinhos, não conseguem gerar excedentes, mas lucro para o capital. Essa situação pode ser comprovada na narrativa de Silva (21 nov. 2008), quando perguntado sobre a sua renda familiar:

A minha renda mensal bruta vai variar em torno de dois mil reais a três mil reais mensal, é da venda do leite, porque tem o custeio do gado, ainda né? Dô leite em pó para os bezerros porque eu comecei com uns bezerros de inseminação, né? Aí a gente dá esse leite em pó que ajuda na saúde dos bezerros, não fica assim com uma urça [úlceras] não dá dor de barriga, melhorou um pouco [a saúde dos bezerros].

Na fala de Silva (21 nov. 2008), é possível perceber o processo de modernização da produção no campo. Sua produção está voltada para o atendimento do mercado e não somente para a venda de produtos excedentes. O seu produto é comercializado. Assim, pode-se afirmar que a segunda geração vive do lucro dos produtos da pecuária leiteira, mantendo todas suas despesas alimentares e familiares com a venda dos produtos obtidos, como o leite. Essas dimensões revelam o processo de construção sobre o conceito de cultura/identidade. Em relação a essa situação, Araújo (22 nov. 2008) comenta,

Eu falei pra vocês plantarem pelo ou menos para o sustento, mas vocês acham melhor ficar na mão do mercado, então taí.

Essa fala demonstra que embora os assentados tenham clareza de que os resultados de seus esforços nas parcelas não são suficientes para conseguir comprarem alimentos, como grãos, verduras, frutas, dentre outros, mesmo assim, sustentam o discurso de ser mais barato comprar do que plantar.

Doll (1999, p. 112) analisa que “os homens possuem um núcleo universal que recebe uma cobertura cultural”. Considerando essa assertiva a identidade desses assentados é resultado dessa relação simbólica.

A identidade revelada na segunda geração é o resultado de uma soma de negações da condição social digna da pessoa humana. Ela vem sendo considerada resultado de ausência de uma política agrária pública universalizadora que não pode se restringir à terras. Deve-se ir mais além, isto é criar mecanismo de estímulos e reinserção desses segmentos às suas raízes rurais, para que sejam garantidos os direitos de cidadania social dos assentados.

Contudo, ainda existem cinco famílias nesse assentamento que resistem ao uso de produtos químicos. Esses assentados querem voltar a plantar para o consumo, mas não querem saber da política predatória do Estado. Araújo (22, nov.2008), quando perguntado sobre a assistência técnica no assentamento, afirma;

O governo quando manda pra nós é o Sebrae [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas] Então o Sebrae tem um novo jeito de trabalhar que é com pacote com adubos com venenos e tal e a gente se distancia por esse sentido, né? Aí nesse sentido eu falo que o governo ajuda os assentamentos a se distanciar, porque o governo tem um pacote, mas a realidade da gente é outra. Tem pessoas que não querem esse pacote que o governo contratou, querem uma produção limpa [sem agrotóxicos].

Em relação à organização individual familiar nos assentamentos, análises de Bergamasco e Norber (1996, p. 70) apontam a contradição com as reivindicações históricas dos trabalhadores rurais sem-terra, quando eles vendem as parcelas. A esse respeito, Brandão (18 nov. 2008), quando perguntado sobre o valor da parcela responde:

Olha as minhas coisas aqui vale cento e vinte mil reais. Eu venderia sim, uai, se eu não dô conta mais de trabalhar eu acho vergonhoso a pessoa dentro de uma terra [sem trabalhar] é vergonhoso mas é verdade. A pessoa tá dentro de uma terra e passa necessidade. Tem muitos passando necessidade mas mesmo assim eu não culpo as pessoas eu culpo o sistema porque eu igual eu falei passei um período difícil, eu conheço muitas pessoas que só moram na fazenda na parcela e sobrevive da venda [de leite] muitos planta, mais não tem o crédito. Na hora [o financiamento] não sai do papel.

Dessa forma, a realidade dos assentamentos em Goiás remete à problemática e à luta pela terra, que aspira a conquista da terra pública. Nas palavras de Martins (2002, p. 89), o Estado deve ser o gestor das questões agrárias, impor “freios ao concentracionismo na propriedade privada da riqueza social e a sua privatização sem limites”. Nesse sentido, os assentados devem reivindicar a criação de uma política agrária fundamentada em critérios públicos, igualitários e universalizadores, para que não haja a necessidade da venda da terra, pois a conquista da terra é de toda a sociedade e não de um indivíduo.

Para Bergamasco e Norber (1996, p.71), quando os assentados e suas representações concordaram com a forma de propriedade mediante “concessão de uso coletivo”, e após a implementação dos assentamentos, venderam as parcelas, abriu-se um paradoxo nos assentamentos.

Segundo Martins (2002), a venda das parcelas contribui para que questão agrária seja uma questão cíclica, isto é, a volta para a cidade e o retorno para o campo. Para Pessoa (1999, p.155), quando eles saem do assentamento e retornam a cidade em “busca de formas de capitalização para que possa ir a produzir e a se reproduzir”, não abandonam a *identidade camponesa*. Nesse sentido, considera que há um paradoxo mesmo, ou seja, continua em curso a questão de permanência e não de mudança desse processo, o que acontece no Brasil desde os seus primórdios.

Para Pessoa (1999), o retorno para a cidade pode não implicar a perda da identidade camponesa. Todavia, não resolve o problema agrário brasileiro, pois a conquista do assentamento é um começo para efetivação da política pública agrária e a conquista da cidadania. O retorno à cidade em razão das dificuldades impostas pelos donos do capital não irá resolver as questões sociais dos assentados e nem auxiliá-los a reconhecerem a legitimidade de suas identidades. Assim, quando parcela dos *trabalhadores sem-terra* no Brasil ligados aos movimentos sociais buscam assegurar, a títulos da propriedade como “Títulos de Concessão de Uso” (MARTINS, 2002, p. 35), tentam evitar esse paradoxo.

A realidade demonstra, ainda, que a compra de terra em um assentamento por alguém que não participou da luta pela desapropriação da terra, causa um problema para o Estado. Os recursos que o governo utiliza para assegurar a desapropriação das terras e construir um assentamento advêm de impostos e, muitas vezes, leva-se o endividamento do país para assegurar a desapropriação das terras. É fato, que para o pagamento das parcelas, os assentados dispõem de dezessete a vinte anos para tal. Mas os subsídios para aquisição de um assentamento são públicos. Portanto, o Incra busca assegurar que as terras em um assentamento não sejam vendidas pelos parceleiros, e quando eles não mais quiserem permanecer nela, devem devolvê-la ao instituto para que ele possa repassá-la para outros sem-terra registrados em cadastros. Dessa forma, por não reconhecerem que os projetos de assentamentos são desenvolvidos mediante investimentos públicos, os assentados acabam por se acomodarem. Silva (21 nov. 2008), quando perguntado sobre a participação de todos no cotidiano do assentamento, responde;

O comprador não quer unir, né? A cabeça tá noutra rumo, né? E os amigos meus são os desde a BR [...] eles ficam lá no canto deles, né, na parcela deles não tá prejudicando ainda, né? Mais pro outro lado, pra gente ter um respaldo político, aí tem os problemas, né, porque eles não interessa nas coisas políticas né? Aí, já é problema, porque eles não têm interesse no desenvolvimento do assentamento na parte coletiva, né? O interesse é individual mesmo.

Silva (21 nov. 2008) evidenciou a não-efetivação da política pública, que leva ao conservadorismo, e, assim, a construção da cidadania distancia-se do sujeito. Esses sujeitos sociais, mesmo constituindo uma identidade de assentados e de

trabalhadores rurais, ainda persistem em uma visão conservadora. Para Boudieu (2000), a identificação deve ser coletiva para que se conquiste o poder e possibilite aos sujeitos se libertarem. Araújo (22, Nov. 2008), quando perguntado sobre a convivência com os novos vizinhos, diz:

Os compradores, por mais bonzinho que for, se você acuar ele um pouquinho, ele fala: “Não [eu não tenho nada com isso] eu comprei e paguei não devo nada a ninguém se ocê quis assinar pra mim lá me apoiando é problema seu, eu não devo nada pra ninguém”.

A fala do entrevistado remete “a uma visão idêntica da sua unidade” (BOURDIEU, 2000, p. 117). Os assentados devem ter claro o processo da luta e da conquista da terra, assim como da origem dos assentamentos e dos assentados.

Para Sauer (2002), dela fazem parte os sonhos, os desejos que são voltados para uma melhor condição de vida. Neste sentido, os compradores que Araújo (22 nov. 2008) alude em sua fala, remetem aos problemas da falta de cidadania coletivamente constituída, evidenciando o conservadorismo dessas pessoas que, mesmo no assentamento, têm a mentalidade pequeno burguesa em relação à “propriedade privada que é definitiva por um lote familiar, onde cada família o utiliza conforme suas condições e decisões” (BERGAMASCO ; NORBER, 1996, p. 69).

No entanto, segundo Bergamasco e Norber (1996, p. 70), não foi esse o sistema de propriedade defendido pelos trabalhadores. No passado, já preocupados com essa questão, decidiram que o melhor sistema de propriedade para os assentados seria “a Concessão de Uso Coletivo, no qual cada família seria incorporada a um projeto social em que a utilização da terra pode ser coletiva ou familiar reconhecida pelas instituições bancárias, mas não pode ser comercializada”.

Definitivamente o *título de concessão de uso* impede a comercialização do lote, pois compõe a política pública deliberada também pelo Estado em relação aos projetos de assentamentos. Todavia, também há um paradoxo, pois se é público, não deveria ser comercializado. Assim, os próprios assentados não deveriam pagar pelos lotes e nem vendê-los, já que eles constituem espaços públicos, utilizados por pessoas que lutaram para assegurar o direito de uma vida melhor.

O Estado brasileiro designou o Incra para tratar das questões agrárias, implementando as políticas agrárias públicas, com o objetivo de emancipar os sem-terra e não o seu favorecimento em nome da propriedade privada.

A identidade social só pode ser reconhecida na luta perante a sociedade civil e política, e esses assentados devem lutar para assegurar os seus direitos e não comercializar as parcelas como forma de resolver os problemas, que não são só seus, são da sociedade. Em relação à terceira geração, ela também não foge ao conservadorismo, como é possível identificar na fala de Inácio¹⁹ (18 nov. 2008), quando perguntada sobre sua identificação com o assentamento:

Quando meu pai faleceu, ele passou isso aqui pra gente. Aí a minha mãe arrependeu, queria porque queria isso aqui por tudo. [...] Agora hoje ela é contra nois, tem raiva de nois, o meu irmão ficou contra nois por causa disso aqui. Então a situação que a gente vive vai ficando desgostoso, agora qualquer coisinha eu entro em um estado de choque. Eu nem sei o que é o assentamento pra mim. O pessoal conta, mas eu nem lembro, eu fiquei com ela uns dias na BR, nois ficou uns tempo aqui na barraca, mas o assentamento pra mim hoje é muito difícil, Deus me livre, passá necessidade em casa é difícil.

A fala em questão evidencia as consequências da ausência de uma política agrária, e as disputas entre membros dessa família indicam a situação do código civil em relação à herança, ou seja, quando um dos titulares falece, faz-se um inventário. Porém no caso de um assentamento, como o Incra não permite a venda das parcelas, ele as repassa para um dos membros da família que tem ligação com a terra. Contudo, isso não é apresentado de forma incisiva e aceita por todos os familiares. Para Bourdieu (2000, p. 25), a ausência de uma “reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se”. Nesse sentido, será que se os assentados tivessem uma visão coletiva e pública das parcelas eles negariam o direito de outros trabalhadores terem o acesso à terra?

Inácio (17 nov. 2008) denuncia, em sua fala, a não-apropriação do assentamento como espaço constitutivo de novas formas de vida. A presença do conservadorismo e da propriedade surge de forma avassaladora para a terceira geração, provocando problemas, sociais, e até psicológicos, uma vez que ela é expulsa do assentamento também pela família que deseja vender a parcela,

¹⁹ Inácio tem 28 anos, nasceu em Goiás-GO, é casada tem dois filhos. Moradora no Assentamento Rancho Grande, evangélica, estudou até a quinta série do ensino fundamental (Entrevista realizada pela pesquisadora em 17 de novembro de 2008 às 16h, na cozinha da casa da vizinha da entrevistada).

diminuindo ainda mais a capacidade de fortalecimento do coletivo. Para Bourdieu (2000), ao apropriar-se coletivamente de suas identidades, negando o que vem de fora, os sujeitos têm maiores condições de vencerem o impensado. Inácio e tantas outras pessoas que necessitam da terra para viverem teriam condições dignas com implementação das políticas públicas, em permanecer nos assentamentos, evitando assim a miséria e o desemprego.

Ainda faz-se presente na fala de Inácio (17 nov. 2008) o acirramento das disputas entre os assentados pela terra. Essas disputas são evidenciadas no assentamento quando, por algum motivo, um dos assentados resolve comercializar a parcela, e o filho, parente e/ou sem-terra, tem interesse de ficar na parcela sem pagar mais nada por ela. Então ressurgem uma luta silenciosa na própria família, explicitada na fala de Inácio (17 nov. 2008). A reafirmação da propriedade em detrimento do indivíduo pode ser vista na fala de Nunes (18, Nov. 2008), quando perguntada sobre a venda da parcela:

Eu tô pagando [ao Incra] eu tô pagando [a terra] uma coisa que pago todo ano, eu [tenho o direito de vender]. Às vezes tiro da boca pra pagar, pago direitinho tô até acabando de pagar [o título] aí eles [o Incra] fala que não [tem direito de vender] o que é meu, é nosso, diz que nois só tem *usufruto*. Eu não tô comprando uma terra só pra ter usufruto dela, é pra ser minha aí eu sou muito contra, eu falo mesmo se vim na minha porta falar pra mim que a terra não é minha achou briga. Eu tô pagando, por ela e eles não me deu ela eu conquistei. Então eu conquistei ela igual nós tem fama aí que nos ganhou a terra nois nunca ganhou nada nunca! Então é o meu patrimônio. Então se for pôr tudo na ponta da caneta aqui nois fez serviço demais pra falar que não é nosso por que se avaliar tudo que nos já fez dá mais de cem mil reais só o nosso, serviço e tempo que nois mora aqui. Então eu sou contra totalmente eles vim falar que a terra não é nossa. Eu tô trabalhando, e se eu mudar daqui hoje, eu não tenho nada, porque eu trabalhei aqui, fiz tudo que tenho foi aqui.

Na narrativa de Nunes (18 nov. 2008) é possível identificar que há um ciclo de venda e de compra, ou seja, a organização “individual-familiar” nos assentamentos rui com a “verdadeira conquista dos trabalhadores rurais” (BERGAMASCO; NORDER 1996, p.71), que, no entanto, tomam o que é público como privado.

Para Bourdieu (2002), esse tipo de acontecimento evidencia os resultados da concorrência pela identidade. No caso do camponês, cada um reafirma os seus interesses. Na fala da entrevistada, está implícito a concorrência pelo monopólio da

divisão, resultando no acirramento entre duas categorias, dominados e dominadores, reafirmando a venda da terra, a sua transformação em capital.

Todavia, pode-se identificar, ainda na fala de Nunes (18 nov. 2008), a interferência do sistema capitalista que está na própria *Constituição Federal do Brasil* (BRASIL, 1988). De acordo com Silva (1996), o que consta na Carta Magna é uma tentativa constitucional de resolver o problema agrário, mas ele ainda permanece sem solução, uma vez que atende aos interesses de uma elite latifundiária conservadora. Os assentados pagam pelos títulos públicos das terras, e as tem como propriedade não como resultado da implementação de políticas públicas, mas como decorrente de sua condição de assentados.

O não-reconhecimento do que é público contribui para a expulsão dos trabalhadores do campo. Araújo (22 nov. 2008) quando perguntado, sobre os filhos, esclarece:

Os filhos dos assentados têm que ir pra cidade, virar sem-terra, chegar lá, arrumar alguém que tá mobilizando uma ocupação de terra, ele ocupar a terra ficar de quatro a seis anos acampado pra depois virar agricultor de novo. O assentamento tem que ser pensado pra família, se o Rancho Grande fosse pensado pra família, os meus filhos estavam aqui, principalmente o meu filho que hoje mora em Brasília com a esposa e a filha.

A fala do entrevistado evidencia o resultado do processo de exclusão ao qual estão submetidos as gerações de assentados. A ausência de políticas públicas a não-participação dos assentados de forma efetiva na construção da cidadania, provocam a saída de seus membros para as cidades, sobretudo os jovens, ou seja, é o resultado do processo construído de forma excludente, “legando aos filhos o débito social” (MARTINS, 2002, p.181).

Para Bourdieu (2002), o reconhecimento da identidade passa pela “visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade” (p.117) Nesse sentido, os assentados não devem se isolar ou esquecer dos “sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc.)” (p.124).

Para o autor, a criação de uma imagem afastada da identidade legítima leva ao reconhecimento da identidade dominante como sendo legítima. Diante dessa reflexão, a supressão das “características estigmatizadas” de uma identidade é na realidade o esquecimento da assimilação que destrói a “tábua de valores que as

constitui como estigmas”, e assim dissolve-se a identidade. Nunes (18 nov. 2008) quando perguntada sobre o cotidiano no assentamento, diz:

Nois ia em Goiás, nois era difamados, chegava pra pegar carona pra vir pra cá não podia nem ficar na porta dos supermercados. O povo humilhava nois, [quando] nois entrou aqui nois era tratado igual cachorro nois muitas vezes pensou assim: “Eu não vou conseguir mas a gente consegui com fé em Deus e muita luta por que a gente precisa né?” Muitas vezes meu marido falava pra mim: “junta os trens, que nois vai embora”. Aí eu falava: “Ir pra onde, não tem pra onde ir”.

A fala de Nunes (18 nov. 2008) demonstra o resultado das forças de fora. Um assentado deve apropriar-se das vantagens simbólicas que a sua identidade legítima lhe confere, pois, de acordo com Bourdieu (2000), o dominador a quer. Assim, o assentado não deve abdicar de seus direitos do processo de assentamento deve agir coletivamente com os demais assentados.

A atitude de conformismo não contribui para que os assentados emancipem suas regiões. Para Carvalho (2001), é necessário a participação efetiva direta desses sujeitos como cidadãos, ou seja, para além da democracia representativa, pois só assim os assentados se reconhecerão no processo constitutivo de suas identidades e contribuirão para a mudança nos assentamentos. A ausência de uma identidade cidadã leva os assentamentos a ignorarem os problemas do cotidiano, como diz Oliveira (21 nov. 2008), quando perguntado sobre o motivo de tantos caminhões passarem em sua porta, no assentamento:

Ah, é a tirada de areia do rio [Vermelho]. É problema e não é problema porque as vezes atrapalha os alunos até ir pra Goiás aí porque as carretas quebra aí bagunça a estrada toda só porque bagunça a estrada. Mas depois, eles vai e arruma e outra que as vezes pode estragar até o rio também. Ta assolando [assoreando] o rio, né? É porque aí geralmente pra nós num ponto é bom, por causa das estradas porque eles mantêm as estrada arrumada, né? Em outro ponto, é ruim.

Oliveira (21 nov. 2008) evidencia em sua fala as consequências em retirada da areia do rio, mas ele prefere calar-se para não prejudicar o amigo que retira a areia do rio. Minutos depois dessa entrevista, suas duas filhas, que cursam o ensino fundamental em Goiás, relataram que o ônibus que as levaria para a escola fora impedido de passar na estrada, pois havia duas carretas carregadas de areia. Quebradas na estrada, impediam a passagem do ônibus, com dezessete alunos,

para a escola. Esse ônibus conduz para a escola na cidade de Goiás crianças de três assentamentos, incluindo o Rancho Grande.

Perguntado sobre esse problema, o entrevistado diz reconhecê-lo, porém não tem interesse em resolver, porque em troca eles têm a manutenção da estrada que é obrigação da prefeitura. Percebe-se que todos conhecem o problema, porém, há conivência e individualismo presentes na fala de cada um dos entrevistados²⁰.

Apesar do problema permear todo o assentamento: em conversa com um dos assentados, ele diz: “ Ah, isso aí é do pastor, né? Ele é fazendeiro e tira areia aí já tem mais de ano”.

Carvalho (2001) assinala que essas situações ocorrem e persistem por causa da ausência de uma população esclarecida e reivindicadora de seus direitos. Essa situação contribui para que ocorra a ausência da construção da cidadania civil, de não haver política social pública, bem como, da democracia participativa, uma vez que a cidadania expressa o compromisso político que as pessoas desenvolvem com o Estado e dele para elas, ou seja, “a lealdade ao Estado depende do grau de participação na vida política” (CARVALHO, 2001, p.13).

A construção da cidadania, para esse autor, passa pela construção da identidade dos assentados ao longo dos anos da interferência do sistema capitalista sobre isso. Barros²¹ (16 nov. 2008), relata:

O caminhão é bastante pesado quando carregado de areia, ou seja, ele passa na mesma estrada que a gente passa, ele vai degradando a estrada. Eles degradam a ponte, agora eles estão passando dentro do rio. Tem época que eles dão uma parada, mas agora eles passam bastante, e como a estrada é estreita, o ônibus tem que parar para o caminhão passar, e a estrada fica cheia de buracos. Aí eles vão, dão uma arrumadinha mais ou menos, tentam reparar o erro tampando por cima, mas quando a chuva bate, volta tudo de novo, aí fica esse problema aí, e não é resolvido por falta de alguns agricultores.

Na fala de Barros (22 nov. 2008), é possível perceber como essas situações passam por todas as gerações, contudo, a terceira geração não participa como

²⁰ Durante duas horas em que a pesquisadora esteve na residência do entrevistado, foi possível identificar a passagem de quatorze carretas carregadas de areia na porta da casa dele.

²¹ Barros tem dezenove anos de idade, solteira, nasceu em Uruana-GO, cresceu no Assentamento Rancho Grande. Tem dois irmãos, casados e uma sobrinha, é católica, estuda no último ano do ensino médio na Escola Família Agrícola a 7km da cidade de Goiás, pretende realizar o exame do vestibular para Administração de Empresas (Entrevista realizada pela pesquisadora no dia 22 de novembro de 2008 às 8h, na casa dos pais da entrevistada no assentamento).

sujeitos no cotidiano do assentamento. Costa²² (16 nov. 2008), quando perguntado sobre a sua participação política no assentamento, responde:

Ah, eu num participo em quase nada, né? Eu acho que é porque eu nem importo tanto mesmo. A gente quase não dá opinião. A maioria das vezes, porque a gente não tem importância assim nada [...] o povo nem dá moral pra gente nada sempre eles só dão moral pras pessoas, mas velhas na maioria das vezes eu fico calado [...] É difícil de explicar é [porque?] pra fala a verdade, eu nunca parei pra pensar assim, não sobre o que é o assentamento não. Sempre o povo ia lá em Goiás, na prefeitura e reclamava, né, pro prefeito reunia as pessoas e ia lá.

A fala de Costa (16 nov. 2008) indica que os jovens não participam das decisões políticas do assentamento, apesar de estarem diretamente envolvidos no problema, de serem conhecedores do processo constitutivo do assentamento. O entrevistado denuncia o poder do patriarcalismo que ainda predomina nos assentamento, contudo as pessoas não falam a respeito, e se o fazem, ninguém os ouvem.

Para Bourdieu (2000, p.120), deve-se falar da região de pertencimento com o sentimento de pertencimento, isto é,

qualquer anúncio sobre a região funciona como um argumento que contribui-tanto mais largamente quanto mais largamente é reconhecido – para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e, por este meio, à existência.

Conforme Bourdieu (2000, p.124), as novas gerações devem lembrar com propriedade os seus antepassados, língua, região, e atividades econômicas de forma coletiva. De acordo com autor, quando os dominados na relação de forças simbólicas ficam isolados, tendem à aceitação

(resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante da sua identidade ou da busca da assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc.) e que tenha em vista propor, por meio de estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si o menos afastada possível da identidade legítima.

²² Costa tem 18 anos, é solteiro, nasceu em Goiás-GO, morador no Assentamento Rancho Grande, é evangélico, estudou até o primeiro ano do ensino médio (Entrevista realizada pela pesquisadora no dia 16 de novembro de 2008, às 12h, na sala da casa dos pais do entrevistado no assentamento).

Assim, os assentados devem apropriar-se de forma legítima das vantagens simbólicas que a identidade legítima lhes concede. Para o autor, há uma luta pela conquista da identidade legítima, pois ela é mais suscetível de ser reconhecida nacionalmente, ou seja,

a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de sua construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se (BOURDIEU, 2000, p.125).

Bourdieu (2000, p.124) assinala que a conquista e o reconhecimento da identidade pelo dominado começa pela reivindicação pública, porque o “estigma produz a revolta contra o estigma”. Os assentados, mediante as lutas por reconhecimentos pelas políticas públicas e dos direitos, tendem a efetivá-los nos assentamentos. Bourdieu (2000) afirma que “nesta luta pelos critérios de avaliação legítima, os agentes empenham interesses poderosos, vitais por vezes, na medida em que é o valor da pessoa enquanto reduzida socialmente à sua identidade social que está em jogo” (p.125).

Ora, nesse sentido, a não-construção de identidades sociais, não possibilita fazer emergir a força coletiva para enfrentar as disputas, tensões, e as pessoas passam a aceitar o doado, e as decisões efetuam-se de cima para baixo. Os assentados devem reconhecerem-se no processo identitário social coletivo e construir coletivamente seus projetos. Só assim eles passariam a compor a da sociedade.

Ao refletir sobre a identidade coletiva dos assentados, percebem-se a existência dos movimentos sociais e a da ordem vigente. Assim, recorre-se a Scherer-Warren (1989), que recorda que a sociologia das decisões centra suas atenções na classe dirigente e nas ações das relações sociais.

Para Martins (2002), o vínculo do camponês com a sociedade é um vínculo pessoal, no qual a pessoa inteira se põe no processo e não se refere apenas ao que diz respeito ao trabalho. Por isso, é necessário a constituição de novos valores que, ao serem agregados à cultura, podem constituir novos parâmetros identitários a esses sujeitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa realidade que é o lugar de uma luta permanente para definir a realidade. Apreender ao mesmo tempo o que é instituído, sem esquecer que se trata somente da resultante, num dado momento, da luta para fazer existir ou inexistir.

Pierre Bourdieu

Nas considerações deste trabalho, retomam-se as perguntas iniciais e hipóteses que constituíram o seu escopo, não com a pretensão de conclusão, mas como forma de síntese geral que visa recapitulá-lo. No início deste trabalho, havia a seguinte proposta: a não-manutenção de uma identidade construída coletivamente, após a conquista da terra, contribuiu para que os assentados moradores do Rancho Grande retornassem a um modelo de produção individual-familiar, o que tem fragilizado ainda mais o potencial organizativo dos assentados e a dimensão transformadora da categoria identidade. Dessa forma, indagou-se: estariam eles reproduzindo os moldes sociais do camponês ou seria a criação do trabalho moderno?

Na realização deste trabalho, evidenciou-se a luta da classe trabalhadora por uma vida digna. Essa luta, que se configurou na raiz das transformações sociais ocorridas no Brasil, a partir da década de 1960, gerou conflitos sociais no campo e na cidade, fazendo emergir os assentamentos por meio das lutas dos trabalhadores sem-terra que sofreram o processo do êxodo rural. A pesquisa identificou que o modelo de produção desses assentados está fundamentado no desenvolvimento do trabalho moderno.

Evidenciou-se da categoria identidade e o quanto é necessário o reconhecimento dessa categoria para a reapropriação da tomada do poder por parte dos assentados para compreender as facetas de sem-terra, de assentado, de trabalhador, de cidadão reivindicador de seus direitos. Essa percepção pode levar os assentados a compreenderem-se como protagonistas de suas próprias histórias, e assim, tornarem-se reivindicadores de políticas públicas que lhes permita assegurar não só identidades construídas coletivamente, mas também, força política e social para transformar a realidade.

Durante as entrevistas, também foi possível perceber no interior do assentamento, a manutenção de um forte conservadorismo, reforçando a não-efetivação das políticas públicas. Todavia, mesmo ocorrendo o reconhecimento das identidades, há ausência da cidadania plena, pois os assentados ainda sucumbem ao processo de alienação da classe trabalhadora. Assim, podem-se perceber as distorções e tensões presentes na luta fundiária desse país e a falta de entendimento da exploração do sistema capitalista.

O presente trabalho permitiu perceber que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) insere-se na pauta reivindicatória dos direitos fundamentais à vida, expressando essa luta nas cidades, como forma de denunciar a questão das desigualdades sociais, da exclusão e da organização dos trabalhadores, protagonizando acirradas lutas, que são expressões de demandas sociais reprimidas durante décadas na sociedade brasileira. Por isso, estabelece-se a luta pela reforma agrária, não só com a conquista da terra, mas também como maneira de se assegurar as políticas públicas para a população, tais como alimentação, moradia, trabalho, seguridade social, educação, lazer, participação política na sociedade, dentre outros.

A primeira geração remete ao assentamento como um espaço tranquilo. Essa afirmativa reforça as relações familiares de produção e os laços socialmente construídos com os vizinhos. A ligação do espaço da experiência produzido com o passar do tempo pautou-se em laços de confiança. Se a primeira geração está envelhecida e adoecida, por isso, preocupada com a saúde e com a permanência na terra, a segunda geração está endividada, preocupada com a produção e o lucro, pois “as relações sociais e políticas foram completamente submetidas à mediação do mercado e ao poder do regulador” (MARTINS, 2002, p. 33).

Dessa forma, a identidade revelada na primeira, na segunda e na terceira geração é resultante de um somatório de negações da condição social da pessoa humana. Por isso, é necessário a constituição de uma política agrária pública, universalizadora, de mecanismos de produção/comercialização e reinserção desses segmentos às suas raízes rurais, garantindo, assim os direitos de cidadania plena.

A pesquisa oportunizou perceber, ainda, que as identidades das três gerações dos assentados do Rancho Grande, foram construídas “sob a forma de organismos e funcionários do Estado, Entidades de apoio e de representação, que

estão presentes na conformação da luta pela terra” (MEDEIROS, 1994, p.19). Neste, sentido, o vínculo do camponês com a sociedade é pessoal, porém os antagonismos de sua identidade “vêm de fora, a sua consciência é postiça” (MARTINS, 2002, p. 81). Assim, os assentados constituíram-se como produtores familiares individualizados, e, cada um faz o que bem entende em sua parcela, considerada por ele como sua propriedade, por isso considera que não deve satisfação a ninguém, e muito menos ao Incra.

No início deste estudo, supôs-se a ausência de uma identidade construída coletivamente após a conquista da terra e que essa contribuiria para que os assentados moradores do Rancho Grande retornassem a um modelo de produção familiar baseado nos moldes tradicionais e conservadores. Essa situação tornaria mais fragilizado o potencial organizativo dos assentados e a dimensão transformadora da categoria da *identidade desses assentados*.

A fala de Silva (21 nov. 2008) evidenciou que a não-efetivação da política pública, levou-os ao conservadorismo, e, assim, a construção da cidadania distanciou-se do sujeito. Esses sujeitos sociais, mesmo tendo constituído uma identidade de assentados e de trabalhadores rurais, ainda persistem em uma visão conservadora. Para Boudieu (2000), a identificação deve ser coletiva para que se conquiste o poder e possibilite aos sujeitos se libertarem.

As relações do cotidiano estão sendo estabelecidas de forma a tornar o camponês em operário do capital. Então, existe uma disputa entre os donos do capital em busca da identidade social desses assentados que não está sendo percebida e/ou reconhecida, ou seja, as identidades sociais que estão sendo construídas no assentamento são reveladoras da ausência de políticas sociais de natureza efetivamente públicas e universalizadoras.

Dessa forma a construção da cidadania dos assentados passa pela construção de identidade ao longo dos anos com influência do sistema capitalista, pois conforme Bourdieu (2000), as novas gerações devem lembrar com propriedade os seus antepassados, língua, região, e atividades econômicas de forma coletiva, uma vez que os dominados na relação de forças simbólicas ficam isolados, tendem à aceitação do *Statu quo*. Assim, os assentados devem apropriar-se das vantagens simbólicas que a identidade legítima lhes concede. Para Bourdieu (2000, p. 125), há uma luta pela conquista da identidade legítima, pois ela é mais susceptível de ser

reconhecida nacionalmente, ou seja, “a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de sua construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se”.

Bourdieu (2000, p.124) também assinala que a conquista e o reconhecimento da identidade pelo dominado começa pela reivindicação pública, porque o “estigma produz a revolta contra o estigma”. Os assentados, mediante as lutas por reconhecimentos pelas políticas públicas e dos direitos, tendem a efetivá-los nos assentamentos. O autor afirma que “nesta luta pelos critérios de avaliação legítima, os agentes empenham interesses poderosos, vitais por vezes, na medida em que é o valor da pessoa enquanto reduzida socialmente à sua identidade social que está em jogo” (p.125). Assim, os assentados devem exigir do Estado o reconhecimento e implementação de seus projetos. Só assim eles passando a compor a ordem do dia nesta sociedade.

Esta pesquisa reafirma que não é necessário só possuir terra, mas que é preciso implantar programas e políticas públicas de qualidade e excelência, visando a preservação da natureza, o equilíbrio das relações com os seres humanos, para que haja um ambiente sustentável para os assentados e que todos os demais cidadãos passem ter acesso à vida digna, com seus direitos humanos assegurados. Nesse sentido, Carvalho (2001) considera que deve haver políticas sociais que contemplem elementos socioeconômicos e culturais da população para que se assegurem direitos civis, políticos e sociais. De acordo com esse autor, deve haver no Brasil não só uma verdadeira política agrária que assegure terra, condições de cultivo, produção, comercialização, assistência técnica, conforme princípios da agroecologia, mas também que haja políticas universais, como seguridade social (previdência social, saúde, e assistência social pública) educação, trabalho e habitação para todos.

Os assentados devem então reivindicar do Estado a viabilidade dessas políticas para que subsidiem a construção de entradas, de hospitais, escolas, equipamentos sociais, políticas agrícolas públicas, por intermédio da mobilização e articulação de todos os trabalhadores. Dessa forma, assegura-se a implementação de política social digna para todos os assentamentos e trabalhadores de Goiás e do Brasil.

Considera-se ainda a necessidade do Estado implementar a política de reforma agrária e, demais políticas que assegurem proteção social pública e condições de trabalho para os assentados que, segundo a Unesp (2008), totalizam em todo território nacional 900 mil famílias. Conforme o Incra (2007), em Goiás, são 11.853 famílias.

Ao fazer a reforma agrária nesse país, é possível construir projetos nos quais os trabalhadores rurais possam assegurar condições de vida plena, e assim, desenvolverem identidades sociais, nas quais as situações de exclusão social, desigualdades sociais sejam memórias que auxiliam o não-retorno da condição de pobreza relativa e/ou absoluta. Dessa forma, valoriza-se, ainda, o significado e a importância da luta social para assegurar os direitos humanos e a universalidade das políticas públicas em patamares jamais vividos na história do Brasil.

REFERÊNCIAS

- AMMANN, Safira Bezerra. *Participação social*. São Paulo: Cortez, 1977.
- AKCELRUD, Isaac. *O que todo cidadão precisa saber sobre a reforma agrária: A Luta Pela Terra no Brasil*. São Paulo: Global, 1987.
- BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antônio Cabello. *O que são Assentamentos Rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Trad. de Desidério Murcho et al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder do simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988; Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.
- _____. Presidência da República. *Estatuto da Terra*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 4 dez. 2008, às 15h.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- CRUZ, José Adelson da. *O Pulso ainda pulsa? Movimentos sociais e cultura política em tempos sombrios*. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, aula de 6 nov.2007. Não publicado
- _____. *Ações Coletivas Cidadania e Políticas Públicas*. Universidade Católica de Goiás. Aula inaugural curso de Serviço Social, 20 out. 2008. Não publicado
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Trad: de Viviane Ribeiro. Edusc: São Paulo. 1999.
- CHAUL, Nasr N. Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: UFG, 1988.
- CARNEIRO, F. Pesquisa Envolvendo Seres humanos. Recursos genéticos humanos – Fiocruz,1997. Disponível em: <<http://www.ghente.orgpublicacoesrecursospesquisa.pdf>> Acesso em: 25 fev.2008, às 23h.
- DEBERT, Ghita Grin. *Antropologia e Velhice*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1994.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: Memória, Identidade e Representação*. Edusc, São Paulo: 2002.

DEPARTAMENTO Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Estatísticas do meio Rural, *Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural*. Brasília: MDA: São Paulo: Dieese, 2006.

_____. *Anuário dos Trabalhadores*. São Paulo: Dieese, 2007.

DOLL, Johannes. *Gênero em gerações*. In: DEBERT, Guita Grin (org.). *Satisfação de Vida de Homens e Mulheres Idosos na Alemanha*. Cadernos de Pagu, São Paulo: Unicamp, 1999. p. 109-159.

FAGNANI, Eduardo. *Avaliação do Ponto de Vista do Gasto e Financiamento das Políticas Públicas*. São Paulo; Cortez. 1998.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos Sociais e Educação*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Os sem-terra, ONGs e Cidadania: a Sociedade Civil Brasileira na Era da Globalização*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GUILHOTO, Joaquim J M; AZZONI, Carlos R. SILVEIRA, Fernando Gaiger. *PIB da Agricultura Familiar Brasil- Estados*. Brasília: MDA, 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 5.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOBBSWIM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780; programa mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HERÁCLITO, Éfeso de. *Os Pré-Socráticos. Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural. 2005.

HOEBEL, E. Adamson, FROST, Everett. *Antropologia cultural e social*. Trad de Euclides Carneiro da Silva. São Paulo; Cultrix, 1976.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital e fetiche*. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

INSTITUTO Geográfico Brasileiro de Estatística (IBGE). *Censo demográfico de 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. p.16-35.

INSTITUTO Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (Incrá) *Diretoria de Obtenção de Terras e Implementação de Projetos de Assentamentos (DT)*. *Coordenação geral de Implantação (DTI /SIPRA)*. Relatório nº 0227, de 31 de junho de 2007. Goiânia, 2007.

KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo; Moraes, 1991.

LEHER, Roberto. *Pensamentos críticos e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss*. In: *Sociologie et Antropologie*. Paris: PUF, 1950. p. 08-19.

MARTINS, José de Sousa. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *A sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Gustavo Bittencourt; GOMES, Andréia da Silva. *Inovações Tecnológicas e organizacionais na Agricultura*. In: COUTO FILHO, Vitor de Athayde. (org.) *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro* Brasília: NEAD; 2007. p. 24-45

MARX, Heinrich Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Trad. de Alex Martins. São Paulo; Martin Claret. 2002.

_____. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural. 2005.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro, Zahar. 1967.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras Editora, 1999.

_____. *Serviço Social, Identidade e Alienação*. São Paulo: Cortez, 2001.

MATTEI, Lauro. *Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica*. Brasília: MDA, 2006.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1994.

_____. *Reforma agrária no Brasil: história e a atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MELLO, Luiz Gonzaga de. *Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MELUCCI, Alberto. *Um Objetivo para os Movimentos Sociais?* Lua Nova, Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 1, n. 17, p. 49-65, abr. 1989.

MINAYO, Maria Ceciliade Souza. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MORAES, Lúcia Maria. *A Segregação Planejada: Goiânia, Brasília e Palmas*. Goiânia: Ed. da UCG, 2003.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*, São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO, dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST). *A luta dos sem-terra*. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 23 jun. 2007, às 11h.

NAVARRO, Zander. *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos Sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

NAXARA, Márcia. *A construção da identidade: um momento privilegiado*. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23-24, p. 175-185. Abr.1992.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Campesinato e Agronegócio: uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo*. In: *Debaixo Da Lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil*. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

PALACÍN, Luís. MORAIS. *História de Goiás*. 6. ed. Goiânia: UCG, 1994.

PEREIRA, Potyara Amazonaida P. *Reordenamento institucional e descentralização político-administrativa na Constituição Federal de 1988: oportunidades e riscos*. In: *A Assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1996.

_____. *Política social: temas & questões*. São Paulo: Cortez, 2008.

PESSOA, Jadir de Moraes. *A revanche camponesa*. Goiânia: UFG, 1999.

_____. *Educação e Ruralidades*. In: PESSOA, Jadir de Moraes. (org.). *Extensões do Rural e Educação*. Goiânia: Ed. da UFG, 2007, p. 13-27

POCHAMNN, Márcio; AMORIM, Ricardo. *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

PRUDENTE, Leila M. Cunha. *Direito Agrário e Direito do Trabalho*. In: *Seminário Estadual de Direito Agrário, 3º, "Paz, produção e qualidade de vida no meio rural"* Universidade Católica de Goiás, 14 out. 2004.

ROSSET, Peter. *Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de Mercado*. In: SAUER, Sérgio ; PERREIRA, João Márcio (orgs.).

Alternativa à Política Fundiária de Mercado: Reforma Agrária e Soberania Alimentar. São Paulo: Expressão Popular. 2006, p. 315-336.

ROSSET, Peter. PERREIRA, João Mendes; SAUER, Sérgio. Capturando a Terra. In: (org.). *História e Legado da reforma agrária de mercado no Brasil*. São Paulo; Expressão Popular, 2006, 173-206

RECH, Daniel. *A realidade Agrária Brasileira*. In: Direitos Humanos no Brasil: Diagnóstico e Perspectivas: Olhar dos parceiros de Misereor. Coletânea Ceris, Ano1, n. 1. Rio de Janeiro, ano 1, nº 1. p. 108-109. 2003.

ROCHA, Maria José Pereira; SOUSA, Regina Sueli de. *O papel educativo das mulheres nos assentamentos do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra*. projeto de pesquisa. Goiânia: Nupesc, UCG , 2003.

SADER, Emir. Direitos e Esfera Pública. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 1, 77, p. 5-10 mar 2004.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SAUER, Sérgio. *Terra e Modernidade: a dimensão do espaço na aventura da luta pela terra, 2002*. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de Brasília (UnB), Brasília.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico internacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

_____. Das Mobilizações as Redes de Movimentos Sociais. In: *Sociedade e Estado*. Revista do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, v.1, n.1. p. 109-130. Abr, 2005.

SENNA, Artur Ribeiro de Filho, *Organizações não-governamentais de assessoria popular, novos movimentos sociais, estado e democracia*. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, v 1, n. 45, São Paulo: p. 44-48. Abr, 1994.

SEM TERRA. *Jornal do Sem Terra*, São Paulo, Set/Out. 2006. p. 1-5

SILVA, Ademir Alves da. *A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado*. São Paulo; Cortez. 2007.

SILVA, António de Moraes. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 10. ed. Rio de Janeiro: Confluência. 1985, v.5

SILVA, José Gomes. *A reforma agrária brasileira na virada do milênio*. São Paulo: ABRA, 1996.

SILVA, Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da. *Sobre o camponês do sertão: produção do espaço e identidade camponesa em assentamentos do município de Goiás-GO*. 2003. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente

SOUSA, Regina Sueli. *A ordem e a contra ordem: Processo político constitutivo do MST na especificidade do Assentamento Rio vermelho*. 1997. Dissertação (Mestrado em Política Social), Universidade de Brasília (UnB), Brasília

_____. *Razão e movimento social as racionalidades vividas do MST*. 2002. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília
Touraine, Alain. *A Voz do Passado*. Paris. Trad. Luis Fernando Dias Duarte. Rio de Janeiro Zahar, 1989.

_____. Na Fronteira dos Movimentos Sociais. *Sociedade e Estado*. Revista do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. v.1, n.1. p. 16-28, Abr. 1986.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UNIVERSIDADE, Estadual Paulista. (Unesp). *Assessoria de Comunicação e Imprensa*. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/jornal/238/capa.php>>. Acesso em: 4 dez. 2008, às 8h.

VELHO, Otávio Guilherme. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

VEIGA, José Eli. *O que é reforma agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

VIANA, Maria José de Faria. *A Assistência Social no Contexto do Pluralismo de bem-estar-prevalência da provisão plural ou mista, porém não pública*. 2007, Tese (Doutorado). Universidade de Brasília (UnB), Brasília.

VIANNA, Maria Lúcia Werneck. *A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil; estratégias de bem-estar e política pública*. Rio de Janeiro, Revan, CAM/IUPERJ, 1998.

ANEXOS

ANEXO 1

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Programa de Pós-Graduação- Mestrado em Serviço Social (PPSS)
Comitê de Ética em Pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Assentamento Rancho Grande, município da Cidade de Goiás

TÍTULO DO PROJETO:

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE TRÊS GERAÇÕES DO MST PÓS-CONQUISTA DA
TERRA: ASSENTAMENTO RANCHO GRANDE– GOIÁS

Orientadora: Profa Dra. Regina Sueli de Sousa

Pesquisadora responsável: Mestranda Joana dos Santos Rosa Serria

Número de matrícula: 20071.098.001.0015

Fone: (62) 3946-1071 / 3946-1237

Você está sendo convidado a participar como voluntário da pesquisa que tem por finalidade identificar e analisar a identidade de três gerações no Assentamento Rancho Grande: Essa pesquisa também visa apreender como essas identidades se apresentam no imaginário dos assentados do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) em Goiás e no Brasil. Dessa forma, sua participação contribuirá que essa pesquisadora possa efetivar com base em suas informações um trabalho que possibilitará a conclusão do Mestrado em Serviço Social pela Universidade Católica de Goiás (SER, PPSS-UCG), sob a orientação da Profa. Dra. Regina Sueli de Sousa.

Nesse sentido, essa pesquisadora compromete-se a guardar sigilo quanto os nome das pessoas que aceitarem ser entrevistadas e, assim, se tornarem colaboradores da pesquisa. Também se compromete a repassar previamente uma cópia da entrevista a cada pessoa que será entrevistada. Assegura que as informações serão utilizadas somente para fins científicos e acadêmicos. Após cinco anos, o material que contém os dados e informações relativos às entrevistas será desarquivado e incinerado.

Dos objetivos gerais

Identificar e investigar o processo de construção das identidades sociais da primeira, da segunda e da terceira geração no Assentamento Rancho Grande, esperando contribuir para uma reflexão mais aprofundada a respeito da identidade dos moradores de assentamentos rurais, especialmente as identidades sociais, construídas após a conquista da terra.

Dos objetivos específicos

Identificar e analisar os principais aspectos relacionados à construção da identidade da primeira, da segunda e da terceira geração dos assentados Rancho Grande, buscando apreender o grau de constituição, interdependência e de convergência interna entre eles. Compreender e analisar as principais mediações e representações sociais presentes no universo identitário desses sujeitos. Ampliar o universo da pesquisa, tendo em vista apreender a construção de significados das três gerações sobre a experiência cotidiana vivenciada no assentamento. Contribuir para a produção de conhecimento científico nessa área, dando aos assentados maior visibilidade no espaço acadêmico, bem como oferecendo subsídios para outros estudos.

Participantes da pesquisa

Serão entrevistados dezessete sujeitos que participam ou participaram de alguma forma do processo de luta e ocupação da terra na formação do Assentamento Rancho Grande, distribuídos entre as três gerações: quatro da primeira, nove da segunda e quatro da terceira geração do referido assentamento.

Crerios de inclusão e de exclusão da pesquisa

Buscar-se-á entender os principais aspectos identitários, por meio de entrevistas realizadas com o total de dezessete sujeitos, os quais serão selecionados por faixa etária, com idade entre dezoito e setenta anos. Os sujeitos, colaboradores pesquisa serão separados, portanto, em grupos de pessoas, conforme a geração que representa.

Pretende-se garantir, assim, o critério da representatividade com base no universo representativo das três gerações, pois serão entrevistadas dezessete pessoas consideradas legítimas representantes das gerações do assentamento Rancho Grande situado no município da cidade de Goiás.

Portanto, com base no nível de representatividade, a condição exigida para participação e inclusão à pesquisa como colaborador é que o sujeito seja representante de uma das gerações dos assentados, de qualquer dos sexos, que seja morador no Assentamento Rancho Grande, com idade entre dezoito e setenta anos e que participe ou tenha participado de alguma forma do processo de luta e ocupação da terra. Em síntese, o perfil adequado é o de trabalhadores que sejam representantes de uma das gerações dos assentados do Rancho Grande, de ambos os sexos, com idade entre dezoito e setenta anos que participam ou participaram de alguma forma do processo de luta e ocupação da terra.

Por exclusão, também com base no nível exigido de representatividade, não participará da pesquisa como colaborador o sujeito que não seja representante de uma das gerações dos assentados moradores no Assentamento Rancho Grande, que não participa ou não participou de alguma forma do processo de luta e ocupação da terra, ou seja, na formação do referido assentamento e que não tenha idade entre dezoito e setenta anos.

Envolvimento na pesquisa

Ao participar deste estudo, o sujeito permitirá que a mestranda-pesquisadora Joana dos Santos Rosa Serria utilize as informações com ética e respeito. O sujeito alvo da pesquisa tem liberdade de recusar a participar da pesquisa ou desistir de sua participação em qualquer fase da pesquisa. Sempre que julgar necessário, deve solicitar mais informações sobre a pesquisa por meio dos números de telefones: (62) 3946-1071/3946-1237 relacionados ao Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade Católica de Goiás e/ou do Programa de Mestrado em Serviço Social, previamente fornecidos aos sujeitos participantes.

Duração da pesquisa

A duração da pesquisa é de um mês, ou seja, dezembro de 2008.

Sobre as entrevistas

As entrevistas serão realizadas individualmente, com agendamento prévio, conforme disponibilidade do entrevistado. A participação na pesquisa é livre, sendo possível que alguns colaboradores envolvidos desistam da participação na pesquisa a qualquer momento. Sua identificação como participante e colaborador será mantida em sigilo, e seus nomes serão substituídos por indicação fictício de sobrenomes. As entrevistas serão gravadas e transcritas. Algumas servirão como

referências usadas na dissertação do Mestrado em Serviço Social e passíveis de publicações posteriores.

Riscos e desconforto

Reafirma-se que os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Católica de Goiás (UCG), conforme Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Durante as entrevistas, a pesquisadora deverá seguir os critérios que oferecem riscos à dignidade humana do entrevistado. A base dessa percepção será o diálogo com o participante.

Caso ocorra alguma situação de risco para os sujeitos da pesquisa (mal-estar físico, psíquico, moral, emocional, dentre outros) essa pesquisadora compromete-se a prestar todo apoio necessário, e para isso, contará com o trabalho do Centro de Estudos, Pesquisa e Práticas Psicológicas (Cepsi/UCG) que irá receber os sujeitos para tratamento, conforme documento anexo.

A pesquisadora compromete-se ainda com o transporte desses sujeitos, em seu carro, hospedando-os, caso necessitem de tratamento psicológico na Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Goiânia, conforme documento anexo.

A entrevista ocorrerá com sujeitos sociais, sendo livre e isenta de qualquer dependência, pressão e/ou intimidação. Ela só será iniciada após a explicação completa e pormenorizada sobre a natureza desse trabalho, seus objetivos, métodos, benefícios e potenciais riscos.

Privacidade e confidencialidade

Todas as informações obtidas cumprem as exigências de pesquisa, sendo mantido sigilo absoluto quanto aos nomes das pessoas participantes. Todo o material transcrito será incinerado após cinco anos do término da dissertação.

Benefícios

A participação do sujeito na pesquisa não lhe trará nenhum benefício financeiro e/ou pessoal imediato. Contudo, sua participação neste estudo contribuirá para o entendimento da identidade dos assentados. Espera-se que este estudo possa subsidiar e aprofundar debates e reflexões acerca da identidade social dos moradores de assentamentos em Goiás e no Brasil.

Pagamento

O participante da pesquisa não terá nenhum tipo de despesa real como colaborador desta pesquisa, bem como não receberá nenhum pagamento por sua participação. Contudo, caso ocorra eventuais danos aos sujeitos, de natureza grave ou irreversível decorrentes de sua participação na pesquisa (físicos, psíquicos, morais, emocionais e outros), as formas de indenização adequadas a cada caso específico serão assumidas pelo pesquisador/CEP/UCG.

Destinação dos resultados

Os resultados ficarão disponíveis no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Serviço Social (PPSS), Núcleo de Pesquisa Estudo Sociedade e Cidadania (Nupesc), Universidade Católica de Goiás (UCG) – Biblioteca Central, na Escola Família Agrícola, Escola de Assentados em Buenolândia, município da cidade de Goiás, no MST nacional e local, e no Assentamento Rancho Grande, uma reunião agendada com o grupo.

Os resultados poderão ser divulgados por meio de periódicos, impressos ou *on-line*, e/ou por meio de apresentações em congressos, seminários, simpósios, conferências e publicações de artigos.

Após esses esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

Assim sendo, preencha, por favor, os itens que se seguem: Consentimento Livre e Esclarecido: considerando os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Nome do pesquisado: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Local: _____

Data: ____/____/____ Hora: _____

ANEXO 2

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
 Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
 Programa de Pós-Graduação Mestrado em Serviço Social (PPSS)
 Comitê de Ética em Pesquisa

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO
 Assentamento Rancho Grande, município da cidade de Goiás

TÍTULO DO PROJETO:
 A CONTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE TRÊS GERAÇÕES DO MST PÓS-CONQUISTA DA
 TERRA: ASSENTAMENTO RANCHO GRANDE - GOIÁS

Eu, _____, RG nº. _____

CPF nº. _____.

Concordo em participar da pesquisa A construção da Identidade de Três Gerações do MST após a conquista da terra, como sujeito colaborador. Fui devidamente informado e esclarecido, pela pesquisadora Joana dos Santos Rosa Serria, sobre o teor dessa pesquisa, os procedimentos nela contidos, assim como dos possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Também foi a mim garantida a retirada de meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade legal ou moral.

Local da entrevista: _____

Nome do sujeito: _____

Assinatura do sujeito: _____

Data: ____ / ____ / ____

Hora: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento e esclarecimento sobre a pesquisa, bem como o aceite do sujeito em participar.

Testemunhas (não ligadas à pesquisadora)

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Observações: _____

ANEXO 3

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Programa de Pós-Graduação Mestrado em Serviço Social (PPSS)
Comitê de Ética em Pesquisa

A CONTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE TRÊS GERAÇÕES DO MST PÓS-CONQUISTA DA
TERRA: ASSENTAMENTO RANCHO GRANDE-CIDADE DE GOIÁS
Roteiro de entrevista da pesquisa para primeira e a segunda geração

Orientadora: Profa. Dra. Regina Sueli de Sousa

Pesquisadora responsável: Mestranda Joana dos Santos Rosa Serria

Local da entrevista: _____

Data: ___/___/___ Hora: _____

Codnome do entrevistado: _____

Idade: _____

Estado civil: _____

Identificação: Onde você nasceu? _____

Pais vivos? Sim () Não ()

Como veio para o assentamento, e por quê?

Qual é a sua escolaridade?

Como se deu a organização do acampamento? Quem contribuiu para a organização do acampamento?

Como foi o processo de organização das pessoas para irem acampar na BR-153?

Como foi o período em que estavam na BR- 153?

Quando e porque decidiram sair da BR-153?

Quando e como foram ocupar o Rio Vermelho?

Quanto tempo demorou para sair a desapropriação? Quais os maiores desafios daquela época?

Quais os maiores desafios no processo de liberação das parcelas?

Como foi sua participação no acampamento da BR-153? E no Rio Vermelho?

Como foi o processo de luta para desapropriação do assentamento?
Como se deu a ocupação da terra?
Como foi constituído o Assentamento Rancho Grande?
Qual é a sua participação no assentamento?
Tem filhos, quantos são e onde estão? Tem netos, quem são e onde estão?
Qual é a sua religião?
Como participa no assentamento?
Em que momentos os assentados se reúnem no assentamento?
Quais as dificuldades que enfrenta no dia-a-dia? Cite três
Quem são os seus maiores amigos no Rancho Grande?
Existe coletivo no assentamento? Se existe o que significa pra você, se não porquê?
Quais são as atividades desenvolvidas para permanência do coletivo?
Quais são os programas sociais do governo presentes no assentamento?
Você tem patrimônio? Se tem, qual é? E se não, por quê?
Qual é o valor da terra para você?
O que significa terra para você? Quanto custa sua parcela? Você venderia sua parcela? Em qual situação?
Qual é a renda de sua família?
Qual é o seu compromisso com a sociedade, o MST e com o assentamento e o município?
Qual é a sua participação política no assentamento?
Tem reuniões no assentamento? Quando elas ocorrem? Quais são os assuntos mais discutidos? Onde fazem as reuniões? Você participa? Como?
O que entende por assentamento?
O que pensa ser importante para a o assentamento?
O que acha da luta por reforma agrária?
Como você pensa que deveria ser o Assentamento Rancho Grande? O que pode ser realizado pra que isso ocorra? Como seria a sua contribuição nesse processo?
O que está você está realizando para que isso aconteça?
O que você produz na sua parcela? Quem trabalha junto com você?
Quais os desafios que você enfrenta no processo produtivo?
Que festas religiosas ou comemorativas ocorreram ou ocorrem no Rancho Grande?

Vocês recebem orientações de profissionais? Quais e como elas chegam ao assentamento?

Existe alguma atividade coletiva no Rancho Grande? Qual? Como funciona? Quem participa? E como?

Quais os maiores desafios nos três primeiros anos de assentamento?

Quais os maiores desafios nos nove primeiros anos de assentamento?

Quais os maiores desafios nos doze primeiros anos de assentamento?

Quais são os maiores desafios nos dias atuais?

Quais foram as conquistas obtidas no coletivo e no individual, no assentamento?

ANEXO 4

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
 Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
 Programa de Pós-Graduação Mestrado em Serviço Social (PPSS)
 Comitê de Ética em Pesquisa

A CONTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE TRÊS GERAÇÕES DO MST PÓS-CONQUISTA DA
 TERRA: ASSENTAMENTO RANCHO GRANDE – CIDADE DE GOIÁS
 Assentamento Rancho Grande, município da Cidade de Goiás
 Roteiro de entrevista da pesquisa para a terceira geração

Orientadora: Profa. Dra. Regina Sueli de Sousa

Pesquisadora responsável: Mestranda Joana dos Santos Rosa Serria

Local da entrevista: _____

Data: __/__/__ Hora: _____

Codinome do Entrevistado: _____

Idade: _____

Estado civil: _____

Identificação:

Onde você nasceu? _____

Pais vivos? Sim () Não ()

Como veio para o assentamento. Que idade tinha? Por que veio?

Você estuda? Que série? Como faz para ir à escola? Quanto tempo leva?

O que é o assentamento?

Você se lembra do processo constitutivo do assentamento?

Como você se reconhece nesse processo?

A que recorre quando acontece algum problema no assentamento?

Quais são os seus deveres?

Qual é a sua participação no assentamento?

Tem filhos? Onde estão?

Qual é a sua religião?

Por que mora no assentamento?

O que faz no assentamento? O que acha de morar em um assentamento?

De quê você participa no assentamento?

Se participa, como? Se não participa, por quê?

Quais são as comemorações coletivas do assentamento?

Quais as dificuldades que enfrenta no dia-a-dia?

O que você considera como coletivo e sua família?

O que é significativo para você, no assentamento?

O que foi construído em conjunto com os outros?

O que significa coletivo pra você?

Quais são as atividades desenvolvidas para permanência do coletivo?

Como esse coletivo desenvolveu no assentamento?

Existe coletivo no assentamento?

Quais são os programas sociais do governo que existem no assentamento?

Qual é a renda da sua família?

Você tem patrimônio? Se tiver qual é? E se não, por quê?

O que significa terra pra você? Você venderia a parcela em que mora? Em qual situação?

Você tem renda? Se quanto? E como a consegue?

O que vocês costumam realizar no assentamento?

Você tem compromisso com a sociedade, o MST, assentados e município?

Qual é a sua participação política no assentamento?

Como percebe a sociedade? Como participa nas decisões políticas?

Quais são as discussões realizadas no assentamento? Como são? Onde são realizadas? Você participa delas? Como?

O que entende por assentamento?

O que pensa ser importante para a o assentamento?

Como você pensa que deveria ser o Assentamento Rancho Grande?

O que está realizando para que isso aconteça?

Quais são os maiores desafios nos dias atuais?

Quais foram as conquistas obtidas no coletivo e individual no assentamento?

Anexo 5



UNIVERSIDADE
Católica
DE GOIÁS

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
Av. Universitária, 1069 - Setor Universitário
Caixa Postal 86 - CEP 74605-010
Goiânia - Goiás - Brasil
Fone: (62) 3946.1022 - Fax: (62) 3946.1397
www.ucg.br - ronchi@ucg.br

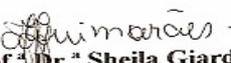
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISA E PRÁTICA PSICOLÓGICA – CEPSE

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que, caso seja necessário e dentro das possibilidades de atendimento da clínica-escola de Psicologia, atenderemos os participantes da pesquisa da aluna mestranda Joana dos Santos Rosa Serria do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Serviço Social (PPSS) da Universidade Católica de Goiás (UCG), matrícula N°. 2007.1.098.001.0015, orientanda da Prof^a. Dr^a. Regina Sueli de Sousa. A pesquisa é intitulada: *A Construção da identidade de três gerações do MST Pós- Conquista da terra : Assentamento Rancho Grande- Cidade de Goiás.*

Goiânia, 10 de novembro de 2008

Atenciosamente,


Prof.^a Dr.^a Sheila Giardini Murta
Prof.^a Ms. Julianny G. Guimarães de Aguiar
Coordenação Geral do CEPSE-PSI-UCG

Prof.^a Julianny G. Guimarães Aguiar
Matr. 10095 - CRP 09/00357
Coordenação Geral do CEPSE - PSI-UCG

ANEXO 6



DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que recebemos um ofício da Coordenadora do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Serviço Social (PPSS-UCG) e orientadora da mestranda Joana Rosa dos Santos Serria que estará realizando uma pesquisa no Assentamento Rancho Grande, intitulada: A Construção da Identidade de Três Gerações do MST Pós-Conquista da Terra, explicando o teor da pesquisa. A pesquisadora, também solicitou nosso apoio em hospedar alguns entrevistados da mestranda, caso ocorra algum constrangimento psicológico aos entrevistados.

Assim declaramos que se for necessário iremos assegurar a hospedagem aos que necessitarem de atendimento no CEPSE em decorrência das consequências das entrevistas.

Por ser verdade, assinamos o presente.

Isolate Wichinieski
Coordenadora da CPT.

Goiânia, 10 de novembro de 2008

02.375.913/0007-03

Comissão Pastoral da Terra / GO

Rua 19, Bº. 35 - Ed. Dom Abel,
1º. Andar - Centro - CEP 74030-090

GOIÂNIA - GO

Comissão Pastoral da Terra – Regional Goiás Fone: (062) 3228-57 24 / Fax.: 3095-2872
Rua 19 Ed. Dom Abel, 35 – 1º andar Centro – CEP 74.030-090 Goiânia-GO. – Brasil E-mail:
cptgo@hotmail.com